



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ENSINO DE CIÊNCIAS
E MATEMÁTICA – PPGECM



MADALENA SANTANA DE SALES

**OS FAZERES E OS SABERES ETNOMATEMÁTICOS PRATICADOS PELOS
HABITANTES DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA VÃO GRANDE**

Barra do Bugres – MT
2020



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ENSINO DE CIÊNCIAS
E MATEMÁTICA – PPGECM



MADALENA SANTANA DE SALES

**OS FAZERES E OS SABERES ETNOMATEMÁTICOS PRATICADOS PELOS
HABITANTES DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA VÃO GRANDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino de Ciências e Matemática – PPGCEM, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) *Campus* “Dep. Est. Renê Barbour”, de Barra do Bugres - MT, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências e Matemática.

Linha de Pesquisa: Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores em Ciências e Matemática.

Orientador: Prof. Dr. João Severino Filho

Barra do Bugres – MT
2020

Luiz Kenji Umeno Alencar CRB 1/2037

S163o SALES, Madalena Santana de.
Os Fazeres e os Saberes Etnomatemáticos Praticados Pelos
Habitantes do Território Quilombola Vão Grande / Madalena
Santana de Sales - Barra do Bugres, 2020.
108 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu
(Mestrado Acadêmico) Ensino de Ciências e Matemática,
Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas, Câmpus de Barra
do Bugres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2020.
Orientador: João Severino Filho

1. Conhecimentos Tradicionais. 2. Etnomatemática. 3.
Etnografia. 4. Território Quilombola. I. Madalena Santana de
Sales. II. Os Fazeres e os Saberes Etnomatemáticos Praticados
Pelos Habitantes do Território Quilombola Vão Grande: .
CDU 51-7(817.2)

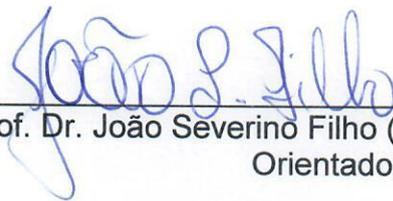
MADALENA SANTANA DE SALES

**OS FAZERES E OS SABERES ETNOMATEMÁTICOS PRATICADOS
PELOS HABITANTES DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA VÃO
GRANDE.**

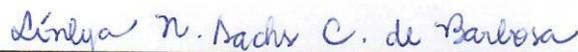
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino de Ciências e Matemática – PPGECM - da Universidade do Estado de Mato Grosso “CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”, *Câmpus* Univ. Dep. Est. “Renê Barbour” – Barra do Bugres - MT, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências e Matemática.

Aprovado em: 06 de março de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. João Severino Filho (UNEMAT/PPGECM)
Orientador



Prof^a. Dr^a. Línyla Natássia Sachs Camerlengo de Barbosa (UTFPR)
Examinadora Externa



Prof. Dr. Adailton Alves da Silva (UNEMAT/PPGECM)
Examinador Interno

*Dedico este trabalho aos meus pais Maria e José (in
memorian),
aos meus filhos Rodrigo e Ana Carolina e ao Gilmar,
pelo apoio, compreensão e paciência fundamentais nesse
momento.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela graça recebida ao ingressar no mestrado, um sonho realizado.

Ao Prof. Dr. João Severino Filho, por me aceitar como sua orientanda, pelos ensinamentos, paciência e conhecimentos compartilhados.

Ao Prof. Dr. Adailton Alves da Silva, pelo incentivo e encorajamento.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática – PPGECM da UNEMAT campus de Barra do Bugres, pelo acolhimento e pelos ensinamentos compartilhados.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela promoção da pós-graduação.

Ao CTMAT, pelo apoio ao PPGECM.

Aos colegas da turma 2018, pelo companheirismo, pela troca de informações e conhecimentos. Por dividir os momentos de alegria, conquistas, desafios, tensão, exaustão, incertezas e preocupação. Enfim momentos memoráveis.

Aos meus filhos, Ana Carolina e Rodrigo, razões para continuar a caminhada e alento nas horas difíceis. Companheiros em mais um desafio vencido.

Ao Gilmar, meu incentivador, apoiador e companheiro com quem sempre pude contar.

Aos meus pais, Maria e José, meus irmãos, Aparecida e Damásio (in memoriam), onde quer que estejam, tenho certeza comemorarão comigo essa conquista.

Aos meus irmãos, Pedro, Benedita, Francisco e Saturnino, pelo incentivo e carinho.

Aos colegas de trabalho da Escola Estadual Quilombola José Mariano Bento pelo apoio, amizade e troca de experiência.

Aos moradores do Território Quilombola Vão Grande fundamentais para a realização dessa pesquisa, pelo tempo dispensado a mim, pelas horas de conversas, indagações e observações. Serei sempre Grata.

Muito obrigada a todos!

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma investigação sobre os saberes e os fazeres dos moradores do Território Quilombola Vão Grande, localizado a 75 km do Município de Barra do Bugres - MT. Buscou-se compreender os processos de produção, organização e difusão dos saberes e fazeres desse povo, descrever os diferentes conhecimentos produzidos e praticados pelos habitantes do Território Quilombola, refletir sobre os processos de difusão dos conhecimentos tradicionais presentes nas festas de Santo, nas rezas, nas danças, nas construções, nos diversos acontecimentos e nos espaços de relacionamento entre adultos e crianças e relacionar dialogicamente o saber tradicional quilombola e saber escolar difundido pela escola da comunidade. É uma investigação qualitativa na vertente da etnomatemática discutida por D'Ambrosio (2007). O conceito de cultura adotado foi o definido por Geertz (2008), por entender que os saberes e fazeres compõem a trama da teia de significados, que foram sendo tecidos no decorrer do tempo. As informações foram produzidas por meio de conversas, observações e narrativas, imersão no cotidiano dos moradores do território. Nesse sentido, a etnografia foi utilizada para destacar a matemática relacionada às festas de Santo, ao plantio, à colheita e ao cotidiano quilombola. Discutir os saberes e os fazeres dos moradores do Território Quilombola Vão Grande pode contribuir com a educação formal e o modo como enxergamos o outro, pois se percebe que nas comunidades quilombolas os conhecimentos são repassados nos diversos espaços, seja em casa, na roça, nas festas de Santo, nas brincadeiras, na luta pela sobrevivência nas terras de seus ancestrais.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimentos tradicionais. Etnomatemática. Etnografia. Território quilombola.

ABSTRACT

The present work is an investigation about the knowledge and the actions of the residents of the Quilombola Vão Grande Territory, located 75 km from Barra do Bugres / MT. We sought to understand the processes of production, organization and dissemination of knowledge and practices of this people, describe the different knowledge produced and practiced by the inhabitants of the Quilombola Territory, reflect on the processes of diffusion of traditional knowledge present in the feasts of Santo, prayers, in dances, in constructions, in the various events and spaces of relationship between adults and children and to relate dialogically the traditional quilombola knowledge and school knowledge disseminated by the community school. It is a qualitative investigation on the ethnomathematics aspect discussed by D'Ambrosio (2007). The concept of culture adopted was the one defined by Geertz (2008), understanding that knowledge and doing make up the web of meanings that have been woven over time. The information was produced through conversations, observations and narratives, immersion in the daily life of the residents of the territory. In this sense, ethnography was used to highlight the mathematics related to the feasts of Santo, the planting, the harvest and the quilombola daily life. Discussing the knowledge and practices of the residents of the quilombola Vão Grande Territory can contribute to formal education and the way we see each other, since it is clear that in quilombola communities knowledge is passed on in different spaces, whether at home, in the fields, in the holy feasts, joking, fighting for survival in the lands of their ancestors.

KEYWORD: Traditional knowledge. Ethnomathematics. Ethnography. Quilombola territory.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Antiga escola da comunidade e atual alojamento dos professores. | 23 |
| Figura 2 – Mapa do Mato Grosso. | 39 |
| Figura 3 – Território Quilombola Vão Grande. | 40 |
| Figura 4 – Rio Jauquara – Território Quilombola Vão Grande. | 40 |
| Figura 5 – Escola Estadual Quilombola José Mariano Bento. | 43 |
| Figura 6 – Unidade Básica de Saúde Baixio. | 43 |
| Figura 7 – Barracão da associação de moradores. | 44 |
| Figura 8 – Igreja de São José. | 44 |
| Figura 9 - Igreja São Benedito. | 46 |
| Figura 10 – Igreja Menino Jesus. | 47 |
| Figura 11 – a) Benção das águas do Rio Jauquara. b) Conversas sobre preservação e PCH. | 56 |
| Figura 12 – Colheita artesanal de arroz. | 60 |
| Figura 13 – a) Jirau ou malhador utilizado para bater arroz. b) Jirau utilizado para lavar utensílios de cozinha, ou para guardar objetos da casa. | 61 |
| Figura 14 – a) Tuia para guardar feijão ou arroz. b) Folha de pacova. | 62 |
| Figura 15 – Esquema do cálculo para venda da produção de mandioca no software Geogebra. | 64 |
| Figura 16 – Área de plantio de abóbora e melancia irrigada. | 65 |
| Figura 17 – Ralador de mandioca construído com motor de máquina de lavar (caititu). | 67 |
| Figura 18 – Prensa manual para prensar massa de mandioca. | 68 |
| Figura 19 – Sistema de alavanca no software Geogebra. | 68 |
| Figura 20 – a) Socagem da massa de mandioca. b) Peneiração da massa da mandioca. ... | 69 |
| Figura 21 – Torragem da farinha de mandioca. | 69 |
| Figura 22 – a) Preparo da folha de babaçu para cobertura do barracão. b) Cobertura do barracão. | 74 |
| Figura 23 – Cobertura do barracão. | 75 |
| Figura 24 – Festeiros descascando mamão. b) Corte do mamão para o preparo do doce em pedaço. | 75 |
| Figura 25 – Preparo do doce de mamão em pedaço. | 76 |
| Figura 26 – a) Produção de doces para a festa. b) Doce de mamão sendo retirado do tacho. | 76 |
| Figura 27 – a) estoque de lenha para o preparo da alimentação durante os festejos. b) Mulheres construindo a fornalha. | 78 |
| Figura 28 – a) Preparo do bambu para a armação do altar. b) Fixação da armação no altar. | 78 |
| Figura 29 – a) Confeção dos enfeites para a decoração do salão. b) Enfeites do salão. ... | 79 |
| Figura 30 – a) Altar da festa do ano anterior. b) decoração do salão no ano anterior. | 79 |
| Figura 31 – a) Altar da festa de 2019. b) Decoração do salão para festa de 2019. | 80 |
| Figura 32 – Devoto trazendo a bandeira do Santo. | 80 |
| Figura 33 – Preparo dos mastros. | 81 |
| Figura 34 – a) Início da reza. b) Cantando parados à porta antes de sair para levantar o mastro. | 82 |
| Figura 35 – a) Mastros sendo preparados. b) Mastros sendo erguidos. | 83 |
| Figura 36 – a) Alferes de bandeira. b) Adoração às bandeiras dos Santos. | 84 |

| | |
|--|----|
| Figura 37 – Reza na cozinha em agradecimento aos alimentos. | 85 |
| Figura 38 – a) Altar ornamentado com as palmas. b) retirada das palmas..... | 86 |
| Figura 39 – a) Moradores, alunos e profissionais da educação da E. E. Q. José Mariano Bento. b) Preparo do almoço. | 97 |
| Figura 40 – a) Grupo de dança da E. E. Q. José Mariano Bento. b) Cantadores tocando logo após a dança de São Gonçalo..... | 98 |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1. PELAS ESTRADAS E TRILHAS, O PERCURSO METODOLÓGICO | 16 |
| 1.1. A imersão no cotidiano dos moradores do Território Quilombola Vão Grande | 25 |
| 1.2. A etnomatemática e sua relação com os saberes e os fazeres quilombola | 30 |
| 2. COMUNIDADES QUILOMBOLAS, SUAS LUTAS E CONQUISTAS | 35 |
| 2.1. Comunidades Quilombolas em Mato Grosso..... | 37 |
| 2.2. Território Quilombola Vão Grande | 39 |
| 2.2.1. Comunidade Quilombola Baixio..... | 42 |
| 2.2.2. Comunidade Quilombola Vaca Morta e Comunidade Quilombola Retiro | 45 |
| 2.2.3. Comunidade Quilombola Morro Redondo..... | 46 |
| 2.2.4. Comunidade Quilombola Camarinha | 47 |
| 3. SABERES QUE RESISTEM AO TEMPO | 50 |
| 3.1. A luta pela terra | 50 |
| 3.2. Roça de coivara ou roça de toco | 57 |
| 3.3. Colheita do arroz | 59 |
| 3.4. Plantio de Mandioca | 63 |
| 3.5. Da roça à mesa | 66 |
| 3.6. Festa de Santo, um espaço socioeducativo compartilhado por adultos e crianças | 70 |
| 3.7. Memórias dos moradores do Território Quilombola Vão Grande | 87 |
| 3.8. Influência das fases lunares no cotidiano quilombola | 95 |
| 3.9. Escola e comunidade juntos na preservação dos saberes e fazeres | 97 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 99 |
| REFERÊNCIAS | 102 |
| BIBLIOGRAFIA CONSULTADA | 106 |
| GLOSSÁRIO DE REGIONALIDADES | 107 |

INTRODUÇÃO

A descoberta de que no município de Barra do Bugres havia um Território Quilombola aconteceu somente no momento que cheguei à escola da comunidade para ministrar aulas de matemática. Um universo então conhecido somente nas aulas de história, com as versões contadas a partir do livro didático, ou seja, na visão do colonizador.

Diante desse novo contexto, foi necessário compreender a dinâmica local. Conforme o tempo foi passando e a interação com os moradores aumentando, começamos a compreender, aos poucos, essa realidade. Tudo é muito intenso, instigante, novo, desconhecido e, às vezes, faz suscitar algumas incertezas.

Na graduação do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Barra do Bugres – MT, participei de algumas discussões sobre etnomatemática, e também em um curso de formação para professores quilombolas ofertado pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT), em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE/UFMT), ambos de grande importância ao pensar o projeto de pesquisa, uma vez que a etnomatemática possibilita compreender os aspectos da cultura quilombola, dos seus saberes e fazeres construídos ao longo do tempo.

As inquietações sobre a matemática, os saberes e os fazeres praticados no Território Quilombola Vão Grande não se iniciaram a partir do ingresso no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, mas, ao atuar como docente na escola do quilombo, ao ouvir relatos dos alunos do ensino fundamental, ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), sobre os métodos de cubagem de terras utilizados por eles, os saberes aplicados no plantio e na colheita, nas manifestações de fé e religiosidade das festas de Santo, assim como os saberes e fazeres que, com o passar do tempo, estão sendo esquecidos e deixados de ser praticados, como a confecção do apá, da peneira, do pilão e até mesmo como diante da preocupação dos mais velhos de que as festas de Santo também correm sério risco de acabarem e ficarem somente nas lembranças. Estes relatam que os mais novos não se interessam em aprender os rituais presentes nessas celebrações religiosas.

As comunidades Quilombolas estão impregnadas de conhecimentos, saberes e fazeres. Dialogar os saberes tradicionais com os saberes da academia foi um desafio prazeroso e instigante, pois, ouvir os relatos dos mais velhos é algo indescritível. Tantas vivências, tantas memórias.

Com base nos referenciais teóricos estudados e algumas reflexões, elencamos o objetivo geral que foi compreender os processos de produção, organização e difusão dos saberes e fazeres das comunidades do Território Quilombola Vão Grande e os objetivos específicos foram: descrever os diferentes conhecimentos produzidos e praticados pelos habitantes do Território Quilombola, refletir sobre os processos de difusão dos conhecimentos tradicionais presentes nas festas de Santo, nas rezas, nas danças, nas construções, nos diversos acontecimentos e nos espaços de relacionamento entre adultos e crianças.

Dessa forma, a questão que dirigiu esse estudo foi: Como se dão os processos de produção, organização e difusão dos conhecimentos praticados no Território Quilombola Vão Grande? Como esse povo preserva e atualiza seus conhecimentos, se mesmo com o passar de muitos anos ainda consegue manter e repassar aos filhos e netos os conhecimentos matemáticos herdados de seus pais e avós?

Os sujeitos de pesquisa foram os moradores do Território Quilombola Vão Grande. A produção dos dados deu-se, às vezes, em momento coletivo, como na festa de São José, no plantio e na colheita, outras, em conversas individuais. Por isso optou-se pela pesquisa qualitativa de caráter etnográfico.

As informações foram produzidas por meio de conversas, observações e imersão no cotidiano dos moradores do território, para obter informações referentes ao ritual de preparativo das festas de Santo, do conhecimento aplicado no plantio e na colheita. Os sujeitos da pesquisa foram definidos no desenrolar dos estudos.

A relevância desse estudo está no fato de que alguns dos saberes e dos fazeres do Território Quilombola estão sendo esquecidos e deixados de ser praticados, pois muitas técnicas que eram empregadas no passado somente os mais velhos conservam. A contribuição desse trabalho com as discussões sobre o tema está na possibilidade de compreender como se formou e tem sido difundido esse conhecimento entre as gerações, o que a academia tem a contribuir para preservá-los, dar continuidade e valorizar os saberes e fazeres desse povo.

A fundamentação teórica foi alicerçada nos trabalhos de D'Ambrosio (2007), Silva (2006, 2013), Severino-Filho (2015), Geertz (2008), Gerdes (2007, 2012) e Leite e Silva (2014), entre outras leituras que fomentaram as discussões sobre o tema.

Optamos por utilizar o termo Território Quilombola Vão Grande, porém não há qualquer documentação que apresente essa terminologia, pois a região é conhecida como “Vão Grande” e entendemos que, ao utilizar o termo “Território Quilombola”, evidenciamos a existência de comunidades quilombolas neste espaço geográfico do país. Nessa pesquisa, nos referimos dessa maneira por entender que, quando os primeiros habitantes chegaram à região, ela não era povoada e ali construíram suas famílias de acordo com sua cultura, seu modo de vida e sua ancestralidade negra, enfim suas especificidades.

Mesmo que o processo de reconhecimento e posteriormente de certificação sejam individuais, como aconteceu o povoamento da região, o parentesco entre os moradores das comunidades nos leva a utilizar o termo “Território”, pois ali construíram seu espaço de resistência, sobrevivência e difusão de saberes e fazeres.

Uma das nossas intenções, ao iniciar a pesquisa, foi analisar os conhecimentos matemáticos e os saberes envolvidos na construção da casa de palha e barro, no entanto não foi possível, porque os moradores deixaram de construí-la. Preferem construir suas casas de alvenaria ou de madeira.

De acordo com o tema de estudo, fizemos um resumo de alguns trabalhos sobre etnomatemática, grupos de estudos, além de algumas pesquisas desenvolvidas no Território Quilombola Vão Grande.

Dentre os trabalhos realizados sobre etnomatemática, podemos citar Silva (2006), que investigou a organização espacial/social do povo A`uwẽ - Xavante da comunidade Êtêniritipa, localizada na Terra Indígena Rio das Mortes, nos municípios de Canarana e Ribeirão Cascalheira, em Mato Grosso e, também, Silva (2013), que pesquisou o processo de geração e sistematização dos saberes e fazeres dos A`uwẽ - Xavante, a partir da celebração de um dos principais rituais do povo, o Danhono.

Severino-Filho (2015), em sua tese de doutorado em Educação Matemática, realizou sua pesquisa a partir de uma experiência em etnografia, junto ao povo indígena Apyãwa, que habita a área Indígena Urubu Branco, na Região do Médio

Araguaia, Mato Grosso, tendo como objetivo constituir um conjunto de estudos e reflexões sobre os conhecimentos de povos indígenas e suas epistemologias, interpretados a partir do fluxo do discurso social Apyãwa, na perspectiva do Programa Etnomatemática.

Dos estudos sobre etnomatemática, podemos citar o Grupo de Estudos e Pesquisa em Etnomatemática da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, também chamado de Pesquisa em Etnomatemática, que reúne resumos de dissertações e teses em etnomatemática.

O GEPEm (Grupo de Estudo e Pesquisa em Etnomatemática), formado no final de 1998, é organizado de acordo com os interesses de seus membros, sendo eles pós-graduandos, graduandos da FEUSP e, também, núcleos universitários, pesquisadores da FEUSP e outras universidades brasileiras e estrangeiras, professores da escola básica pública, tendo por objetivo pesquisar a matemática produzida nos contextos socioculturais.

Em algumas universidades do país existem discussões sobre etnomatemática quilombola. Na Universidade de São Carlos (UFSCar), na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), por exemplo. Porém, em Mato Grosso são poucas as pesquisas sobre etnomatemática quilombola.

Dentre as pesquisas já realizadas no Território Quilombola Vão Grande, podemos citar a dissertação de mestrado da professora Maria Helena Tavares Dias, que pesquisou a Festa realizada em honra a Nossa Senhora Aparecida, e também, a dissertação de mestrado da professora Francisca Edilza Barbosa de Andrade Carvalho, que analisa em que medida e como a Escola Estadual José Mariano Bento realiza um projeto pedagógico alinhado com a história das comunidades do território quilombola Vão Grande.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos, nos quais empenhamo-nos em discutir e refletir sobre os saberes e os fazeres dos moradores do Território Vão Grande, e como a escola dialoga com esses saberes.

Na seção, “Pelas estradas e trilhas, o percurso metodológico”, relatamos como se deu o primeiro contato com a comunidade e de minha experiência etnográfica como pesquisadora, os caminhos percorridos e a discussão sobre etnomatemática e os saberes dos povos.

Na segunda seção intitulada, “Comunidades Quilombolas, suas lutas e conquistas”, discutimos a definição de quilombo no passado e no presente, descrevemos as etapas, tanto para a certificação como para a titulação das terras quilombolas, mostramos a quantidade de comunidades quilombolas no Estado de Mato Grosso e aspectos do Território Quilombola Vão Grande.

Na terceira seção, “Saberes que resistem ao tempo”, descrevemos as principais atividades dos moradores, o plantio, a colheita, a roça de coivara, produção de farinha de mandioca, as festas de Santo como espaço socioeducativo compartilhado por adultos e crianças, as memórias dos moradores e os desafios enfrentados na luta pela terra.

1. PELAS ESTRADAS E TRILHAS, O PERCURSO METODOLÓGICO

O primeiro contato com o Território Quilombola Vão Grande aconteceu em 2009, por ocasião de ser contratada para ministrar aulas de matemática na Escola Estadual Sabino Ferreira Maia, localizada no distrito de Currupira, no município de Barra do Bugres – MT, mais precisamente em salas anexas¹ na Comunidade Baixio.

Como o Território Quilombola está distante da cidade de Barra do Bugres a 75 km, local onde resido, o transporte que levava os professores até a comunidade saía às 5 h para chegar à escola às 7 h, uma viagem de aproximadamente 2 horas.

Os pensamentos eram diversos, pois não conhecia a realidade local como seriam as aulas? Como são os alunos, a escola? Como agir? Em meio aos questionamentos, observava a paisagem, à medida que o veículo adentrava o Território, mais extasiada ficava com a beleza natural, estávamos no mês de março, período chuvoso, a vegetação ainda com o orvalho da manhã era de um verde que parecia brilhar.

A estrada de chão, sinuosa, com muitas curvas tornava a viagem mais demorada, o que aumentava a ansiedade e o nervosismo, a maior parte do trajeto é por entre as fazendas de criação de gado, e o que avistamos são os pastos e ao fundo as serras e sua imponência, depois de aproximadamente 1h30min estão as primeiras propriedades dos quilombolas, com suas casas à beira da estrada, parte onde a paisagem se transforma.

Não conhecia a região, mas sabia da existência do local, somente na ocasião compreendi o motivo do nome do lugar “Vão Grande”, um vale localizado entre a Serra das Araras, da estrada é possível enxergar os limites do Território.

Até então, não era do meu conhecimento que a região já se encontrava com a certificação da Fundação Cultural Palmares, como área remanescente de quilombola. Desconhecia também que, na região de Barra do Bugres, havia um Território Quilombola.

A escola no Território Quilombola é um ponto de referência, tanto para os visitantes quanto para os moradores. Ao visitar as famílias do Sr. Benedito Osvaldo,

¹ O Art. 1º da Resolução 157/02 do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso – CEE/MT conceitua salas anexas como o espaço físico destinado ao atendimento educacional do Ensino Fundamental, Ensino Médio ou Educação de Jovens e Adultos, que funcione fora da sede da escola pública com curso/etapa autorizado e ou reconhecido, sob a responsabilidade administrativa e pedagógica da mesma.

do Sr. José Ambrósio e do Sr. Maximiano, por ocasião da pesquisa do mestrado, e eles, sabendo que sou professora, o primeiro assunto a surgir foi sobre a época que atuaram como professor e de quando foram alunos, lembranças ainda vivas em suas memórias.

No início, com as aulas ministradas nas casas, em um dos cômodos cedido pelo morador, alguns alunos precisavam se deslocar mais de 10 km, a pé, por entre as serras, sujeitos aos perigos que nela pudessem encontrar. O professor era um membro da comunidade que dominava a leitura, a escrita e alguns cálculos básicos. São memórias do Sr. Benedito Osvaldo.

O Sr. Benedito Osvaldo, morador da comunidade Baixio, hoje com 73 anos, foi um dos professores na época. Ele relata que estudou até a terceira série, mas que não estudava o ano letivo completo, apenas alguns meses por ano, contudo, aprendeu ler, escrever e fazer cálculos.

As dificuldades enfrentadas nesse período foram muitas, como nos explica o Sr. Benedito Osvaldo. Ele ministrava aulas de manhã para os alunos da Comunidade Baixio, Morro Redondo e Camarinha, que pertenciam ao Município de Alto Paraguai – MT. À tarde, para os alunos da Comunidade Vaca Morta e Retiro, que se localizam do outro lado do Rio Jauquara e pertenciam a Barra do Bugres – MT. No período chuvoso, ele relembra que precisava atravessar o rio com os alunos, de canoa, para diminuir a quantidade de vezes que fazia a travessia, pois a capacidade de canoa não era suficiente para todos, ele colocava os alunos e puxava.

Eu atravessava com seis alunos quando o rio dava val pra mim eu enchia a canoa das crianças e atravessava puxando para atravessar mais ligeiro, porque se eu montasse na canoa tinha que atravessar mais pouco, tinha que dar três, quatro viagem (Sr. Benedito Osvaldo, morador da Comunidade Baixio. Junho de 2019).

Ele nos conta que, muitas vezes, ficava vários meses sem pagamento. Precisava se deslocar até Alto Paraguai – MT para receber. Algumas vezes, precisou ficar até quatro dias na cidade, esperando, pois, os gestores da época alegavam que não tinham dinheiro.

Um dos episódios que marcou o Sr. Osvaldo, quando atuava como docente, foi quando voltava de uma das incursões ao município de Alto Paraguai – MT para receber seu pagamento e buscar materiais pedagógicos. O percurso, da MT-246 até o Território Quilombola, era feito a pé. Para se ter uma ideia das dificuldades enfrentadas nesse período, quando o Sr. Benedito Osvaldo fala que fazia o trajeto a pé, da MT-246 até chegar à sua casa são aproximadamente 45 km, percurso feito

por ele carregando nas costas seus pertences, alimentos e os materiais pedagógicos fornecidos pela Secretaria de Educação do município.

Eu fui, porque nesse tempo a gente tinha que ir até com rede pra dormir, porque não tinha onde dormir, daí eu fui com bolsa, com roupa, com rede e de lá pra cá eu fiz compra, eu trouxe livro, caderno, lápis, caneta e borracha, uma caixa que dava mais ou menos 7 kg ou 8 kg. O saco com os trens pra cá, a bolsa aqui e a caixa na cabeça. Saí de lá oito horas da manhã e cheguei oito horas da noite [...], noutro dia aqui amanheceu desse tamanho do caixote, não tinha costume de carregar nada na cabeça, de lá da reta até aqui (Sr. Benedito Osvaldo, morador da Comunidade Baixio. Junho de 2019).

A primeira escola construída foi na Comunidade Retiro, como nos conta o Sr. Maximiano, que o Sr. Leopoldino, com a ajuda do prefeito de Barra do Bugres, na época, construiu a escola e levou uma professora para ministrar aulas. Porém, ela não morava na comunidade e precisava subir e descer a serra para chegar à escola. Com o passar do tempo, as dificuldades enfrentadas fizeram com que ela abandonasse o trabalho. Ele nos explica também que suas irmãs e irmãos mais velhos estudaram, mas, devido ao fato de ser pequeno ainda, para atravessar o Rio Jauquara, para chegar à escola, ele não estudou nessa época.

Esse tempo eu era criança, porque minhas irmãs foram na escola, esse Leopoldino buscou professora, conversou com o prefeito na Barra, subia a serra e descia, aí e fizeram até uma olaria perto da casa dele, ele trouxe material e fez a escola, então veio uma professora de lá chamada Arcelina, mas eu não estudava, por isso que eu falo, eu era bem pequeno, tinha que atravessar o Jauquara, aquelas minhas irmãs mais velhas, todas essas gente mais velhas de certa idade aprendeu assinar nome né com essa professora, aí, foi indo, quando eu fui prestando já pra ir na escola, ela foi embora e não voltou mais, mas também né tinha que subir serra atravessar o Jauquara (Sr. Maximiano, morador da comunidade Baixio. Abril de 2019).

Na Comunidade Vaca Morta, há uma escola, hoje desativada, que leva o nome do Sr. Leopoldino, pois as aulas foram nucleadas e os alunos transferidos, em 2018, para a escola José Mariano Bento.

O Sr. José Ambrósio também estudou na escola criada pelo Sr. Leopoldino, a distância que ele percorria a pé, juntamente com seu pai, atravessando a mata e o Rio Jauquara é de aproximadamente 10 km, reclama que só frequentava as aulas no período da seca, pois, durante as chuvas, o volume de água do rio era grande e tornava a travessia perigosa.

Pra ir na aula torava esse matão de Jauquara inteirinho, ia e atravessava lá na passagem do retiro. Eles me levavam lá, mas só quando era tempo de seca, no tempo da água não podia ir, pois Jauquara ficava cheio demais, tchá eu não aprendi nada, só um bocadinho (Sr. José Ambrósio morador da Comunidade Morro Redondo. Abril de 2019).

Algo que marcou o Sr. José Ambrósio foi o método de ensino utilizado pelo professor, é perceptível nas conversas sempre que ele toca no assunto da escola, o que vem à sua memória são os castigos físicos.

O professor de lá o finado Leopoldino barbudão feio demais e tinha o filho dele Godofredo. Esse ele panhava ele pela orelha e passava com ele pendurado. Meu Deus do céu, ele tinha uma palmatória furado, qualquer coisa que a gente fazia, ele vinha de lá. Ah, medo triste. Daí foi indo eu não fui mesmo, mais nesse tempo todas as coisas era tranquilo, eu não aprendi nada mesmo, mas é desse jeito, esse tempo que nós vivia (Sr. José Ambrósio morador da Comunidade Morro Redondo. Abril de 2019).

O senhor Maximiano, mesmo criança nesse período, se lembra de que as aulas na Comunidade Baixio, como nas outras comunidades do Território, aconteciam nas casas: “*Aí foi indo, começou a criar umas escolas numas casinhas de Antônio que morava lá embaixo, do compadre Manoel, mas esse aí era o prefeito de Alto Paraguai*”.

Para esclarecer, quando o senhor Maximiano fala que era o prefeito de Alto Paraguai – MT, o Território Quilombola Vão Grande, assim como o Distrito de Currupira pertenciam a este município, entretanto, após reivindicações dos moradores em 1999, aconteceu o plebiscito e os moradores do Vão Grande, que, nesse momento, não era reconhecido como área de remanescentes de quilombolas, e do Distrito de Currupira, votaram e optaram que ambos fossem incorporados à cidade de Barra do Bugres – MT, pois eles alegam que tudo o que precisavam era feito nesta cidade, desde atendimento médico a compras de mercadorias.

Após esse período em que aulas eram ministradas nas casas, a prefeitura de Alto Paraguai – MT construiu as escolas, feitas de madeira nas comunidades Morro Redondo, Camarinha e Baixio. E a prefeitura de Barra do Bugres – MT, nas comunidades Vaca Morta e Retiro, as quais compartilhavam a mesma escola. Em algumas comunidades, a escola era também a moradia das professoras e professores. Esses profissionais, além de ministrarem aulas, preparavam o lanche e limpavam o prédio, não havia água encanada, era preciso buscar no rio, para onde levavam os utensílios para lavar.

Nesse período, as escolas atendiam somente até a antiga 4ª série (5º ano). Após o término dessa etapa escolar, alguns se mudavam para cidade, para morar com parentes e continuar os estudos, outros paravam, porque não tinham essa opção. Isso perdurou até 2002, quando as professoras Dinalva, Lucimara e Maria

Helena, que já atuavam nas escolas, uma em cada comunidade, juntamente com os moradores, conseguiram a abertura de salas anexas de escolas municipais.

A partir daí, já era possível terminar o ensino fundamental. Porém, mais uma vez alguns alunos e pais sonhavam com o Ensino Médio. Novamente entram em cena os moradores da comunidade e as professoras, que também eram moradoras, para trazer essa modalidade de ensino.

Faço, aqui, alguns apontamentos por ocasião de minha chegada à escola do Vão Grande. A nova realidade com a qual me deparo é um tanto desafiadora e causou-me até certo receio, mesmo praticamente nascida em Barra do Bugres – MT, não tinha conhecimento de que havia um Território Quilombola no município, fato que só tomei conhecimento quando cheguei à escola.

Em 2009, faço parte dessa realidade, pois sou contratada como professora de matemática, para ministrar aulas no Ensino Médio, nas salas anexas da Escola Sabino Ferreira Maia. Nessa ocasião, os encaminhamentos para estadualizar e nuclear as escolas estão avançados.

O cenário descrito até então, mudou consideravelmente com a estadualização da escola. Em 2010, após muitas reivindicações e luta da comunidade, a SEDUC/MT criou em fevereiro de 2010, pelo Decreto de nº 2378 de 22 de fevereiro de 2010 a Escola Estadual José Mariano Bento, com gestão própria, quadro docente e funcionários. Mesmo permanecendo o horário de chegada e saída dos professores a interação foi maior, alterou-se a dinâmica dos acontecimentos na escola.

As discussões sobre educação escolar quilombola ainda para nós professores e professoras que vinham da cidade, mas não somente para nós, até mesmo para as professoras que moravam na Comunidade, era tudo muito novo, a academia não nos preparou para essa realidade. Enfim, nesse mesmo ano, iniciaram-se as formações promovidas pelo Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso (CEFAPRO – MT), contudo, as dúvidas, as incertezas sobre como fazer, o que fazer permeavam nossos pensamentos.

Durante o primeiro ano na escola, o contato com os moradores foi pouco, pois os professores chegavam à escola às 7h e retornavam para a cidade às 11h.

Em 2009, o local destinado para a escola da comunidade abrigava salas anexas de duas unidades escolares de Barra do Bugres – MT. O prédio era uma construção de madeira com duas salas de aula, uma cozinha, uma secretaria e dois banheiros, um masculino e outro feminino. Como o espaço não acomodava todas as

turmas, os moradores construíram barracões, cobertos com palhas de babaçu, para que todos os alunos pudessem estudar. Desse modo, havia, no mesmo espaço, três escolas diferentes, motivo que pode ter dificultado a interação entre professores, alunos e moradores. O contato era basicamente com os alunos e com aqueles que moravam próximo à escola e nos momentos de reunião pedagógica.

Durante o intervalo, aproveitávamos para conversar com os alunos e conhecer um pouco sobre a comunidade, os acontecimentos, o lazer e o trabalho dos pais, eles também nos interpelavam, queriam saber sobre nossas vidas, o que fazíamos e nossas famílias. Muitas vezes, nos contavam histórias que, para nós, existiam somente no imaginário, mas que para eles consideram real.

Eram apenas três professoras pedagogas moradoras do Território Quilombola, oito professores de Barra do Bugres – MT e um do distrito de Currupira. Era de consenso que precisávamos conhecer a comunidade, suas lutas, suas vivências, sua cultura e suas especificidades. Para atingir os objetivos, a escola passou a realizar reuniões, festividades com a presença de pais e moradores, assim como visitar todas as famílias das cinco comunidades para que conhecêssemos suas realidades.

É nesse mesmo ano que se iniciam as primeiras discussões na escola sobre educação escolar quilombola, ainda bem superficial. Além de a presença de três escolas no mesmo espaço dificultar a interação, havia a resistência de alguns professores em discutir algumas temáticas, como por exemplo, ao falar sobre as religiões de matrizes africanas.

A partir da estadualização da escola, em 2010, a gestão, por meio da assessoria pedagógica, recebeu um comunicado que novas disciplinas integrariam o currículo. Devido às especificidades da educação escolar quilombola, criou-se as Ciências e Saberes Quilombolas, composta por três disciplinas, “Prática em tecnologia social”, “Prática em cultura e artesanato quilombola” e “Prática em técnicas agrícolas quilombolas”. As demais disciplinas também teriam que trabalhar de acordo a realidade local, considerando suas vivências, seus saberes e fazeres.

O que fazer? Como fazer? Eram nossos questionamentos, pois não tivemos nenhuma formação seja inicial ou continuada sobre o assunto.

De posse da matriz curricular, com as novas disciplinas fornecidas pela SEDUC/MT, através da Superintendência de Diversidade (SUDE), iniciamos os trabalhos com o que pensávamos ser o ideal. Entretanto, nossas angústias só

aumentavam, assim, após discussões na escola, a gestão solicitou da superintendência que um técnico fosse até a escola e nos auxiliasse nesse processo.

Nesse mesmo ano, a SEDUC/MT firmou parcerias com a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE), para ofertar os cursos de formação e aperfeiçoamento para as escolas quilombolas de Mato Grosso.

O curso de extensão para Formação de Professores das Comunidades Remanescentes de Quilombo ofertado tinha carga horária de 200 horas, dividido em cinco módulos. Cada escola se organizava de maneira que, a cada ano, um grupo de professores pudesse participar. Compareceram professores das cidades de Barra do Bugres – MT, Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, Nossa Senhora do Livramento – MT, Chapada dos Guimarães – MT e Poconé – MT.

As temáticas dos módulos foram: Educação Antirracista, Didática e a Intervenção Pedagógica, Escravidão e Resistência, Educação e Relações Étnico-raciais e Orientação de Projetos.

Além dos cursos de formação, os professores da Escola Quilombola José Mariano Bento participam, desde 2010, do Semiedu (Seminário de Educação), promovido pela UFMT, e da Jornada Desigualdades Raciais na Educação Brasileira, evento realizado pelo NEPRE, que acontece paralelamente ao Semiedu, apresentando relatos de experiências em educação escolar quilombola.

Nesse contexto, discorro brevemente sobre minha vivência, experiência e permanência na comunidade. Atuo como professora na escola desde 2009 até o presente momento, desde que se fez necessário a vinda de professores da cidade de Barra do Bugres – MT, para ministrar aulas, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) disponibilizava o transporte para fazer o traslado. Os professores saíam às 5h todos os dias e chegavam à escola às 6h e 40min, alguns retornavam para suas casas às 11h, outros que lecionavam no período noturno permaneciam na comunidade e voltavam no dia seguinte após as aulas.

Em 2018, a SMEC deixou de prestar o serviço de transporte somente para os profissionais da escola do Território Quilombola Vão Grande, alegando falta de recursos financeiros, porém continuou ofertando para as demais comunidades da zona rural. Desde então, os professores que trabalham na comunidade, inclusive eu, chegamos à escola na segunda-feira, às 6h e 30min e retornamos para nossas

casas na sexta-feira às 11h e 30min. A antiga escola de madeira (Figura 1) é o alojamento dos professores e professoras, que é compartilhado com o motorista do transporte escolar e com uma moradora nascida na região e retornou para morar próximo de seus pais, mas como não havia uma casa que ela pudesse ocupar, parte da escola foi cedida para abrigá-la e seus dois filhos menores.

O espaço ficou dividido da seguinte maneira: uma sala de aula mais uma cozinha e um banheiro para a moradora, uma sala de aula, uma cozinha e um banheiro para os professores e professoras, sendo que o banheiro é compartilhado com o motorista do transporte escolar. A antiga secretaria funciona como quarto e cozinha para o motorista.

Figura 1 – Antiga escola da comunidade e atual alojamento dos professores.



Fonte: pela autora (novembro de 2019).

As Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012), em seu Art. 55, dispõe que aos professores que necessitam se deslocar de sua residência para atuar em Territórios Quilombolas devem ser disponibilizadas moradia e alimentação adequada, assim com material didático. Porém isso não saiu do papel, quando reivindicamos esse direito na SEDUC/MT, através da Superintendência das Diversidades Educacionais (SUDE), não obtivemos uma resposta positiva. Percebemos que mais uma vez os nossos direitos são subtraídos.

As aulas acontecem no período matutino e noturno. Ministro aulas de segunda a sexta-feira, de manhã, e às terças-feiras à noite, na turma do Ensino Médio da EJA. Com isso, tive disponibilidade para realizar a pesquisa à tarde e, algumas vezes, à noite, quando participava das rezas e das festas. Essa é a minha rotina desde a aprovação do projeto em dezembro de 2018 pelo Comitê de Ética da UNEMAT, processo CCAE: 95588518.8.0000.5166.

Entre o término da graduação e o início da primeira turma de mestrado em Ensino de Ciências e Matemática na UNEMAT – Campus de Barra de Bugres – MT, passaram-se cinco anos e, a cada seleção para ingressar no programa, o desejo em concorrer aumentava, assim como as incertezas e o medo.

Com o problema de pesquisa formulado, restava escrever o projeto e participar da seleção, e, assim foi feito com o projeto “Saberes e fazeres dos moradores do Território Quilombola Vão Grande” consegui a aprovação em 2017 e ingressei na turma de 2018.

Por se tratar de um Território Quilombola e os moradores descenderem basicamente de duas famílias, Carvalho (2016) construiu a árvore genealógica e constatou que o Sr. Manoel Veríssimo de Lima era casado com dona Ana Paes Rodrigues e tiveram 11 filhos, entre eles dona Maria Eulália, o Sr. Sabino Maciel era esposo de dona Serafina Maria da Cruz, conhecida como mãe fina e dessa união resultou em 10 filhos, sendo pais do Sr. José Mariano Bento, e assim inicia-se o povoamento da região. Nesse contexto há muitos saberes e fazeres que são comuns, eles estão sempre reunidos nas diversas festas de Santo que são comemorados na comunidade.

Desse modo, permaneço durante a semana na Comunidade Baixio e me desloco para as outras comunidades, para desenvolver a pesquisa.

Os sujeitos da pesquisa foram alguns dos moradores do Território Quilombola Vão Grande. Não estabelecemos um quantitativo de participantes, definimos de acordo com a necessidade de novas informações, e, com isso, outras pessoas integraram o grupo.

Procurei não direcionar as conversas, deixei os moradores contarem à maneira deles, interferindo o mínimo possível nas narrativas. Os registros foram feitos com anotações no caderno de campo, gravação no telefone celular, registro fotográfico e observações quando acompanhava os moradores nas idas às roças, ou participando das rezas, e nas rodas de conversas que, muitas vezes, aconteciam desencadeadas por uma ou outra questão surgida durante as atividades desenvolvidas por eles.

Foram aproximadamente 10h de gravação, que resultaram em 50 páginas de transcrição, todos os registros de áudio, fotográfico e observações foram feitos com o consentimento dos sujeitos de pesquisa.

A produção dos dados não se deu somente com as pessoas que aparecem no decorrer do texto, pois, no momento das conversas, a família sempre estava presente, com a presença dos mais novos no mesmo ambiente, eles ouviram histórias do seu passado que desconheciam, outros contribuíam com as informações fornecidas pelos mais velhos.

De acordo com Sales, Souza e Silva (2018), o Território Quilombola Vão Grande possui, aproximadamente, 308 habitantes, distribuídos entre as cinco comunidades. No Baixio eram 84 pessoas, 22 na Camarinha, 62 no Morro Redondo, 90 no Retiro e 50 na Vaca Morta (n. p.).

Os moradores da Comunidade Baixio, como das outras quatro comunidades, em sua maioria, são católicos e professam sua fé e religiosidade nas festas de Santo, nas rezas, nos terços, rezados praticamente todas as semanas e nas missas celebradas uma vez por mês, pelo padre da Paróquia Santa Cruz, da cidade de Barra do Bugres – MT. São quatro famílias evangélicas em todo o Território Quilombola e realizam os cultos uma vez por semana, todas elas moram na comunidade Baixio.

1.1. A imersão no cotidiano dos moradores do Território Quilombola Vão Grande

Desde o primeiro contato com os moradores até o ingresso no Programa de Pós-Graduação, passaram-se dez anos. Podemos dizer que, durante esse período, tive o privilégio de conhecer um pouco sobre os seus saberes e fazeres e entender a dinâmica local.

Cumpridas as exigências do Comitê de Ética em Pesquisa da UNEMAT, e aprovação do projeto, é chegada a hora de iniciar a pesquisa. Parafraseando Geertz (2008), me preparando para estudar no *quilombo* e não estudar o *quilombo*.

Ao fazer a imersão no cotidiano quilombola, foi possível conhecer, aprender e compreender fatos de sua cultura, suas crenças, seu passado, suas vivências, suas lutas e seus desafios, a partir de seus relatos e das conversas criar nossa própria escrita. Para Geertz (2008), o que escrevemos ao fazer etnografia é resultado de algo que já foi construído.

O que chamamos de nossos dados são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas, do que elas e seus compatriotas se propõem está obscurecido, pois a maior parte do que precisamos para compreender um acontecimento particular, um ritual, um costume, uma ideia, ou o que quer que seja está insinuado como informação de fundo

antes da coisa em si mesma ser examinada diretamente (GEERTZ, 2008, p. 7).

Nas comunidades Quilombolas, tudo está entrelaçado, os saberes, os conhecimentos, os costumes, os fazeres, juntos num emaranhado cultural. Nesse sentido, adotamos o conceito de cultura de Geertz (2008) que diz:

O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura com sendo como essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado (GEERTZ, 2008, p. 5).

A etnografia estuda grupos de pessoas, povos organizados em sociedade ou comunidades, as especificidades de seu modo de vida, seu comportamento, seus costumes, suas crenças, seus mitos, suas lendas, elementos que definem sua cultura. Segundo Angrosino:

Etnografia significa literalmente descrição de um povo, etnografia lida com gente não com indivíduos, é uma maneira de estudar pessoas em grupos organizados, duradouros, que podem ser chamados de comunidades ou sociedades. O modo de vida peculiar que caracteriza um grupo é entendido como sua cultura. Estudar a cultura envolve um exame dos comportamentos, dos costumes e crenças aprendidos e compartilhados (ANGROSINO, 2009, p.16).

No decorrer de nossa experiência etnográfica, percebemos que a ordem em que as coisas acontecem são alheias às nossas necessidades de pesquisadores cada atividade no seu tempo.

Como no caso das “piscadelas” de Geertz, nas comunidades quilombolas existem os códigos que somente eles entendem. Exemplo disso, durante os festejos em adoração ao Santo, no momento da ladainha ou da dança do São Gonçalo, eles se comunicam entre si, de maneira peculiar que somente os mais atentos ou os que conhecem essa forma de comunicação percebem. Quando existe um código público no qual agir assim significa um sinal conspiratório, é piscar. “É tudo que há a respeito: uma partícula de comportamento, um sinal de cultura – um *voilà* – um gesto” (GEERTZ, 2008, p. 10).

Conviver e compartilhar de momentos como os preparativos das festas, construção das casas, dos problemas, das conquistas e dos desafios, acontecimentos do cotidiano quilombola, transforma o modo como enxergamos as comunidades tradicionais, pois somente o convívio é que nos mostra a riqueza dos saberes.

O fato de trabalhar como professora na escola e permanecer durante a semana na comunidade facilita o trabalho de pesquisadora e, em outras situações,

dificulta, facilita porque o trabalho é pela manhã e à tarde há a disponibilidade para visitar as casas, as roças e participar do cotidiano quilombola. Dificulta porque não é possível perceber algumas sutilezas que possam passar despercebidas, devido ao convívio. Isso nos faz reportar a Geertz (2008), quando diz que precisamos estranhar o que é familiar e familiarizarmos ao que é estranho.

Vale ressaltar que, em minha experiência etnográfica, algumas vezes estive acompanhada pelas professoras Marcia, Evani, Eliene e Joacil, morador da Comunidade Baixio, não nos esquecendo da pequena Maria, que insistiu em nos acompanhar até a roça.

O trajeto foi feito a pé, entre as trilhas que dão acesso às casas e às roças, outras vezes, de carro, devido à distância entre as comunidades, e até mesmo atravessando o Rio Jauquara a pé ou pela passarela suspensa e, até mesmo, de carona no ônibus escolar.

Ao observar o cotidiano quilombola, nos deparamos com situações que talvez em outras ocasiões passassem despercebidas, como no dia em que nos dirigíamos até a Comunidade Vaca Morta para participar do “dia de fazer farinha”, como eles se referem a essa atividade. Como o morador nos informou que seria à tarde, aproveitamos para pegar carona no transporte escolar, pois o Rio Jauquara estava cheio e impossibilitou a travessia a pé. O percurso que o transporte escolar faz demora, aproximadamente, 1h. Os alunos precisam trocar de ônibus, atravessar a passarela, do outro lado há outro ônibus à espera.

Finalizando o trajeto, restava uma aluna entre 10 e 11 anos e o grupo que nos acompanhava. Ainda na estrada, cerca de 300 m de distância, é possível avistar a igreja de São Benedito. Nesse momento, a menina se levanta e faz o sinal cruz, o mesmo gesto é repetido pelos moradores, todas as vezes que passam em frente ao cemitério, em sinal de respeito aos mortos. Percebemos que elementos da cultura, da religiosidade estão sendo preservados.

Em outra ocasião, mas ainda falando sobre perpetuação e difusão de saberes, fomos convidados para a festa de aniversário de uma criança, também na Comunidade Vaca Morta. Chegamos mais cedo, pois uma das professoras tinha a incumbência de preparar o bolo de aniversário, outra professora queixava-se de dores na coluna e a menina Maria, a mesma que nos acompanhou até a roça disse ter um remédio bom para a coluna, “*minha vó faz quando alguém está com dor lá em casa, é a ‘canela de velho’, vou buscar para fazer chá*”. Minutos depois Maria

retornou trazendo a erva, são esses saberes que são repassados de geração para geração, que garantem a continuidade desse povo. D'Ambrosio (2007) discorre sobre conhecimentos e comportamentos:

As distintas maneiras de fazer [práticas] e de saber [teoria], que caracterizam uma cultura, são parte do conhecimento compartilhado e compatibilizado. Assim como o comportamento e conhecimento, as maneiras de saber e fazer estão em permanente interação. São falsas as dicotomias entre saber e fazer, assim como entre teoria e prática (p. 19).

Uma semana antes da preparação da festa, visitei a casa do festeiro para conversar sobre a pesquisa e informá-lo sobre importância da observação da festa de Santo para o seu desenvolvimento. Prontamente, o Sr. Antônio e dona Rosanil aceitaram e destacaram a importância da minha presença como pesquisadora, eles entendem que o interesse da academia pelos seus saberes e fazeres pode contribuir com preservação da cultura e difusão dos conhecimentos quilombolas. De acordo com Severino-Filho (2015, p. 22):

A realização de um trabalho etnográfico implica no cumprimento de algumas etapas que se apresentam como necessárias em um período muito anterior às incursões no campo para as primeiras observações. Dentre elas, o conhecimento mínimo da realidade onde serão realizados os estudos e o esclarecimento e consentimento prévios dos sujeitos envolvidos, quanto às intenções do pesquisador, têm relevância inquestionável.

As observações tiveram início em fevereiro de 2019, diversas vezes estive presente nas festas de Santo como convidada, nas rezas e por ser algo prazeroso sempre que podia acompanhava alguns moradores na ida à roça. O primeiro acontecimento da comunidade que participei como pesquisadora foi a festa de Santo, em devoção a São José, me preparei para aquele momento, nessa ocasião com outro olhar, atenta aos mínimos detalhes.

A primeira atividade da festa observada foi a construção do barracão coberto com palha de babaçu. É notável a sabedoria aplicada nessa etapa, presente nas explicações sobre a disposição dos caibros e das palhas do telhado, tudo obedece a um princípio.

No primeiro dia de preparação da festa de Santo, acordamos ao som dos fogos de artifícios que servem para anunciar as comunidades vizinhas sobre a festa, assim como para avisar e convidar para o início dos trabalhos. Caminhamos pela trilha em direção à casa e era possível ouvir as conversas, ao chegar ao local a movimentação era intensa.

Ainda pela manhã, alguns homens são encarregados de abater o boi. Ele estava na Comunidade Vaca Morta, trazido puxado por cordas pela trilha, atravessando o Rio Jauquara até chegar ao local da festa na Comunidade Baixio. No momento do abate, ocorreu um fato que me deixou um pouco receosa, o boi estava demorando a morrer, eu estava sentada à sombra da mangueira próximo ao local do acontecimento, várias crianças também estavam próximas ao local, então ouvi um dos moradores questionar “*quem está com dó do boi? porque ele não morre!*”, fiquei apreensiva, pois poderiam pensar que seria eu. Virei-me para o lado oposto para dar a entender que não estava incomodada com o episódio.

Durante os afazeres da festa, inseri-me nos diversos grupos, pois cada grupo era encarregado de uma determinada tarefa, ora estava ajudando a fazer o doce de mamão e aproveitando para os momentos de conversa, ora ajudando na confecção das flores e bandeirolas de papel crepom para ornamentar o altar. Essa interação contribuiu para me informar sobre o significado de cada ritual, em outros momentos estava observando a construção das fornalhas. Eram tantas coisas acontecendo ao mesmo tempo que era quase impossível atentar a tudo.

Em retribuição ao acolhimento recebido, confeccionei uma toalha ornamentada com rendas e fitas para o altar do Santo. Na entrega do presente o Sr. Antônio nos disse: “*Que São José a abençoe professora*”.

No Território Quilombola Vão Grande, a produção de farinha, como qualquer outra atividade, acontece no núcleo familiar. Nesse dia, todos os moradores da casa onde será realizada a festa de São José estavam envolvidos em todo o processo, desde as crianças até os mais velhos, seja para buscar lenha que alimentaria a fornalha, na colheita da mandioca, no descascar, no ralar, na prensagem, na peneiração e na torração. Quando o trabalho a ser desenvolvido necessita de um número maior de pessoas para ser realizado, fazem no sistema de *muxirum* ou na troca de dias, isso acontece normalmente no plantio, na colheita e na limpeza da terra.

Nos diversos espaços do cotidiano quilombola em que fui recebida a acolhida foi sempre calorosa, seja com o Sr. José Ambrosio, sob a sombra da mangueira, ou com o Sr. Osvaldo, na sala da sua casa e depois andando pelo terreiro, na roça do Sr. Benedito Ilino observando a plantação de abóboras, na roça do Sr. Maximiano presenciando a colheita de arroz, seja na varanda da casa do Sr. Benedito Osvaldo conversando sobre sua atuação como professor na comunidade, dona Nathalia

rememorando sua experiência de parteira e benzedeira, ou no local da festa de Santo, na conversa com os mais velhos, os jovens e as crianças, ou na extensão da casa do Sr. Manoel e dona Amália nos esclarecendo sobre alguns rituais da festa de Santo.

Durante as conversas é comum os moradores acenarem, mostrar locais e falar sobre pontos de referências, como morro, córregos, determinada época do ano e roça do fulano. No mês de abril de 2019, estávamos na casa do Sr. José Ambrosio por conta da pesquisa. Vale lembrar que abril foi um período de chuvas intensas na região e, como consequência, a estrada ficou em péssimo estado. A conversa, como sempre, muito interessante, porém ficamos preocupados porque o céu estava nublado e anunciava uma possível chuva, e ele olhou para o céu e nos tranquiliza dizendo que “*essa chuva vai passar do outro lado*”, ele baseou-se nos seus conhecimentos sobre o tempo para nos dar essa explicação, e realmente a chuva não veio.

O Sr. Osvaldo também relata que o pai era conhecedor dos aspectos climáticos, o seu comentário reforça o episódio na casa do Sr. Ambrosio.

Meu pai também tinha dia sol quente que amanhecia e ele falava hoje de tarde a hora que o sol virar ali, vai trovejar pra chover, se não chover vai trovejar bastante podia esperar, assim sem nada, nada de sinal, mais tudo essas gente mais velho era assim, leitura não tinha, mas tinha conhecimento, de ponha sentido no tempo em todas as coisas, tá ali, se ele viu uma vez e ele botou sentido ali já fica (Sr. Osvaldo, morador da Comunidade Morro Redondo. Abril de 2019).

Esses relatos mostram como os saberes dos moradores continuam circulando e sendo repassados aos mais novos.

1.2. A etnomatemática e sua relação com os saberes e os fazeres quilombola

Os africanos foram trazidos para o Brasil escravizados, tiveram todos os seus direitos negados e assim permaneceram por muitos anos e ainda continuam sendo vítimas de preconceito e discriminação. Invisibilizados, não desistiram das lutas, lutas por melhores condições de vida, acesso à educação, saúde, terras para plantar e igualdade de direitos.

Assim como seus antepassados, os remanescentes de quilombos ainda lutam pela preservação de seus costumes, sua cultura, suas terras, seu modo de vida, seus saberes e fazeres, enfim pela sua sobrevivência, vivência, convivência e

transcendência nos quilombos, pela afirmação e valorização de sua identidade quilombola. Nesse sentido, Severino-Filho afirma que:

Relegadas à clandestinidade da existência, enquanto manifestação cultural, ou possibilidades diferentes de se conceber o mundo e as relações que o constituem, as sociedades “periféricas” continuaram a desenvolver suas ciências, suas matemáticas e seus modos de interagir com o ambiente e com o outro (SEVERINO-FILHO, 2010, p. 133).

Os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo pela população quilombola estabelecem, por exemplo, a época propícia para o plantio, determinada pelas fases lunares. A extração da madeira e da palha para a construção das casas, também respeitam os saberes dos mais velhos. Estes afirmam que, caso não seja feita da maneira adequada, a construção não oferece durabilidade, e a colheita não será abundante.

D’Ambrosio alega que:

As populações aumentam e surge a necessidade de instrumentos intelectuais para o planejamento do plantio, da colheita e do armazenamento, e, conseqüentemente, organização de posse da terra, de produção organizada e de trabalho, fundando as estruturas de poder e de economia ainda hoje prevalentes. Surgem mitos e cultos ligados aos fenômenos sazonais afetando a agricultura. Faz-se necessário saber onde [espaço] e quando [tempo] plantar, colher e armazenar (D’AMBROSIO, 2007, p.21).

O cotidiano quilombola está impregnado de saber matemático, seja nas suas tarefas mais simples, ou nas complexas. Como toda sabedoria aplicada na construção das casas de palha e barro ou na cubagem de terras, alguns dos conhecedores dos cálculos empregados em cada etapa nunca foram à escola. Os que estudaram, aprenderam somente a ler e escrever, todo o seu conhecimento foi adquirido na vivência e, principalmente, na convivência em suas comunidades, seus saberes foram e estão sendo transmitidos oralmente através do tempo. De acordo com Silva:

Compreender e respeitar a maneira como cada uma dessas essências estão articuladas no/com processo de geração, sistematização e difusão de saberes/conhecimentos matemáticos dos grupos sociais distintos é algo que exige de nós, além de desprendimento, sensibilidade, respeito, humildade e uma grande dose de vontade, pois compreender essa matemática exige compreender muitos aspectos adjacentes a ela, e faz-se necessário buscar também compreender outros saberes que estão articulados com seus saberes. Aspectos estes que, muitas vezes, são gerados e concebidos pelo grupo em questão, e que são tidos como fios condutores da tecelagem da malha cultural daquele povo (SILVA, 2013, p. 24).

Ainda sobre o discurso de Silva (2013), ao observar o dia a dia dos quilombolas do Vão Grande, tudo é muito complexo e dificulta a compreensão da

dinâmica local. O que antes nos parecia simples, ganha uma nova dimensão, tudo está interligado, os saberes são indissociáveis, um complementa o outro.

A etnomatemática, nesse sentido, busca a compreensão do saber matemático dos povos, cada um com suas especificidades, suas maneiras de realizar cálculos, seus métodos para entender os fenômenos sazonais e difundir seus conhecimentos.

Para D'Ambrosio (2007), a etnomatemática é a matemática praticada por grupos culturais distintos, que compartilham das mesmas tradições e costumes, como aquelas praticadas nos territórios quilombolas.

Etnomatemática é a matemática praticada por grupos culturais, tais como comunidades urbanas e rurais, grupos de trabalhadores, classes profissionais, crianças de uma certa faixa etária, sociedades indígenas, e tantos outros grupos que se identificam por objetivos e tradições comuns aos grupos (D'AMBROSIO, 2007, p.09).

Gerdes (2007) nos fala que cada povo possui um modo peculiar de aplicar seus conhecimentos matemáticos de acordo com a sua cultura, seus saberes e seus fazeres.

Cada povo tem uma cultura, cada povo tem uma língua. Da mesma maneira cada povo tem sua matemática: a sua maneira de estimar, a sua maneira de orientar-se no espaço e no tempo, a sua maneira de inventar formas, a sua maneira de decorar sistematicamente, a sua maneira de explorar simetrias, a sua maneira de classificar... (GERDES, 2007, p. 159).

A matemática praticada pelos quilombolas do Vão Grande tem sua origem e difusão no seio familiar, nos momentos em que se encontram e as conversas convergem para as questões sobre a influência da falta de chuvas nas plantações ou nas pragas que estão atacando a lavoura e, até mesmo, o quanto a pesca foi abundante. D'Ambrosio (2007), fala sobre esses conhecimentos matemáticos, que os mesmos não são aprendidos na escola, mas no ambiente familiar e nos diversos espaços socioeducativos.

Um exemplo de sua etnomatemática é o método utilizado pelos moradores do Território Quilombola Vão Grande na cubagem de terras, um sistema chamado de não convencional pela sociedade, mas que para eles é capaz de solucionar os problemas do seu cotidiano. Os sistemas de medidas utilizados por eles são a vara, a braça, a tarefa, alqueire e o litro.

Quando estão no desenvolvimento de seus afazeres na roça e necessitam medir o trabalho realizado, recorrem aos mecanismos mais empregados nesse processo que é se colocar em pé com o braço levantando e cortar a vara nessa

medida e assim calcular a tarefa, seja ela de 13 braças x 13 braças, 20 braças x 20 braças ou 25 braças x 25 braças, conforme o acordo firmado entre as partes. São saberes matemáticos que resistem ao tempo, mas inexistentes aos olhos da sociedade nesse sentido, Leão afirma que:

Os saberes da etnomatemática das narrativas e das memórias dos povos marginalizados, ainda, precisam ser mais conhecidos, compreendidos e, sobretudo, reconhecidos. As realidades dos saberes das etnociências não são homogêneas, os quais, com frequência são ignorados e desperdiçados (LEÃO, 2005, p. 123).

Nessa direção, a etnomatemática admite as matemáticas dos contextos socioculturais, enfatizando que cada cultura é diferente, cada uma com suas especificidades, pois em se tratando de saberes quilombolas, as comunidades de diferentes partes do país possuem suas singularidades, cada uma desenvolveu métodos próprios capazes de solucionar seus problemas cotidianos.

Tratando-se da difusão de conhecimento matemático das comunidades tradicionais, Gerdes (2007) nos diz que ela se dá desde o nascimento e o contato com os familiares e os que fazem parte do seu convívio.

Desde a nascença, a criança é imbuída na cultura do seu povo, da sua vizinhança, da sua família. Desde a nascença, a criança bebe o leite da mãe, “bebe” também o “leite matemático” da mãe, do pai, dos avós, dos irmãos, dos vizinhos... (GERDES, 2007, p.160).

Em seu discurso, Gerdes (2007) evidencia que a criança “bebe” o “leite matemático” e isso nos faz recordar as palavras do Sr. Alfredo ao relatar como aprendeu a contar, seu pai o ensinou para que ele o ajudasse a contar as bananas para serem comercializada.

Eu não sabia ler nem escrever, acho que desde os meus sete anos eu já sabia contar, porque meu pai me rumava pra contar os centos das bananas, eu sabia que 2 dedos de bananas era 2, eu não conseguia memorizar 2 mil dedos de bananas, eu não conseguia rumar aqui 2 mil dedos de banana, mas se eu contasse até 100 cortava um pedaço de pau e colocava aqui e colocava aqui 20 pedaços eu sabia que cada pedaço era 100. Então, se eu colocasse 20 pedaços eu sabia que tinha 2 mil, eu não sabia escrever 2 mil, mais eu sabia que era 2 mil por causa daqueles pedaço que cada um valia 100 e assim eu sabia que tinha 2 mil, que fosse 3 mil, que fosse 4 mil (Sr. Alfredo. Morador da Comunidade Baixio. Outubro de 2018).

É a difusão de conhecimentos que permite a sobrevivência dos povos, cada um com seus saberes e fazeres matemáticos próprios de sua cultura, passados de geração para geração. Como dizem os moradores do Território Quilombola Vão Grande: “*aprendemos com os mais velhos*”. Algumas vezes relatam que não sabem o significado de alguns dos ritos da festa de Santo e justificam que seus pais faziam

assim, que eles aprenderam também dessa maneira e assim foram repassando para os mais novos, outras coisas aprenderam na experiência.

De acordo com D'Ambrosio (2007):

Conhecimentos e comportamentos são compartilhados e compatibilizados, possibilitando a continuidade dessas sociedades. Esses conhecimentos e comportamentos são registrados, oral ou graficamente, e difundidos e passados de geração para geração. Nasce, assim, a história de grupos, de famílias, de tribos, de comunidades, de nações (D'AMBROSIO, 2007, p. 22).

Os quilombolas do Vão Grande utilizam a matemática aprendida com seus pais, tios e avós na confecção da balança artesanal, na construção dos barracões para abrigar os convidados durante as festas, na produção de farinha de mandioca, na produção de rapadura de cana de açúcar, nos preparativos das festas de Santo, no trabalho nas fazendas e nas roças. Devido às centenas de anos de invisibilidade e negação de direitos, alguns deles não reconhecem a sua matemática como um saber, foram convencidos através dos anos que seus conhecimentos não são legítimos e como tal não têm validade.

Isso nos faz recordar o pensamento de Santos (2007), quando discute sobre o pensamento abissal, sendo que deste lado da linha está o conhecimento científico e do outro lado da linha os conhecimentos não científicos.

Refiro-me aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do outro lado da linha. Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso. [...] Do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjectivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objectos ou matéria-prima para a inquirição científica (SANTOS, 2007, p. 03).

A autoafirmação e o reconhecimento do ser quilombola, de sua ancestralidade negra pode ser o caminho para colocar todos do mesmo lado da linha, ou seja, com seus saberes e fazeres legitimados, não somente como sujeitos de deveres, mas também de direitos.

2. COMUNIDADES QUILOMBOLAS, SUAS LUTAS E CONQUISTAS

Os quilombos, no Brasil, foram formados por homens e mulheres escravizados que fugiam da condição a qual eram submetidos no período escravista. Porém, não havia somente negros, mas índios, soldados desertores e outros que fugiam de algum tipo de opressão e perseguição. Segundo Reis (1996):

Como se repetiu em muitos outros quilombos, esta população não era constituída apenas de escravos fugidos e seus descendentes. Para ali também convergiram outros tipos de trãnsfugas, como soldados desertores, os perseguidos pela justiça secular e eclesiástica, ou simples aventureiros, vendedores, além de índios pressionados pelo avanço europeu (REIS, 1996, p. 16).

O Quilombo dos Palmares foi o mais conhecido, tendo como líder Zumbi dos Palmares, resistindo a ataques por aproximadamente 100 anos. De acordo com Santos e Silva (2009, p. 29), Francisco foi o nome cristão de Zumbi, aos seis anos foi capturado e criado por um padre português, fugiu aos quinze anos e retornou a Palmares, a partir de então passou a ser chamado Zumbi² e assume a liderança do quilombo.

O Conselho Ultramarino Português de 1740 define quilombo como sendo “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Isso no século XVIII, para Almeida (2002, p. 48), dessa definição origina cinco significados: a fuga, a quantidade de pessoas escravizadas reunidas, a localização marcada pelo isolamento, o rancho e o pilão simbolizam autoconsumo e reprodução. Almeida (2002) alerta que essa definição marcou o modo como o quilombo é interpretado.

Dessa forma, esses cinco elementos funcionaram como definitivos e como definidores de quilombo. Jazem encastoados no imaginário dos operadores do direito e dos comentadores com pretensão científica. Daí a importância de relativizá-los, realizando uma leitura crítica da representação jurídica que sempre se mostrou inclinada a interpretar o quilombo como algo que estava fora, isolado, para além da civilização e da cultura, confinado numa suposta auto-suficiência e negando a disciplina do trabalho (ALMEIDA, 2002, p. 48).

Passados alguns séculos, em decorrência de muita luta das Comunidades Quilombolas pela titulação das terras, pelo seu reconhecimento, pela valorização de sua cultura e sua ancestralidade negra, a definição e o conceito de quilombo na atualidade passam a defini-los como são, sujeitos de direitos.

² De acordo com os estudos de Damasceno (2014) não há um consenso sobre Zumbi, se ele era uma pessoa ou um título concedido para algumas das lideranças Palmarinas.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) definiu as comunidades quilombolas como grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias.

No Art. 2º do Decreto Federal nº 4887/2003 que regulamenta a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos como sendo:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003, n. p.).

Segundo dados da Fundação Cultural Palmares (FCP), publicados em 2019, são 3.271 comunidades quilombolas no Brasil e 2.729 são certificadas, distribuídas nos 23 estados. Em Mato Grosso, lócus da pesquisa, são 80 comunidades e 71 certificadas.

Compete à FCP emitir a certificação às comunidades quilombolas e inscrevê-las em um cadastro geral. Para que uma comunidade seja certificada como quilombola é necessário que atenda aos critérios da Portaria da FCP nº 98 de, 26 de novembro de 2007.

Os documentos necessários para a certificação são: ata de reunião específica para tratar do tema de autodeclaração, se a comunidade não possuir associação constituída, ou ata de assembleia, se a associação já estiver formalizada, seguida da assinatura da maioria de seus membros; breve relato histórico da comunidade (em geral, esses documentos apresentam entre 2 e 5 páginas), contando como ela foi formada, quais são seus principais troncos familiares, suas manifestações culturais tradicionais, atividades produtivas, festejos e religiosidade; e um requerimento de certificação endereçado à presidência da FCP.

O INCRA dividiu em 6 etapas o processo de regularização das comunidades quilombolas: na fase inicial, a comunidade deve apresentar ao INCRA certidão de autorreconhecimento emitida pela FCP; a segunda etapa é a elaboração da Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), que consiste no início do estudo da área, visando a confecção do RTID; o terceiro passo é a análise e julgamento de recursos ao RTID; o quarto é a publicação da portaria do presidente

do INCRA reconhecendo os limites do território no Diário Oficial da União e dos estados; o quinto é o decreto de desapropriação; o sexto a titulação (INCRA), o título é coletivo, imprescritível e pro indiviso³ em nome da associação de moradores, sendo proibida sua venda ou penhora.

A comunidade, de posse da Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades Quilombolas, deverá encaminhar à Superintendência Regional do INCRA do seu estado, solicitando a abertura do processo administrativo para a regularização de seu território.

2.1. Comunidades Quilombolas em Mato Grosso

Em Mato Grosso, os quilombos foram formados por pessoas escravizadas que vinham de vários estados brasileiros, porém outras pessoas passaram a compor esses núcleos populacionais, como os alforriados que viviam à margem da sociedade. As terras eram compradas, ou ocupadas quando abandonadas pelos fazendeiros. Santos e Silva explicam que:

Historicamente em sua composição populacional, foram caracterizados pela presença de negros vindos de várias partes do país em diversas situações que não somente na condição de escravizados, mas também de alforriados que preferiam viver nas regiões de quilombos (SANTOS; SILVA, 2008, p. 45).

São 80 comunidades quilombolas reconhecidas e são 72 certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

Quadro 1: Comunidades Quilombolas em Mato Grosso.

| Município | Comunidades certificadas | Quantid. |
|-------------------------------|---|-----------------|
| Acorizal | Baús, Aldeia. | 02 |
| Barra do Bugres | Água Doce, Baixio, Morro Redondo, Vaca Morta/Retiro, Vermelinho. | 05 |
| Barra do Bugres/Porto Estrela | Vãozinho/Voltinha. | 01 |
| Cáceres | Monjolo, Santana, Ponta do Morro, Exu, Chapadinha, São Gonçalo, Pita Canudos. | 07 |
| Chapada dos Guimarães | Árica-açú, Barro Preto Serra do Cambam Bi, Cachoeira do Bom Jardim, Cansanção, Itambé, Lagoinha de Baixo, Lagoinha de Cima. | 07 |
| Cuiabá | Aguassú, Coxipó Açú, São Gerônimo. | 03 |
| Nossa Senhora do Livramento | Barreiro, Cabeceira do Santana, Campina Verde, Entrada do Bananal, Jacaré de Cima, Ribeirão do Mutuca, Mata Cavallo (Mata Cavallo de Cima, Mata Cavallo de Baixo, Agassú, Ventura Capim Verde e Ourinhos). | 07 |

³ É aquela em que todos os compossuidores exercem, ao mesmo tempo e sobre a totalidade da coisa, os poderes de fato, utilizando-a ou explorando-a.

| Município | Comunidades certificadas | Quantid. |
|----------------------------------|--|-----------------|
| Novo Santo Antônio | Família Vieira Amorim. | 01 |
| Poconé | Aranha, Cágado, Campina de Pedra, Campina II, Canto do Agostinho, Capão Verde, Céu Azul, Chafariz Urubana, Chumbo, Coitinho, Curralinho, Imbé, Jejum, Laranjal, Minadouro 2, Morrinhos, Morro Cortado, Pantanalzinho, Passagem de Carro, Pedra Viva, Retiro, Rodeio, São Benedito, Sete Porcos, Tanque do Padre Pinhal, Varal, São Gonçalo II, Fazenda Sesmaria (Barreirão, Capão de Ouro, Carandá, Lagoa Grande, Manga e Passagem Velha), Carretão. | 29 |
| Porto Estrela | Bocaina. | 01 |
| Santo Antônio do Leverger | Abolição, Sesmaria Bigorna/Estiva. | 02 |
| Várzea Grande | Capão do Negro Cristo Rei. | 01 |
| Vila Bela da Santíssima Trindade | Bela Cor, Boqueirão(Vale do Rio Alegre, Vale do Rio Guaporé), Capão do Negro, Manga, Vale Alegre. | 05 |
| Total | | 71 |

Fonte: Fundação Cultural Palmares. Pela autora (abril/2019).

Algumas comunidades, no caso da Vaca Morta e Retiro, localizadas no Território Quilombola Vão Grande, em Barra do Bugres – MT, fazem parte da mesma associação de moradores e com isso a área de suas terras consta no mesmo processo de certificação, Camarinha é a única com processo de certificação em andamento desde 2007.

Em algumas regiões do Estado do Mato Grosso, os quilombos dividem suas terras com outros grupos sociais, segundo Muller, Santos e Moreira (2015, p. 10), “[...] outros grupos, como posseiros, grileiros, assentados, entre outros, configurando, assim, um quadro conflituoso na busca pela garantia pelo direito a terra”.

Assim como seus antepassados os quilombolas ainda lutam pela preservação de seus costumes, sua cultura, suas terras, seu modo de vida, seus saberes e fazeres, enfim pela sua sobrevivência nos territórios remanescentes quilombos, pela afirmação e valorização de sua identidade quilombola.

Os quilombolas por muito tempo tiveram seus direitos negados, invisibilizados e obrigados a abandonar sua cultura, sua religião e seus costumes para se adequarem ao modo de vida daqueles que arrancaram seus ancestrais de suas famílias, de seu país que, atualmente, clamam por reparações e igualdades de direitos. Nesse sentido, Carvalho (2016, p. 45) afirma que:

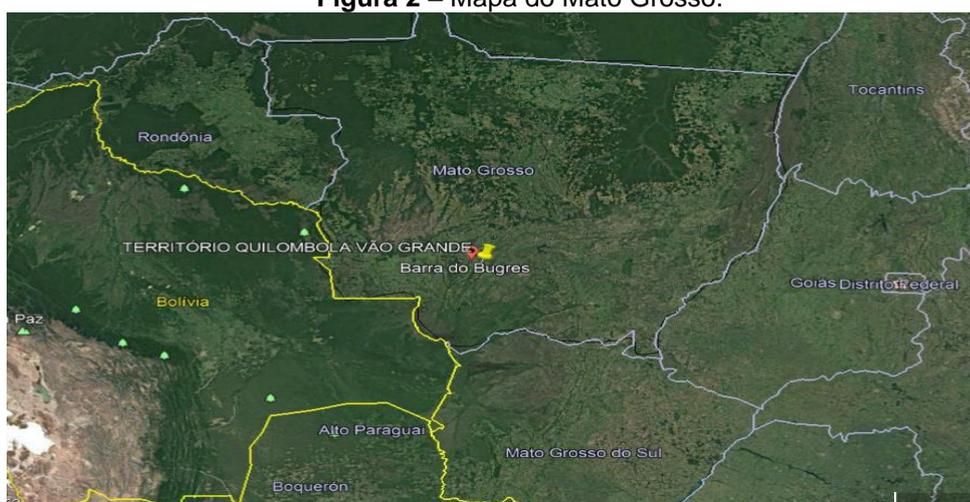
Esse apagamento perdurou séculos, deixando como herança perdas materiais e imateriais irreparáveis. Após um longo tempo de descaso, invisibilidade e silenciamento com a história dos negros no Brasil, o País acumulou uma dívida histórica, no sentido de perceber as contribuições da população negra.

As consequências desse apagamento do qual a autora fala, é percebido quando os filhos e filhas das pessoas escravizadas ocultam ou demonstram ter sido forçadas a esquecerem fatos, costumes e rituais de sua cultura.

2.2. Território Quilombola Vão Grande

O Território Quilombola Vão Grande localiza-se a 75 km da sede do Município de Barra do Bugres – MT, no Complexo da Serra das Araras, sendo constituído de cinco comunidades: Baixio, Camarinha, Morro Redondo e Retiro pertencem a Barra do Bugres e Vaca morta ao Município de Porto Estrela (Figuras 2 e 3).

Figura 2 – Mapa do Mato Grosso.



Fonte: Google Earth Pro⁴, adaptado pela autora (abril de 2019).

⁴ Disponível em: https://www.google.com.br/intl/pt-BR_ALL/earth/versions/#earth-pro

Figura 3 – Território Quilombola Vão Grande.



Fonte: Google Earth Pro⁵, adaptado pela autora (março de 2019).

A região possui vegetação própria do cerrado, com serras imponentes, fauna e flora muito ricas em diversidades, *canyons* (Figura 4), córregos, riachos e Rio Jauquara, que corta todo o Território com suas corredeiras e quedas d'água e ainda contribui para a alimentação e geração de renda para as comunidades.

Figura 4 – Rio Jauquara – Território Quilombola Vão Grande.



Fonte: Autor desconhecido.

A renda dos moradores é proveniente da agricultura familiar, aposentadoria, bolsa família e emprego nas fazendas. Como é típico da agricultura familiar, cultivam arroz, feijão, milho, mandioca e banana, sendo que esta última é a de maior produção.

As tarefas nas roças são feitas no sistema de *muxirum*, seja no plantio, na colheita ou limpeza das mesmas, em que os homens são responsáveis pelo trabalho no campo e as mulheres se encarregam de preparar a alimentação. De acordo com Caetano e Neves (2019) é um sistema coletivo que diminui os gastos e aumenta a produção.

⁵ Disponível em: https://www.google.com.br/intl/pt-BR_ALL/earth/versions/#earth-pro

O muxirum é um tipo de atividade em que durante a semana, eles realizavam uma ação - plantar, carpir, colher - na roça de uma pessoa, no outro dia na roça de outro e assim por diante. O trabalho que uma pessoa realizaria em uma semana é realizado coletivamente em um dia. Essa prática aumenta a produção, diminui o dispêndio de força física e institui relações de solidariedade, cooperação, amizade, parceria, entre outras (CAETANO; NEVES, 2019, p. 90).

Um lugar de pessoas humildes, honestas e respeitadas que ainda guardam os saberes e fazeres herdados de seus ancestrais. A cultura, a religiosidade, as festas de santos, as rezas, as ladainhas, os mitos, as lendas, o respeito aos mortos, os cumprimentos aos mais velhos e os saberes referentes ao plantio e colheita, constituem especificidades das comunidades negras rurais.

Segundo os mais velhos, seus antepassados habitavam a região há mais de 200 anos. Algumas famílias ali chegaram, fixaram moradias e se casaram entre si, as quais fundaram novas comunidades, isso explica a relação de parentesco, são bisavós, bisavôs, avós, avôs, tios, tias, sobrinhos, sobrinhas, primas e primas.

As fazendas ocupam grande parte do território, isso se deu pelo fato de alguns venderem suas terras e irem morar na cidade em busca de melhores condições de vida, os que insistem em ficar na terra, em algumas comunidades, estão agrupados em uma pequena região.

O território está organizado socialmente em associações de moradores. Cada comunidade possui a sua, com regimentos próprios, as quais lutam pelo reconhecimento das comunidades ainda em andamento, assim como o resguardo da posse da terra na comunidade Morro Redondo e na Camarinha buscando o reconhecimento e posteriormente a certificação como área de remanescente quilombola, que ainda sofrem com a insegurança, correndo o risco de perderem suas terras, terras de seus ancestrais. Como destaca Schimitt, Turatti e Carvalho (2002, p. 5).

[...] comunidades quilombolas vêm lutando pelo direito de serem agentes de sua própria história. Em tal situação de desigualdade, os grupos minoritários passam a valorar positivamente seus traços culturais diacríticos e suas relações coletivas como forma de ajustar-se às pressões sofridas, e é neste contexto social que constroem sua relação com a terra, tornando-a um território impregnado de significações relacionadas à resistência cultural. Não é qualquer terra, mas a terra na qual mantiveram alguma autonomia cultural, social e, conseqüentemente, a autoestima.

No território Quilombola Vão Grande, a arquitetura no passado era baseada, predominantemente, em casas de pau-a-pique, nomeadas por eles de “casa de palha e barro”, de acordo com Leite e Silva (2014), “um entrelaçado de troncos

amarrados com cipó e coberto de barro, o telhado feito de palhas de babaçu ou sapê, o chão é de terra batida”, com as divisórias para os quartos e salas, a cozinha é uma construção separada do restante da casa, porém construída com os mesmos modos e materiais.

Nos dias atuais, Baixio, Vaca Morta e Retiro possuem as casas de alvenaria, mas ainda conservam as casas de palha e barro como extensões, na Camarinha e Morro Redondo a maioria das casas ainda é de palha e barro, alguns moradores construíram com recursos próprios casas de madeira ou de alvenaria.

2.2.1. Comunidade Quilombola Baixio

A comunidade Baixio ou Baixius, como os moradores a nomeiam, aparece em alguns documentos oficiais como “São José do Baixio”. Ela está localizada de acordo com as coordenadas 15°20’01.75”S – 56°59’54.49”O.

Os moradores não sabem explicar a origem do nome, mas alguns dizem que é em homenagem a São José, já a palavra Baixio⁶ relembram que o Sr. José Mariano Bento contava que é devido a um trecho de aproximadamente 800 m do rio Jauquara onde o volume da água no período da seca é menor, chamado por ele de “baixiuzal”, e por esse motivo o nome da comunidade é São José do Baixio.

Seu registro na Fundação Cultural Palmares é o processo de nº 01420.001.777/2005-26, certificada em setembro de 2005. Ela está organizada socialmente em associação de moradores chamada de “Associação de Pequenos Agricultores Rurais da Gleba Baixio”, que se encontra sem presidente em 2019, fato que pode dificultar algumas ações e a luta pela melhoria na infraestrutura da comunidade.

Sua área compreende 192 hectares, divididos em 17 lotes do projeto de assentamento do Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT), que abriga 21 famílias, pois, quando os filhos se casam, os pais cedem uma parte da terra para que eles construam suas casas e façam suas roças. Conforme dados analisados fornecidos pelo servidor do INCRA (BRASIL, 2005, n. p.).

A comunidade Baixio é a mais visitada, pois nela se localiza a Escola Estadual Quilombola José Mariano Bento, de ensino Fundamental, Médio e EJA (Figura 5), cujo nome é em homenagem ao patriarca dessa localidade. Além de ser

⁶ Baixio no dicionário Houais Conciso significa banco de areia ou rochedo à flor da água.

um espaço educativo é também onde acontecem as reuniões, cursos, palestras e atendimento médico.

Figura 5 – Escola Estadual Quilombola José Mariano Bento.



Fonte: Pela autora (novembro de 2019).

A Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT construiu, em parceria com o Governo Federal, um posto de saúde chamado “Unidade de Saúde Básica do Baixius” (Figura 6), para atender às cinco comunidades, porém o prédio foi construído há mais de dois anos, mas a falta de energia elétrica e água impediram o seu funcionamento, e com essa demora os moradores perecem com a falta de atendimento médico, pois eles precisam se deslocar até a cidade para os cuidados com a saúde.

Figura 6 – Unidade Básica de Saúde Baixio.



Fonte: Pela autora (novembro de 2019).

Após muitas reivindicações dos moradores, o primeiro atendimento médico foi marcado para outubro de 2019, a escola se comprometeu a emprestar algumas mesas e cadeiras, os moradores cuidariam da limpeza e preparo da alimentação para a equipe médica. Porém, não foi possível, porque devido aos anos que o posto

de saúde ficou sem uso, surgiram muitas infiltrações que inviabilizaram o atendimento aos moradores no local.

No local onde os moradores chamam de patrimônio, uma área destinada por eles para a construção dos ambientes de uso coletivos estão a escola, o posto de saúde, a igreja e o barracão (Figura 7), este último era lugar onde a associação de moradores construiu uma fornalha para torrar farinha de mandioca, um engenho para moer cana, fazer rapadura e doce de mamão. Hoje, desativado, devido às condições financeiras para mantê-lo em funcionamento.

Figura 7 – Barracão da associação de moradores.



Fonte: Pela autora (novembro de 2019).

Em todo o Território Quilombola Vão Grande, a comunidade Baixio é a única com quatro famílias evangélicas que se reúnem em suas residências para a celebração dos cultos, as demais são todas católicas.

Manifestam sua fé e religiosidade nas festas de Santo, nas rezas e nas missas celebradas uma vez por mês pelo padre da Paróquia de Santa Cruz, do município de Barra do Bugres – MT.

Figura 8 – Igreja de São José.



Fonte: Pela autora (novembro de 2019).

A Igreja de São José (Figura 8) foi construída com recursos dos moradores, é onde acontecem as missas, batizados e novenas.

2.2.2. Comunidade Quilombola Vaca Morta e Comunidade Quilombola

Retiro

A comunidade quilombola Vaca Morta pertence ao município de Porto Estrela – MT, está localizada de acordo com as coordenadas 15°19'15.85" S e 56°59'52.53" O, e a comunidade Retiro está vinculada a Barra do Bugres sob as coordenadas 15°17'46.21" S e 56°58'16.10" O, separada das demais pelo rio Jauquara.

De acordo com os moradores, o nome Vaca Morta se deve ao fato de que existe um córrego que eles usavam para lavar roupas, utensílios de cozinha e faziam sua higiene pessoal. Certo dia, encontraram uma vaca morta em sua margem e a assim surgiu a ideia de nomeá-la.

As comunidades Vaca Morta e Retiro estão sob o processo nº 01420.001.808.2007-49, certificadas em setembro de 2005, pela FCP. Além de estarem juntas no processo de certificação, elas compartilham associação de moradores e integram o projeto de assentamento Vão Grande.

São 24 lotes, distribuídos em uma área de 700 hectares, do Projeto de Assentamento P. A. Vão Grande, onde moram aproximadamente 42 famílias. Ali, também, os pais dividem suas terras com os filhos casados para que eles possam construir suas casas e fazer suas roças e garantir seu sustento. (BRASIL, 2005, n. p).

A religião dos moradores é católica e, como nas outras comunidades, suas manifestações religiosas são as festas de Santo, as rezas e os terços realizados nas casas. Na igreja de São Benedito (Figura 9) congregam também os moradores da comunidade Retiro. As missas são celebradas uma vez por mês, também pelo padre da Paróquia de Santa Cruz, de Barra do Bugres – MT.

Figura 9 - Igreja São Benedito



Fonte: Pela autora (agosto de 2019).

Ao contemplada com o Projeto de Assentamento P. A. Vão Grande, foram construídas de casas de alvenaria, com banheiros, mas, como nas demais comunidades, eles ainda conservam as casas de palha e barro, que utilizam como cozinha, e o barracão de palha onde constroem as fornalhas para fazer farinha de mandioca. Os moradores que não integraram o projeto de assentamento suas moradias ainda são de palha e barro ou de madeira, cobertas de palha.

O saneamento básico é um dos maiores problemas enfrentados pelas comunidades. A água utilizada pelos moradores da Vaca Morta e do Retiro é proveniente de uma mina e em algumas casas faltam banheiros.

2.2.3. Comunidade Quilombola Morro Redondo

A comunidade Morro Redondo está localizada de acordo com as coordenadas 15°18'17.79" S e 56°57'16.89" O. São 21 famílias, distribuídas em 150 hectares, as casas são, em sua maioria, de palha e barro ou madeira, algumas cobertas de palha e outras de telhas de fibrocimento (BRASIL, 2005, n. p.). Na Fundação Cultural Palmares ela está identificada com o nº 2.151 sob o processo nº 01420.001177/2007-20, certificada em abril de 2010.

As fazendas ocupam a maior parte da área da comunidade, alguns moradores venderam suas terras, no passado, para morar na cidade, em busca de melhores condições de vida para suas famílias.

A luta pela terra no Morro Redondo e na Camarinha é um dos problemas que afetam os habitantes dessa comunidade, trataremos desse assunto detalhadamente no Capítulo III: "Saberes que resistem ao tempo".

Assim como nas comunidades quilombolas Retiro e Vaca Morta, as comunidades Morro Redondo e Camarinha compartilham a mesma associação de

moradores, chamada Associação de Pequenos Produtores Menino Jesus, Morro Redondo.

A origem do nome da comunidade deu-se por existir, no complexo de serras, uma formação arredondada. Assim, os moradores a nomearam como “Morro Redondo”.

A religião dos moradores da Comunidade Quilombola é a católica e, assim como nas outras comunidades, professam sua fé nas festas de Santo, nas rezas e nas missas, celebradas uma vez por mês, pelo padre da Paróquia de Santa de Cruz, de Barra do Bugres, realizada na Igreja construída da comunidade (Figura 10).

Figura 10 – Igreja Menino Jesus.



Fonte: Pela autora (setembro de 2019).

Um dos seus grandes problemas, assim como nas demais comunidades que assolam os moradores é a falta de saneamento básico, sendo a água o maior de seus problemas, segundo relatos, na terra de um dos moradores há uma mina de água, porém ela é salobra. A mina de água doce que existe está na propriedade do fazendeiro, e temem que o rebanho bovino acabe por destruí-la.

2.2.4. Comunidade Quilombola Camarinha

A Comunidade Camarinha está localizada de acordo com as coordenadas 15°20'51.48" S e 56°58'35.62" O. São quatro famílias que se encontram na base da serra, cercados pelas fazendas, e fazem suas roças em um pequeno pedaço de terra. As casas todas de palha e barro, sem saneamento básico. Outras três famílias trabalham nas fazendas e moram em casas cedidas pelos fazendeiros, e mais três, que compraram uma pequena parte de uma fazenda, parcelada e assim garantiram suas terras.

Não há um consenso sobre a origem do nome da comunidade, uns dizem que é devido a uma caverna, onde foram encontrados alguns vestígios de que ela serviu como moradia no passado, outros relatam que os quilombolas chamavam os quartos da casa de “camarinha”. Talvez seja pelo motivo de sua localização, sendo, entre as cinco, a que se encontra mais distante.

Uma comunidade em um Território Quilombola, onde os moradores precisaram comprar a sua terra, terras de seus ancestrais e assim permanecerem no local, tudo isso devido à morosidade e lentidão no processo de reconhecimento e regularização fundiária, esse assunto é discutido com mais detalhes no capítulo III, “Saberes que resistem ao tempo”, na subseção “A luta pela terra”.

A Comunidade Quilombola Camarinha entrou com o processo de certificação pela FCP, em maio de 2007, sob o processo nº 01420.001178/2007-74. Porém, é a única das cinco comunidades que não receberam a certificação como remanescente de quilombos. Segundo relatório do INCRA, datado de dezembro de 2007, o programa de assentamento quilombola foi apresentado para todos os que integram o Território Quilombola Vão Grande no mesmo período (BRASIL, 2007).

Ao analisar documentos fornecidos pelo INCRA, encontramos algumas informações a respeito da Comunidade em questão. Em 2011, o prefeito municipal de Barra do Bugres – MT solicitou, por meio de ofício nº 430/GP ao INCRA, declaração separada por comunidade, informações referentes ao trâmite do processo de demarcação do Território Quilombola, pois esse documento era necessário para que os moradores pudessem integrar o Programa Nacional de Habitação Rural que o município foi contemplado (BARRA DO BUGRES, 2011, n. p.).

Em resposta, o INCRA encaminhou o ofício nº 3633/2011 que contém a seguinte redação:

Declaramos que tramita nesta Superintendência Regional o Processo administrativo nº 54240.002148/2007-60, referente à regularização de terra quilombola ocupada pela COMUNIDADE CAMARINHA, em fase inicial (não possui ainda Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID), localizada no município de Barra do Bugres/MT, cujo objetivo final desse procedimento administrativo é a emissão do Título Definitivo e Registro de Imóvel da terra reivindicada, em cumprimento ao art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e no que dispõe o Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003 (CUIABÁ, 2011, n. p.).

Após esse período, não encontramos nenhum outro registro de informação até o ano de 2013. A Procuradoria da República encaminhou ofício de nº 3926/2013 à Superintendência do INCRA/MT, referente ao Inquérito Civil Público nº 1.20.000.000884/2012-04 com o seguinte teor:

Ao tempo em que o cumprimento, faço uso do presente para, no inquérito civil público em epígrafe, solicitar a Vossa Senhoria que se pronuncie sobre:

- (i) o andamento do processo administrativo nº 54240.002148/2007-60, referente à regularização fundiária do território tradicionalmente ocupado pela Comunidade Quilombola Camarinha, instaurado há muitos anos nesta autarquia;
- (ii) as ações empreendidas para a realização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) – em especial, no que toca à elaboração do Relatório Antropológico – referente à área da mesma comunidade, bem como aquelas que serão realizadas;
- (iii) a inclusão dos trabalhos referentes àquela comunidade em seu planejamento operacional de 2013 (BRASIL, 2013. n.p.).

De 2013 até o presente ano não houve nenhuma movimentação no processo de reconhecimento da Comunidade Camarinha. Vale ressaltar que foi onde tudo começou, as primeiras povoações aconteceram justamente nesse local.

3. SABERES QUE RESISTEM AO TEMPO

Ao discutir os saberes e os fazeres dos moradores do Território Quilombola Vão Grande, procuramos descrever e compreender como esse povo mantém a sua cultura, sua tradição, sua religiosidade e como se dá a difusão de conhecimento nos diversos espaços socioeducativos compartilhados por adultos e crianças.

Neste capítulo, tratamos dos diversos saberes do cotidiano dos quilombolas do Vão Grande os enfrentamentos, os desafios, as ameaças sofridas e as suas conquistas, na luta pela terra.

Abordamos os conhecimentos aplicados na colheita de arroz, o sistema de rotação de culturas, a técnica de armazenamento na tuia, o jirau e na secagem do grão. O cálculo aplicado no plantio e na venda da mandioca e no processo artesanal de produção de farinha de mandioca.

Discutimos a festa de Santo como espaço socioeducativo, compartilhado por adultos e crianças, a ladainha, o cururu, o siriri, a ornamentação do altar e os preparativos da alimentação.

Relatamos as memórias evocadas pelos moradores ao relembrar fatos que marcaram suas vidas, as incursões à Barra do Bugres, as benzeções e o mal de sete dias. E ainda, a influência das fases lunares nas construções das casas de barro e palha, no plantio, na colheita e a difusão de saberes e fazeres no cotidiano dos moradores.

3.1. A luta pela terra

De acordo com os moradores do Território Quilombola Vão Grande, seus ancestrais habitam a região há mais de 200 anos. Quando chegaram, não havia nenhum morador, a região era de mata fechada, mas com o passar do tempo, foram chegando os fazendeiros, alguns diziam ser proprietários das terras e que vieram tomar posse, outros falavam que queriam somente morar na região e precisava de um pedaço de terra para plantar e morar, mas aos poucos deixavam transparecer seu interesse em apossar da terra.

Na Comunidade Baixio, o pai do Sr. José Mariano Bento cedeu uma parte da terra para um senhor de nome Marcos que pediu somente para morar, mas como explica o Sr. Maximiano aos poucos ele estava se apossando de suas terras.

Esse Marcos era bem de vida, tinha gado disparate, eu conheci gado dele aí, o gado dele passava aqui misturava com esse nosso, até lá chamava Retiro. Ele criava muito porco, gado essas coisas. Ele era lá desse lado da Água Doce, veio aqui e pediu pra meu avô que ele queria morar aqui, aí deram lugar pra ele, lá embaixo, trouxe o gado tudo, aí quando chegou a certa altura, ele queria se apossar de tudo isso aqui, já grilar esse aí eu já estava bem no entendimento eu me lembro disso. Foi uma briga com uns tios que morava aqui, não com meu pai, com meu pai tudo tempo era amigo de todo mundo, todos gostavam dele (Sr. Maximiano Bento, morador da Comunidade Baixio. Abril de 2019).

O Sr. Maximiano relembra que o Marcos tinha um amigo rico chamado João que morava no distrito de Currupira e que ele o influenciava a se apossar de suas terras, porém seus tios se organizaram e impediram que tal fato se consumasse.

[...] então ele até malquerenciou com esse povo de cá. O Marcos tinha um homem lá no Currupira chamado João, ele era um homem rico, então era amigo dele. Esse daí que estava botando fogo nele pra ele ficar com tudo aqui, com as terras, então essas gente malquerenciou com ele, os meus tios, ah, foi um fuá, olha deram lugar pra ele só morar como amigo né, pois ele já ficou de olho grande queria tomar tudo e botar todos fora (Sr. Maximiano Bento, morador da Comunidade Baixio. Abril de 2019).

A luta pela terra no Território Quilombola Vão Grande não difere dos outros Territórios Quilombola no país, sempre aparece a figura do fazendeiro. No passado, contavam com o apoio dos pistoleiros para intimidar e até assassinar e tomar suas terras, hoje as grandes fazendas inseridas dentro dos Territórios são uma ameaça aos moradores. Muitos deles se aproveitam de sua ingenuidade e até de suas necessidades e os convencem a vender suas terras. O Sr. Manoel nos fala entristecido dos acontecimentos do passado.

Naquele tempo, as turmas eram simples demais né. Aí chegavam com aquelas conversinhas mansa, quando ver já botavam aquele fora e ia cercando. Hoje também todos eram pra ter suas terras, mas as pessoas mesmo é que são culpadas, Barra está cheia de pessoas que moravam aqui, essa fazenda ali era sítio de Cizino, nosso parente, vendeu por nada. Os fazendeiros foram passando de um pra outro, aí depois que vende aí quer voltar, mas não tem mais jeito, porque não têm mais aquele dinheiro pra pagar, porque depois que está na mão deles tem valor né (Sr. Manoel Bento, morador da Comunidade Baixio, junho de 2019).

Tanto o Sr. Maximiano quanto o Sr. Manoel citam o deputado que morava em Barra do Bugres, que os orientou e intermediou junto ao INTERMAT o processo de regularização das terras na Comunidade Baixio, evitando que os fazendeiros tomassem posse da terra.

[...] ele perguntou essa terra lá como que é, eu falei aqui tem uns fazendeiros que estão querendo tomar de nós, ele falou essas terras vocês já requereram? Eu falei não nunca requeri ainda estava meio esquecido isso aí o deputado falou cuida na sua terra porque agora a lei é diferente. Vocês sabem que esses fazendeiros eles estão enxergando tudinho. Daqui uns dias eles chegam lá e botam vocês fora. Vocês cuidam no que é seu eu estou te falando (Sr. Maximiano Bento, morador da Comunidade Baixio. Abril de 2019).

Dona Amália é esposa do Sr. Manoel e se lembra muito dessa época em que eram ameaçados pelos fazendeiros “*aqui lutaram pra tomar*”. O Sr. Manoel complementa sua fala e conta dos momentos vivenciados por ele e sua família, mas que, com auxílio de algumas pessoas importantes na política, conseguiram a posse da terra.

Esse cantinho nosso aqui, nós fomos perseguidos por esse tal de João que tinha aí, botavam até jagunço pra vir aqui, mas nós também fomos crescendo eu, compadre Inácio, compadre Maci e aí ele já teve mais um respeito. Os jagunços já vieram aqui para tirar nós daqui, mas não deu certo. Surgiu um presidente no INTERMAT e em Barra do Bugres tinha um vereador que nos ajudou muito. Fomos no INTERMAT, eles ajeitaram um agrimensor que cortou esses lotes pra nós, que documentou. Naquela época, o deputado de Barra que ajudou nós e quem entregou esse título pra nós foi ele, aí que nós seguramos aqui, aí que pararam de fuçar nós aqui, mas se bancasse o mole tinham tirados nós daqui (Sr. Manoel Bento, morador da Comunidade Baixio, junho de 2019).

Na Comunidade Baixio, cada morador possui o título individual de suas terras. Após esse período que eles descrevem terem vivido sob a ameaça dos fazendeiros, a certificação de ser reconhecida como Território Quilombola só aconteceu anos depois.

Na Comunidade Morro Redondo, a situação é um pouco mais complicada. Com a chegada dos fazendeiros e a ocupação das terras, muitas vezes, sob alegação falsa de compra, mesmo sem apresentar a documentação da terra, os antigos moradores viram suas propriedades diminuídas ao longo do tempo. Como relata o Sr. José Ambrósio e seu filho Elmo, além da grilagem das terras pelos fazendeiros, eles atribuem parte dos problemas ao fato de alguns moradores venderem suas terras por um valor muito abaixo do mercado, vários foram os motivos que os levaram a procederem dessa maneira. Muitos deles ficaram somente com uma parte muito pequena de suas terras.

Os que não venderam suas terras enfrentam um problema que originou das trocas de proprietários das fazendas, pois suas terras estão dentro da área das fazendas. O último dono vendeu como se toda a área fosse de sua propriedade. Os moradores tomaram conhecimento desse fato e pagaram um topógrafo para fazer o levantamento de suas terras e verificou-se que estavam na área da fazenda.

[...] aí ele vendeu pra esse homem daí e veio tocou a medição pegou tudinho, sem ninguém vê, acho que mediram por cima, aí quando foi entender que paguemos um engenheiro que ele veio levantar a terra nosso aqui, ele puxou tinha medido tudinho, pegou o bananal das crianças tudo passou ali (Sr. José Ambrósio, morador da Comunidade Morro Redondo. Abril de 2019).

Esse fato, narrado pelo Sr. José Ambrósio, mostra que, ainda hoje, são vítimas de oportunistas que, por meios escusos, querem apossar da terra onde viveram seus ancestrais, que só mudou o modo de apoderarem-se de suas terras. O seu filho Elmo destaca que: *“A maioria das terras dos moradores do Morro Redondo está dentro da propriedade do fazendeiro, quase todas as terras está dentro da fazenda, só a do tio Geroncio que não, mas o restante está”*.

Durante nossa conversa, o Sr. José Ambrósio lembra-se de que o proprietário da fazenda no processo de venda os procurou para que assinassem os papéis, que no início, ele não assinou, mas devido à insistência do fazendeiro resolveu assinar. Hoje ele reconhece que o mesmo estava apenas buscando meios para registrar as terras, e que somente não se efetivou pelo fato de que precisava ser assinada no cartório e como isso não aconteceu, os documentos assinados perderam a validade.

Quando ele estava vendendo ele veio aqui pra assinar, ele foi de casa em casa pra assinar pra ele e nós besta nós assinou, nós assinou pre'le, mas Deus sabe o que faz, teve gente que não assinou, eu assinei, porque ele veio duas vezes, na terceira eu assinei, mentira ele estava querendo pegar assinatura para ele registrar a terra, mas felizmente nós assinou aqui, quando ele foi no cartório, tinha que assinar lá no cartório, pro cartório registrar na mão da pessoa, aí essa assinatura não valeu nada (Sr. José Ambrósio, morador da Comunidade Morro Redondo. Abril de 2019).

Elmo nos explica que o proprietário atual aceitou fazer o desmembramento da área de propriedade dos moradores, mas que eles esbarram em outro problema, os custos para fazê-lo, *“enquanto não pagar, não protocolar não tem como dar continuidade”*. No momento, os moradores estão providenciando o montante necessário para fazer o pagamento da documentação e resolver o problema.

Tem-se conhecimento de que, aproximadamente 10 anos, estão sendo realizados estudos sobre o potencial do Rio Jauquara na produção de energia elétrica. Durante esse tempo, medições do nível da água vêm sendo efetuadas por representantes de empresas que exploram o setor energético.

Ao analisar documentos disponibilizados pelo INCRA, encontramos um ofício do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra do Bugres, datado de julho de 2008, solicitando informações sobre os estudos feitos na região de Vão Grande. O ofício nº 125/2008, encaminhado à Superintendência Regional do INCRA SR/13, com a seguinte redação:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra do Bugres – MT, juntamente com a Associação de Pequenos Produtores Rurais São José do Baxius e Menino Jesus – Morro Redondo, vem por meio deste, respeitosamente, através de seus diretores, comunicar que há uma empresa fazendo levantamento para construção de Usina Hidrelétrica no rio Jauquara, e

informamos também que isto vai prejudicar as famílias quilombolas que residem nesta região, tendo que 05 (cinco) comunidades que são remanescentes do lugar e que nelas se mantêm juntamente com suas famílias. Solicitamos deste órgão que tome as devidas providências no sentido de evitar prejuízos e transtornos para as famílias que ali residem (BARRA DO BUGRES, 2008, n.p.).

Não encontramos, nos documentos analisados, a resposta ao ofício enviado pelo sindicato, porém o INCRA possui uma pasta com a numeração 54240 002148 2007-60, que contém diversas informações sobre as comunidades quilombolas de Vão Grande, dentre elas estão: ofícios da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres solicitando regularização das comunidades quilombolas, relatório do Programa Bolsa família, relatório antropológico das comunidades e ofício da empresa Linear Participações e Incorporações que explora o setor de construção de usinas hidrelétricas.

Anterior ao ofício encaminhado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra do Bugres, encontramos o Ofício LP001/2007, no qual se verifica a escrita à caneta “A/C Nelson”. Não sabemos se se trata da mesma pessoa, porém encontramos documentos assinados por Nelson Juvenal da Silva Filho, identificado como Técnico em Reforma e Desenvolvimento Agrário do INCRA/SR – 13 MT, da Linear Participações e Incorporações, datado de julho de 2007, com o seguinte assunto: Rio Jauquara, Estudo de Inventário Hidrelétrico. O conteúdo do Ofício LP001/2007 é:

A LINEAR PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA [...], através do Despacho nº 1574 de 21 de maio de 2007 e Processo nº 48500 002280/2007-81, registro e autorização para realizar Estudos de Inventário Hidrelétrico com vistas a Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas no Rio Jauquara, localizado nos municípios de Barra do Bugres, Porto Estrela, Nossa Senhora do Livramento, Rosário Oeste e Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso. [...] Considerando que sua fazenda faz divisa com o Rio Jauquara e que as águas são de Domínio Público, conforme o Art. 20 da Constituição Federal, venho por meio deste, solicitar liberação para transitar em sua propriedade, podendo para tanto promover a abertura de pequenos acessos até o rio, bem como a melhoria dos acessos já existentes (se necessário) e a instalação de equipamentos diversos (INCORPORAÇÕES, 2007, n. p.).

Ainda em 2007, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através do despacho nº 1.574, de 21 de maio de 2007, por meio do Superintendente de Gestão em Estudos Hidroenergéticos da ANEEL, com a seguinte redação:

[...] Resolve: I – Efetivar como ativo o registro para a realização de Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Jauquara, localizado na sub-bacia 66, bacia hidrográfica do rio Jauquara, no Estado de Mato Grosso, solicitado pela empresa Linear Incorporações e Participações [...]. II – Informar que o registro ativo não gera direito de exclusividade para o desenvolvimento e eventual aprovação dos referidos estudos. III – Informar que na hipótese de

recebimento de mais de um inventário, a seleção para aprovação destes estudos será nos termos da Resolução nº 398 de 21 de setembro de 2001 (BRASIL, 2007, n. p.).

De posse dessas informações, podemos perceber que a preocupação dos moradores do Território Quilombola Vão Grande é real e que, desde 2007, buscam informações sobre o assunto, como maneira de proteger suas terras.

Em 2015, a Procuradoria Geral da República, representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e instituto GAIA realizaram uma audiência pública, que aconteceu na igreja São Benedito, na Comunidade Vaca Morta e teve a participação de moradores, professores e funcionários da Escola Estadual Quilombola José Mariano Bento. O evento teve o objetivo de esclarecer a população sobre o andamento do processo de viabilidade da construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica) e sobre o impacto que isso causaria.

Segundo matéria veiculada no site da FONASC.CBH (2019), são seis Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH's para serem construídas nos rios da bacia hidrográfica do Alto Paraguai e estão com licenciamento liberado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA). O Território Quilombola Vão Grande é um dos locais destinados para abrigar uma das barragens. A professora mestra Maria Helena é uma das lideranças quilombolas e nos conta que entrou em contato com o ICMBio e a resposta do instituto foi que eles não têm conhecimento do fato, pois o processo deve ter seu parecer e o que é de seu conhecimento que foi aprovado novo estudo sobre o potencial energético dos rios.

Isso contraria a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata dos Povos Indígenas e Tribais no artigo 6º, 1 a, b e c, que os mesmos devem ser consultados, quando alguma medida administrativa ou legislativa afete-os de alguma maneira.

1. Na aplicação das disposições da presente Convenção, os governos deverão:
 - a) consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados e, em particular, de suas instituições representativas, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;
 - b) criar meios pelos quais esses povos possam participar livremente, ou pelo menos na mesma medida assegurada aos demais cidadãos, em todos os níveis decisórios de instituições eletivas ou órgãos administrativos responsáveis por políticas e programas que lhes afetem;
 - c) estabelecer meios adequados para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas próprias desses povos e, quando necessário, disponibilizar os recursos necessários para esse fim (OIT, 2011, p. 18-19).

Caso seja constatada a veracidade da informação, o impacto causado será imenso, pois o complexo da Serra das Araras abriga uma estação ecológica e toda a fauna e flora da região estará comprometida e a sobrevivência no quilombo ameaçada.

Em 2018, a comunidade reuniu-se e criou o Comitê Popular do Rio Jauquara com objetivo de debater e criar estratégias de proteção às suas águas e escolheram o dia 28 de Abril como o “Dia do Rio Jauquara”.

Em 2019, aconteceu a primeira comemoração do dia Rio Jauquara (Figura 11). Representantes da Organização Não-Governamental (ONG) “Fé e Vida” estiveram presentes, assim como os moradores do Território Quilombola. As atividades iniciaram às 7 h e encerram com o almoço para os presentes, várias foram as apresentações Siriri, dinâmicas de grupo, benção do Rio Jauquara, entre outras.

Figura 11 – a) Benção das águas do Rio Jauquara. b) Conversas sobre preservação e PCH.



Fonte: Pela autora (abril de 2019).

Rafael Bento é um jovem morador da Comunidade Baixio e membro do Comitê Popular do Rio Jauquara, relata como essa ideia originou-se.

O comitê foi criado a partir do momento que eu, o Pedro Paulo e a professora Neusa começamos a participar da Escola de Militância Pantaneira que faz parte do Comitê Popular do Rio Paraguai. O principal objetivo do comitê é fortalecer a luta da defesa das águas do Pantanal. O Jauquara é um dos rios que faz parte da bacia do Pantanal. No Território Vão Grande cada comunidade tem um representante no comitê, assim como a escola também tem o seu representante. A professora Maria Helena que faz parte, ele é um comitê popular, porque ele é popular, porque todas as pessoas que quiser participar para fortalecer mais a nossa luta, então a ideia é que todas as comunidades ribeirinhas que faz do Rio Jauquara desde a sua nascente até próximo à aldeia Umutina onde ele deságua tenha um representante, diante da ameaça eminente da construção da barragem (Rafael Bento, morador da Comunidade Baixio. Julho de 2019).

O Sr. Benedito Iliño compôs uma música em homenagem ao Dia do Rio Jauquara.

Renascendo das colinas suas forças sem igual, cortando serras e montanhas com destino ao Pantanal.

Trazendo esperança e vida para nossos corações seu existir é uma herança pras futuras gerações.

Rio Jauquara, Rio Jauquara vai aqui a minha luta, essas águas que não param.

Rio Jauquara suas águas cor de anil, és aqui minha homenagem 28 de abril. (Autoria: Benedito Ilino da Silva. Abril de 2019).

São estratégias de enfrentamento às ameaças sofridas, ameaças de perder o seu lugar, sua casa, sua história, suas memórias, seus saberes e fazeres ancestrais.

Outra questão que fragiliza a luta é que as comunidades não possuem a titulação de seu Território. É um fato que ocorre na maioria das Comunidades Quilombolas de Mato Grosso, após a certificação da FCP, os representantes das Comunidades precisam protocolar junto ao INCRA requerendo a titulação das terras.

3.2. Roça de coivara ou roça de toco

A coivara é uma técnica praticada principalmente pelos quilombolas, ribeirinhos, indígenas no desenvolvimento da agricultura familiar, caracterizada pela derrubada e queima da vegetação, alguns anos de cultivo e seguidos de outros para descanso do solo, o plantio é feito no sistema de rotação de culturas.

Quem nos explica essa técnica é o Sr. Osvaldo. Chamada pelos moradores de roça de coivara ou roça de toco. Primeiro faz-se a derrubada e queima a vegetação, em seguida o processo chamado por eles de descoivarar que consiste em recolher os galhos que ficaram e queimar novamente, ele salienta ainda que esse tipo de cultivo em sua visão é melhor do que gradear o solo.

Roça de toco de coivara, roça, derruba e queima aí os galhos que ficam é que chama descoivarar, junta os galhos que fica, amontoa e queima e se tiver sujo, capinar pra plantar, mas é assim tudo no tempo certo é bom demais essa roça, melhor até do que gradeado. Esse não acaba com a terra e a gradeação vai só acabando com a terra, enfraquecendo e roça de toco não (Sr. Osvaldo, morador da Comunidade Morro Redondo. Abril de 2019).

A queimada gera como resíduo a cinza, como me explica o Sr. Antônio Bento e serve como adubo. Como ele diz, por exemplo, na roça de toco é possível cultivar por até cinco anos consecutivos, enquanto na terra gradeada somente um ano.

A cinza serve de adubo, um adubo para a semente que planta, se plantar a banana, por exemplo, a banana é, de primeiro um bananal durava até cinco anos cortando direto banana dele, só banana boa. Hoje não, erra gradeada se plantar banana, na terra mecanizada, gradeada ela só dá um ano, no segundo ano, já dá aqueles pés esborrachados, nascem aquelas mudas, alguns pezinhos que dá uns cachinhos com dez ou doze dedos de banana, e a terra das cinzas, que nós falamos toco, essa pode plantar ela que ainda

dá cinco anos com corte igual (Sr. Antônio Bento. Morador da Comunidade Quilombola Baixio).

Cada elemento da roça de coivara tem a sua função dentro desse sistema de limpeza da terra, as cinzas, as minhocas, a folhas secas e o combate aos insetos que atacam a plantação.

O fogo vem e queima aquelas folhas, que servem de adubo e aí vem a minhoca, ela come aquelas folhas e o estrume dela está ali na terra e derrete, então o fogo vem e queima aquela folharada seca e a cinza dela serve de adubo e mata até os corós também, não dá muito coró. Serve pra qualquer planta, se você plantar arroz, milho, banana, rama de mandioca tudo produz bem, nós somos acostumados a plantar assim, na terra de toco, aí começou entrar máquina para gradear e a terra enfraqueceu muito (Sr. Antonio Bento. Morador da Comunidade Quilombola Baixio).

O Sr. Antônio ressalta que cultivar na terra gradeada facilita o trabalho, porém a produção é menor e que na “terra de toco” o trabalho é mais difícil, contudo, a produção é maior. Como exemplo ele cita que um plantio de banana, que na terra gradeada tem duração de um ano, na roça de coivara produz por, aproximadamente, entre três e cinco anos, com várias colheitas.

Com o término do tempo de uso da terra, de acordo com cada tipo de cultivo, é preciso deixar a terra descansar. Com isso, a vegetação cresce e aparecem as “capoeiras”, os “capoeirões” ou “juquirá”. O Sr. Antonio explica que passado o tempo para a mata recuperar-se, inicia novamente o processo de roçar, queimar, descoivarar e plantar. Ele enfatiza que faz todo o processo manualmente, pois o uso de agrotóxico facilita o trabalho, mas contamina o solo e, como consequência, as plantações, os agentes naturais não virão, eliminando as minhocas, responsáveis pelo enriquecimento do solo, a folhagem que mantêm umidade e os microrganismos que mantêm o equilíbrio e controla as pragas. “*Para a limpeza da roça, agora tem muito veneno, agrotóxico e nós não fomos criados cuidando de nossas plantas com veneno, é só na enxada, eu não mexo com agrotóxico para colocar na minha roça, a terra já fica intoxicada*” (Sr. Antonio Bento. Morador da Comunidade Quilombola Baixio).

O processo de queimada controlada consiste em construir os aceiros e verificar a direção do vento e deve ser feita por uma pessoa experiente, para evitar perigos, de acordo com o Sr. Antônio, algumas precauções devem ser tomadas.

O fogo não é qualquer um que coloca para evitar perigos, porque quando a gente vai queimar o roçado, ele está seco e a gente tem que fazer o aceiro e olhar o vento também porque se você faz a parede de fogo aqui, você não pode pular ali, precisa ver quem está lá na frente, que às vezes tem outras pessoas lá no meio e se colocar o fogo e ele rodeia por lá, quando você ver, está no meio do fogo e aí não tem saída, conforme o vento, na roça chega à

beirada, você atenta para o vento, quem fuma é bom, acende um cigarro e observa para onde está indo a fumaça assim que meu pai cuidava, quando ele fumava, ou então você está com o isqueiro, acende e olha de que lado o vento está e coloca o fogo no sentido contrário (Sr. Antônio Bento. Morador da Comunidade Quilombola Baixio).

A escolha do local da roça para os moradores do Território Quilombola Vão Grande é de acordo com o tipo da terra, a “preta” segundo eles é a melhor para plantar, qualquer tipo de cultivo seja arroz, milho, feijão, cana de açúcar, mandioca e banana a produção será boa. O tamanho da roça é de acordo com a quantidade de pessoas na casa e com a mão de obra disponível para cuidar, roçar, plantar e colher.

Após o processo da limpeza da terra, fazem o plantio no sistema de rotação de cultura. O Sr. Osvaldo nos fala como esse processo é realizado. Normalmente plantam arroz e banana, o arroz é colhido primeiro e a banana permanece. No outro ano, no início de outubro, planta-se milho entre as bananeiras e que o arroz precisa ser plantado no primeiro ano, já que ele exige mais do solo.

São os conhecimentos adquiridos na vivência, passados de geração a geração que garantem a perpetuação dos saberes.

3.3. Colheita do arroz

O arroz, juntamente como a banana, a mandioca e o feijão, constituem a base da alimentação dos moradores do Território Quilombola Vão Grande. O arroz geralmente é plantado no primeiro ano de uso da terra, pois ele exige mais do solo e necessita que a terra esteja rica em nutrientes, que não foi esgotado por outras culturas.

O período do plantio do arroz é entre os meses de novembro a janeiro e demora em torno de quatro meses para a colheita. É feito no sistema de roça de toco, a área a ser plantada também é definida como nos outros tipos de cultivo, seja pelo tamanho da família ou pela quantidade de ajudantes.

A colheita do arroz observada foi na roça do Sr. Maximiano, 76 anos, viúvo, mora com seus três filhos solteiros em uma casa de alvenaria, com um salão grande onde é realizada a festa de São José, uma área coberta com alguns bancos espalhados, local onde normalmente são recebidas as visitas para as conversas e reunir a família. A cozinha, como nas demais casas da comunidade, é construída

com barro e palha nos fundos da casa principal, é onde eles constroem o fogão a lenha, utilizado para preparar as refeições.

A recepção é sempre calorosa, percebemos o entusiasmo em suas falas ao nos explicar os procedimentos e as técnicas usadas desde o plantio até o armazenamento do grão.

A colheita do arroz é feita no sistema de *muxirum*. Observamos que esse momento reuniu três gerações da família do Sr. Maximiano, sendo pai, filhos e neto, bem como irmãos, primos e sobrinhos.

Uma de suas filhas casadas é a responsável pelo preparo da alimentação nesse dia, desde o café da manhã, almoço e o lanche da tarde.

O cenário é belíssimo. Uma grande área verde com os cachos quase dourados, e o aroma exalado pela plantação de arroz. É maravilhoso, me fez voltar à infância e relembrar as idas à roça do meu pai, eu amava caminhar em meio à plantação para sentir aquele cheiro.

O arroz é cultivado consorciado com a banana. As bananeiras são plantadas nos espaços entre os pés de arroz, os senhores nos explicam que isso só é possível porque, quando o arroz está pronto para colher, os pés de bananeiras ainda estão pequenos, e assim um não atrapalha o crescimento do outro. Eles fazem o plantio no sistema de consorciação (Figura 12), revelando todo o seu conhecimento sobre agricultura.

Figura 12 – Colheita artesanal de arroz.



Fonte: Marcia Rezende de Sousa (abril de 2019).

O trabalho é feito manualmente, com a ferramenta chamada cutelo, um instrumento em formato de meia lua com cabo de madeira.

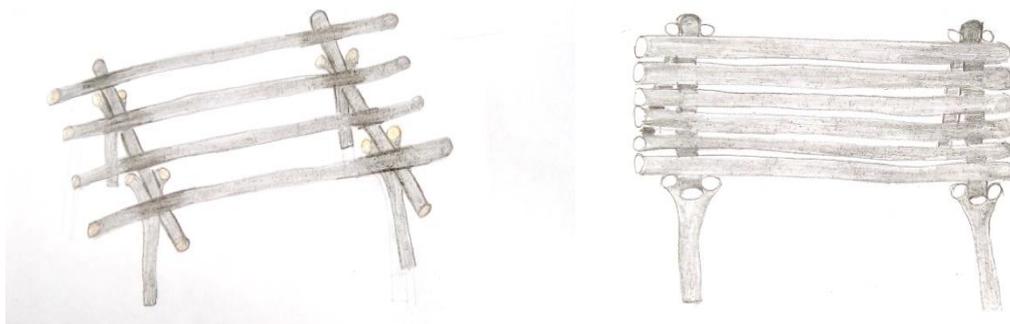
Ao iniciar a colheita, eles se organizam cada um em uma determinada área, a quantidade cortada de cada vez depende do quanto cabe das hastes dos cachos

nas mãos, colocam lado a lado sempre no mesmo sentido os cachos e as hastes, para facilitar no momento de pegá-los para colocar para secar.

Após o período de secagem, reúnem-se novamente para bater o arroz. Nessa etapa, constroem um jirau com galhos e árvores, forram o chão, amarram os feixes de cachos e batem até que os grãos se desprendam da haste, embalam o arroz em sacas de aproximadamente 60 kg. E, assim, ele está pronto para o armazenamento.

O jirau (Figura 13) é uma espécie de mesa construída com troncos de árvores fincados ao chão e amarrados com cipós. O espaçamento depende da finalidade, quando utilizado na cozinha para colocar as bacias e lavar os utensílios domésticos ou para guardar objetos da casa, os troncos são colocados juntos, lado a lado. Para bater o arroz é chamado jirau ou malhador, nesse caso espaçamento é maior.

Figura 13 – a) Jirau ou malhador utilizado para bater arroz. b) Jirau utilizado para lavar utensílios de cozinha, ou para guardar objetos da casa.



Fonte: Pela autora (novembro de 2019).

No passado, o arroz, o feijão e o milho eram armazenados em “tuias” (Figura 14a), construídas com os mesmos materiais usados nas casas de palha e barro, de mesmo formato e de tamanho reduzido. A base da tuia ficava afastada do chão, eram feitas com troncos como o jirau, as paredes são feitas de ripas amarradas com cipó e revestidas com barro, processo chamado pelos moradores de “barrear” e coberta com palha de babaçu ou sapê, com uma pequena abertura na parte superior por onde serão colocados e retirados os grãos.

Figura 14 – a) Tuia para guardar feijão ou arroz. b) Folha de pacova.



Fonte: Pela autora (novembro de 2019).

A tuia para guardar feijão é construída da mesma maneira como a de arroz, mas o armazenamento é diferente, com camadas de feijão, cinzas e folha de pacova (Figura 14b), um pequeno arbusto de folhas grandes, ajudam a manter a qualidade dos grãos, como relata o Sr. Antônio.

Meu pai colhia o feijão e fazia a tuia, só a folha de pacova que combina para colocar o feijão, faz uma camada com folha de pacova, feijão e cinza, quando estiver com mais ou menos meio palmo de altura, coloca outra camada de folha de pacova, você a esquenta no fogo pra não rasgar, forra ela, joga um pouco de cinzas com um pouquinho de terra e põe feijão em cima, repete as camadas até guardar todo o feijão. Assim você faz uma tuiona que precisa ver, porque na tuia meu pai plantava feijão, eram três quatro anos o feijão está novinho e hoje já tem garrafa pet, saco (Sr. Antônio Bento. Morador da Comunidade Quilombola Baixio. Novembro de 2019).

Alguns moradores fazem acordos com donos de máquinas de beneficiamento de arroz da seguinte maneira: uma saca de 60 kg, após beneficiada é dividida em 50% para o dono da máquina e 50% para o dono do arroz. Outros moradores ainda fazem da maneira artesanal para limpar o arroz, socam no pilão e abanam no apá para eliminar as cascas, processo realizado todos os dias para preparar a refeição.

O pilão é um artefato de origem africana, usado para socar arroz e milho, encontrado principalmente em comunidades quilombolas e tradicionais. Tamanha é a sua importância, que ele é mencionado no conselho Ultramarino Português para conceituar quilombo.

Nas comunidades, o pilão representa sobrevivência, resistência autoconsumo e identidade quilombola. No passado, as famílias socavam o arroz todos os dias para preparar as refeições, o milho para fazer fubá e a paçoca de carne seca. Dona Amália e o Sr. Manoel falam da sua importância.

De primeiro, aqui no sítio se não tivesse o pilão você não comia arroz, só se comesse com cascas, porque todo mundo tinha que plantar arroz aqui, ele servia não pra limpar arroz pra comer, servia pra muita coisa [...]. Quando

fazia festa e precisa de muitos pilões, emprestava dos vizinhos e era bom demais, às vezes o arroz não estava seco, ia muita gente pra roça, fazia fornalha pra torrar o arroz, torrava de um saco, era pra fazer na festa, pra limpar pra fazer a festa, isso reunia as pessoas até tarde, era muita conversa, muita risada (Dona Amália e Sr. Manoel. Moradores da Comunidade Quilombola Baixio. Outubro de 2019).

No presente, as famílias compram o arroz beneficiado e empacotado, mas algumas famílias o fazem como antigamente e socam o arroz no pilão todos os dias, percebemos que a questão não é financeira, mas que eles preservam o costume dos seus ancestrais.

3.4. Plantio de Mandioca

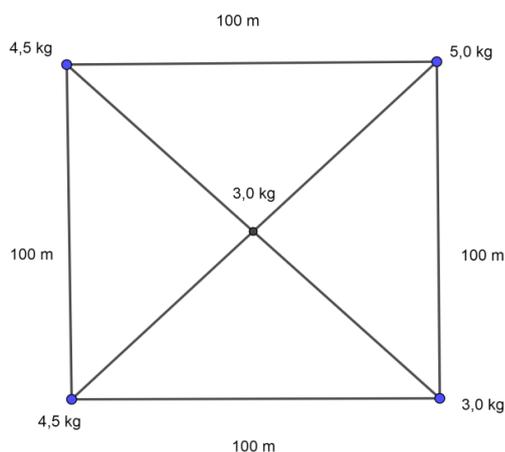
O Sr. Benedito Iino é um dos mais jovens, tem 37 anos, casado e tem duas filhas, morador da Comunidade Retiro. Ele é funcionário da escola da Comunidade e nas horas vagas trabalha com agricultura familiar para aumentar a renda da família. Ele aplica os conhecimentos herdados de seus pais e avós, mas também aplica os conhecimentos adquiridos quando estudou na escola agrícola em Barra do Bugres, na época em que, no Território Quilombola, não havia os anos finais do ensino fundamental e ele juntamente com outros moradores foram para a cidade estudar.

Ele nos explica que o espaçamento entre as fileiras para plantar as manivas é de 1m, que ela deve ser plantada no início do período chuvoso, pois a falta de umidade prejudica a fase de brotação e o excesso pode causar o apodrecimento das raízes.

O Sr. Benedito Iino nos explica o procedimento feito por eles para vender uma área de mandioca. Nesse processo, calculam como se a área fosse uma região quadrada, colhem um pé de mandioca de cada extremidade e um do centro, calculam a média e multiplicam o peso médio pela área plantada e assim determinam a quantidade de quilogramas na área plantada.

Esse processo é utilizado para vender a produção de mandioca em grande escala, antes de colher a produção (Figura 15). O Sr. Benedito Iino explica como é feito o cálculo, primeiro colhe-se um pé de mandioca dos quatro cantos e um do centro da área plantada, os pés de mandioca pesam 3 kg, 4,5 kg e 5 kg, então se descarta o menor e o maior peso e adota o peso intermediário que é 4,5 kg, que eles chamam de peso médio.

Figura 15 – Esquema do cálculo para venda da produção de mandioca no software Geogebra.



Fonte: Pela autora (novembro de 2019).

Podemos realizar o cálculo utilizando os conceitos matemáticos sobre mediana, da seguinte maneira:

$$M_d = 3,0; 3,0; 4,5; 4,5; 5,0 \Rightarrow$$

$$M_d = 4,5$$

Como o número de termos é ímpar, formado por 5 elementos, então a mediana é o 3º termo, ou seja 4,5.

Mesmo os moradores desconhecendo o conceito matemático de mediana eles utilizam-no, porém se referem à média. E assim no Território Quilombola Vão Grande, convencionou-se que eles descartarão 5 kg, que é o maior peso e 3 kg, o menor. Como nos explica o Sr. Benedito e com isso nenhuma das partes perde nessa negociação.

Então o cinco é mais, por exemplo, aqui tem 3 kg, 5 kg e 4,5 kg está dando em vários lugares, 5 kg tá o peso máximo e aí tem o 3 kg que é o mínimo aí você calcula, por exemplo, se você fizer pelo mínimo vai perder, porque, às vezes, ele não está dando esse peso padrão ao todo, aí você faz o peso médio da área. Por exemplo, na área você tem que saber quantos pés está plantado, você vai multiplicar o peso pela quantidade de pés, geralmente o pessoal faz isso porque, às vezes, se arrancar só do meio, aí o meio, às vezes, está mais carregado e das beiradas está mais fraco, por exemplo, se está dando 5 kg, se pesar uns 10 pés mais ou menos e a maioria der 5 kg, mas daí é o que está mais próximo e se você fizer pelo mínimo que é 3 kg vai perder (Sr. Benedito Ilino, morador da comunidade Vaca Morta. Junho de 2019).

As plantações de mandioca são feitas de acordo com a finalidade, se para fazer farinha, a distância entre os pés é diferente do que aquelas para vender *in natura* no comércio. Justificam que quando é para fazer farinha, o espaçamento entre os pés de mandioca é maior, porque a raiz cresce mais e o rendimento é

melhor, e para o mercado, a distância é de 1 m, porque preferem as raízes menores, e mais grossas, sendo mais fácil para comercializar.

De acordo com os seus conhecimentos e experiência no cultivo de mandioca, os moradores ressaltam que esse fato se deve não somente à espécie, mas também às fases lunares e ao tipo de solo.

As mandiocas mais cultivadas são das variedades cacau e a liberata, utilizadas tanto para a culinária quanto para fazer farinha. A mandioca “brava” ou “olho de pomba” houve quem plantasse, mas que no presente não é encontrada mais nas comunidades.

Figura 16 – Área de plantio de abóbora e melancia irrigada.



Fonte: Pela autora (junho de 2019).

Além do plantio de mandioca e banana, o Sr. Benedito Ilino iniciou o cultivo de abóbora irrigada (Figura 16). Ele alega que assim garantirá a produção o ano todo, com a ajuda de uma bomba a diesel, que bombeia a água de um córrego próximo para molhar sua roça, na sua criação de suínos também usa as técnicas aprendidas na escola. É o saber local e o saber escolar na busca de melhorias para seu empreendimento.

Nas Comunidades Quilombolas, o saber local e o saber escolar complementam-se, considerando o conhecimento adquirido de suas vivências, sua ancestralidade negra, seus valores culturais e seus saberes e fazeres, apresentando subsídios para que o aluno quilombola compreenda o seu lugar no mundo.

Dias (2017) nos diz que não há separação entre a educação nascida no seio das Comunidades Quilombolas e a educação formal.

Compreende-se dessa forma que essas duas formas de educação, uma protagonizada pelos moradores quilombolas do seu cotidiano de vida e outra institucionalizada no espaço escolar, se tornaram indissociáveis no processo de formação do estudante quilombola, onde haveria a necessidade de entender o mundo social a partir de sua história, sua memória, crenças, de seu cotidiano de vida nas práticas de agricultura

quilombola e nas práticas das manifestações religiosas e culturais das comunidades quilombolas (DIAS, 2017, p. 70).

Nesse sentido, a Escola Estadual José Mariano Bento desenvolve projetos, mesmo que timidamente na busca de agregar valores aos produtos, através do beneficiamento da banana e da mandioca, nem toda a banana produzida é comercializada, pois compradores escolhem somente as melhores frutas e as que sobram geralmente é dada aos animais, e assim surgiu a ideia dos projetos.

No projeto de beneficiamento de banana é produzida banana chips, bala de banana, doce de banana, licor de banana e farinha de banana e no de beneficiamento da mandioca é feito mandioca chips. Os professores e funcionários iniciaram as atividades com todo o processo manual e utilizando os equipamentos disponíveis na cozinha da escola. Em 2016, a SEDUC/MT, por meio da SUDE, disponibilizou recursos financeiros para a compra de equipamentos necessários para o desenvolvimento dos projetos e para ser trabalhado, não só nas disciplinas que compõem as Ciências e Saberes Quilombolas, mas em todas as áreas do conhecimento.

Saber tradicional e saber escolar uma como complemento da outra, a primeira baseada nos saberes e nos fazeres, na vivência e na ancestralidade e a segunda formalizada na escola, fundamentais na formação dos alunos, partindo de sua realidade para chegar ao conhecimento de mundo. Nessa linha, Gerdes (2012, p. 160) salienta que “Numa educação que reconhece e aproveita a existência de muitas culturas abre-se o horizonte do aluno, enriquecendo-o com experiências doutros povos doutros tempos”.

3.5. Da roça à mesa

A produção de farinha de mandioca observada foi na casa do Sr. Francisco e dona Benedita, participaram ainda sua filha e filho, nora, genro e neta de 10 anos. Saboreamos uma feijoada preparada no fogão à lenha e o café foi preparado pela neta de 10 anos de dona Benedita.

O dia de fazer farinha como os moradores dizem inicia-se bem cedo, com a colheita da mandioca. Os homens vão para a roça colher a mandioca e a transportam em sacos na motocicleta.

No Território Quilombola Vão Grande, não há uma divisão rigorosa dos trabalhos, as mulheres ajudam na roça, elas capinam, roçam, plantam e colhem. A

única tarefa que elas não participam é na derrubada da mata. As crianças e os adolescentes também participam das atividades de acordo com a idade e o que fazer, como por exemplo, descascar mandioca para fazer farinha, plantar mudas de bananeiras, plantar as ramas de mandioca.

Chegando à casa, é hora de descascar, lavar, ralar, prensar, socar e torrar a farinha. Tudo é feito artesanalmente, homens, mulheres e crianças envolvidos no processo, partilhando mais um espaço socioeducativo.

Não há como separar a criança, o adolescente, o jovem, e o adulto, do aluno, os conhecimentos aplicados no plantio, nas construções das casas de barro e palha, na análise do clima, do solo e nos cuidados com água elementos que constituem a sua essência. Isso porque nas Comunidades Quilombolas, praticamente todas as ações são realizadas coletivamente e assim as pessoas de todas as idades estão envolvidas na realização das tarefas, ambientes socioeducativos de difusão, saberes e fazeres.

Para ralar a mandioca, utilizam o ralador manual que eles chamam “ralo”, um utensílio artesanal de uma chapa de zinco “caititu” (Figura 17), perfurada com pregos e acoplada em um pedaço de madeira e também outro artefato construído por um dos moradores, também usado para ralar, utilizando um motor de máquina de lavar roupa, o que, segundo a filha do Sr. Francisco, agiliza e facilita o trabalho.

Figura 17 – Ralador de mandioca construído com motor de máquina de lavar (caititu).



Fonte: Pela autora (novembro de 2019).

O sistema de prensa (Figura 18) também é artesanal, a mandioca é ralada e acondicionada em sacos individuais e colocada dentro de uma lata com algumas perfurações para escorrer o líquido da mandioca, em seguida, colocam-se pequenos pedaços de troncos de madeira e pedras em cima e em um mecanismo construído

em uma árvore, apoiam-se troncos maiores que ajudará na prensagem. Sentam-se no tronco para ter certeza de que os pesos não deslizarão, após esse momento são colocadas pedras grandes para que a massa saia o mais seco possível.

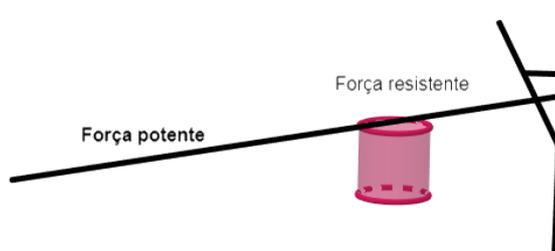
Figura 18 – Prensa manual para prensar massa de mandioca.



Fonte: Pela autora (maio de 2019).

Podemos aplicar os conceitos da alavanca e máquinas simples (Figura 19) na prensa utilizada para prensar a massa da mandioca, a pessoa aplica uma força potente no braço da alavanca (tronco da árvore) para colocar as pedras que pressionam a massa dentro do recipiente, chamada de força resistente.

Figura 19 – Sistema de alavanca no software Geogebra.



Fonte: Pela autora (novembro de 2019).

A massa crua liberada possui certa toxicidade, a mandioca possui uma concentração de ácido cianídrico que depende de sua classificação. Pode ser letal tanto para humanos como para os animais. Chisté e Cohen (apud Cagnon et al, 2002) ao discorrer sobre o processo físico-químico dessa raiz.

Todas as plantas de mandioca apresentam compostos tóxicos, sendo a variação da sua concentração nas raízes que possibilita a classificação prática em mandiocas doces ou mansas e amargas ou bravas. De acordo com Cagnon et al. (2002), o composto tóxico da planta é a presença de glicosídeos cianogênicos conhecidos como linamarina e lotaustralina (proporção de 93:7), os quais sob a ação de ácidos ou enzimas, sofrem hidrólise e liberam acetona, glicose e ácido cianídrico (HCN). O HCN, constitui-se num produto tóxico que inibe a atividade das enzimas da cadeia respiratória dos seres vivos.

O líquido que escorre no momento da prensagem da mandioca é coletado e, após a sua decantação, a água será descartada e o que ficou no recipiente após a secagem será o polvilho.

Os moradores não sabem explicar sobre a toxicidade da mandioca crua, mas devido ao seu conhecimento, compreendem que ela não deve ser ingerida crua e que os animais não podem se alimentar do líquido extraído.

Após o processo de prensagem, a massa precisa ser socada e peneirada (Figuras 20a e 20b). Dona Benedita tem aproximadamente 70 anos e é ela que faz esse trabalho árduo para a sua idade já avançada, é perceptível o cansaço em seu semblante.

Figura 20 – a) Socagem da massa de mandioca. b) Peneiração da massa da mandioca.



Fonte: Pela autora (maio de 2019).

A farinha é torrada aos poucos (Figura 21), eles nos explicam que ela precisa ser bem cozida antes de torrar, uma tarefa árdua, pois precisam controlar a temperatura da fornalha para que não queime, toda a família participa de todas as etapas.

Figura 21 – Torragem da farinha de mandioca.



Fonte: Pela autora (maio de 2019).

Os trabalhos começam bem cedo, a nora de dona Benedita nos explica que não tem hora para terminar, pois precisam torrar toda a massa que foi processada,

caso deixem para o outro dia ela pode azedar aproximadamente 6 horas depois de ralada, não terão um produto de boa qualidade.

O senhor Francisco e a senhora Benedita são aposentados, mas fazem a farinha de mandioca para aumentar sua renda familiar e a dos filhos. O produto será vendido na cidade de Barra do Bugres e região.

3.6. Festa de Santo, um espaço socioeducativo compartilhado por adultos e crianças

Os preparativos da próxima festa de Santo iniciam-se logo após o encerramento, com a definição dos festeiros que serão os responsáveis por sua organização, sendo eleitos reis, rainhas e empregados, os mesmos terão a incumbência de providenciar a alimentação, a bebida e a organização da festa.

As festas de Santo realizadas no Território Quilombola Vão Grande são: Festa de São Benedito, Nossa Senhora da Guia, São Gonçalo, Nossa Senhora Aparecida, Menino Jesus, Santa Luzia, São José, São Miguel e São Bento. Sua realização deve-se a uma graça recebida, por devoção ao Santo, ou mesmo as que passam de geração a geração.

Quadro 2 – Calendário das festas de Santo do Território Quilombola Vão Grande

| Festa de Santo | Mês em que é comemorado |
|------------------------------------|--------------------------------|
| São Gonçalo e Santo Reis | Janeiro |
| São José | Março |
| Senhor Divino | Maio |
| São Benedito | Julho |
| Nossa Senhora da Guia e São Miguel | Setembro |
| Nossa Senhora Aparecida | Outubro |
| Todos os Santos | Novembro |
| Menino Jesus e Santa Luzia | Dezembro |

Fonte: Pela autora (2019).

A festa em honra a São José é comemorada no dia 19 de março, o Sr. Maximiano nos conta que a festa teve origem com seus avós e uma de suas irmãs em cumprimento a uma promessa, ele não se recorda qual foi a graça recebida, mas que a família continuou a realizá-la.

Essa festa vem desde antes de nós, meus avós que é o papai Sabino e mãe Fina que eram nossos avós que faziam essa festa. Então ela tinha uma promessa com a Maria Mara que era a la irmã do papai, foi indo foram enfraquecendo e parando de fazer essa festa, aí meu pai pegou para fazer e ele nasceu no dia de São José. Então meu pai pegou como uma promessa, uma devoção foi fazendo essa festa, desde que entendi por gente ele já fazia essa festa, aí nós fomos prestando e fomos ajudando ele

a fazer, ele com minha mãe, festona boa (Sr. Maximiano Bento, morador da Comunidade Quilombola Baixio. Março de 2019).

O senhor Maximiano é o filho mais velho do senhor José Mariano Bento e de dona Maria Eulália Bento. Após a morte de seu pai, passou a realizar a festa juntamente com seus irmãos. O festejo acontecia na residência do senhor Maximiano e do senhor Antônio, porém em fevereiro de 2016, com os preparativos do evento organizados, a esposa do senhor Maximiano faleceu e ele decidiu deixar a festa somente sob a responsabilidade do senhor Antônio desde então, porém todos os irmãos participam de todo o processo.

Eu fiz não sei nem quantos anos, agora já quando minha mulher faleceu, nós estávamos na hora de fazer a festa, já estavam todas as coisas arrumadas tudinho, ela faleceu assim já na hora de fazer a festa, aí que eu falei pra Antônio tomasse conta, falei pra ele pode fazer a festa, mas nós o ajudamos no que podemos, que está até hoje continuando a festa de São José o Antônio que tomou conta (Sr. Maximiano Bento, morador da Comunidade Quilombola Baixio. Março de 2019).

A conversa faz com que os irmãos evoquem memórias antigas, como por exemplo, que naquela época no Território não havia capelães para tirar a reza e que o pai deles o Sr. José Mariano Bento precisava ir até a comunidade vizinha, o Vãozinho, localizada no município de Porto Estrela, que fica do outro lado da serra.

[...] esse tempo o capelão para tirar reza era meio difícil né, aqui, então eu lembro que ele pulava essa serra daí ia lá no Vãozinho, tinha um homem velho lá chamado Policarpo, ele convidava ele lá pra vim tirar essa reza pra festa a ladainha, pois é o seu poli que vinha tirar essa reza (Sr. Maximiano Bento, morador da Comunidade Quilombola Baixio. Março de 2019).

O Sr. Maximiano se lembra de como começou a ajudar o pai na realização da festa.

[...] aí nós fomos crescendo e já fomos ajudando bem a fazer essa festa e eu já conheci esse negócio de empregado no poder deles né, assentava empregado daquela devoção eu falo que é pra ajudar, e ajuda mesmo porque aí o povo dá o que pode pra ajudar pra fazer a festa, então forma aquela festa, aí meu pai foi ficando fraco, minha mãe, aí passou pra mim fazer essa festa, eu fiz não sei nem quantos anos (Sr. Maximiano Bento, morador da Comunidade Quilombola Baixio. Março de 2019).

Percebe-se a alegria e o prazer em nos contar sobre suas vivências e seus conhecimentos. O Sr. Maximiano lembra-se de que, com o passar do tempo, foram aprendendo a tirar a reza, “*meu irmão mesmo é capelão, a gente aqui mesmo foi aprendendo*”.

O Sr. Maximiano relembra que seu tio chamado Capiladé aprendeu a tirar a reza com um senhor que morava na Comunidade vizinha, nesse momento ele pergunta ao seu irmão se ele lembra e aponta em direção à serra para mostrar onde morava a pessoa com quem seu tio aprendeu.

Capiladé lembra Inácio? Meu tio velho logo aprendeu com o homem de lá, até é pai do Antônio Jaime, morava lá pra trás dessa serra, aí depois que o tio aprendeu, ficou mais fácil pra esses daqui aprender, este daqui aprendeu, ali o compadre Chico aprendeu, bem uns quatro ou cinco capelão (Sr. Maximiano Bento, morador da comunidade Baixio. Março de 2019).

Uma das preocupações não só dos irmãos Bento, mas também dos outros moradores mais velhos da comunidade é a falta de interesse dos jovens em aprender as rezas e as danças, elementos da cultura quilombola, temem que sua cultura aos poucos desapareça. O senhor Manoel expõe suas angústias.

Pelo jeito que daqui uns tempos vai acabar, vai acabar cururueiro e capelão, porque esses novos de agora não se interessam mais por isso, de jeito nenhum como diz meu irmão, de primeiro os novos interessavam, quando os velhos cansavam de cantar os novos pegavam faziam aquele rodão, naquele tempo folgando vinha cantando, quem não sabia ia aprendendo com aqueles que já estavam mais práticos. Então é esse restante que ainda tem hoje que nem compadre Maximiano, Inácio, eu e os outros também e esses de agora pelo jeito que a gente vê não tem mais esse interesse e nós todos sabemos que nós já estamos do meio pro fim, bem dizer... (Sr. Manoel Bento, morador da Comunidade Baixio. Março de 2019).

O lamento do senhor Manoel e seus irmãos e irmãs é em relação à perpetuação da cultura de seu povo, pois eles percebem que os jovens não têm interesse em aprender as rezas e as danças.

Se não tiver umas pessoas da comunidade mesmo pra esmerar pra aprender é onde vai acabar porque daqui uns tempos a gente não aguenta mais, toda vida a gente não fica pra semente, eu mesmo falar verdade se tiver uma pessoa que pedir pra mim copiar o que eu sei ladainha e oração que eu sei de Santo eu estou prontinho, mas não tem ninguém, ninguém interessa mais, eu pra escrever já não escrevo mais assim como antes, mas a gente pede pra outro escrever a gente vai falando e o outro vai escrevendo e por aí aprende (Sr. Manoel Bento, morador da Comunidade Baixio. Março de 2019).

Ainda falando sobre a perpetuação dos saberes e da cultura quilombola, o senhor Manoel se lembra de quando um morador pediu a ele que o ensinasse as orações e a ladainha e que a pessoa precisa aprender as orações de cada de Senhor Divino, Beneditão, São José, São Sebastião e Nossa Senhora.

O Beto do Morro Redondo ele aprendeu comigo, ele pediu pra eu tirar uma cópia pra ele, eu foi tirei uma cópia da ladainha, o que eu sei ele sabe também, então esse interessou, assim se tivesse outra pessoa pra interessar eu era capaz de ensinar o que eu sei pra ele, uma festa de tradição porque quem sabe tirar a ladainha ele tem saber as orações dos Santos também, mesmo que ele não saiba tudo ele tem que saber a maioria tem que saber, eu sei várias orações do Senhor Divino, Beneditão, São José, São Sebastião e Nossa Senhora e assim vai, tudo serve para a tradição (Sr. Manoel Bento, morador da Comunidade Baixio. Março de 2019).

Na festa em devoção a São José, realizada pelos irmãos Bento, não há baile, eles nos revelam que esse costume vem desde quando a festa era feita por seus pais, rezavam, cantavam e dançavam siriri a noite inteira e até parte do dia seguinte.

A festa por aqui eu alembro era do cururu⁷ mesmo, a turma entoava boca da noite parava só pra rezar, era noite inteirinha se brincar ia até hora do almoço só cantando cururu e rodeando e aquela tradição bonito demais, hoje coitado você pode assuntar o mais que vai é até da reza, não é capaz de amanhecer mais, quando tem baile, quando termina a reza que fala viva o som já estoura, onde não tem as turmas já acostumou ficam desanimada, às vezes cantam até um pouco, mais não amanhece mais (Sr. Manoel Bento, morador da Comunidade Baixio. Março de 2019).

Conforme nos explica o senhor Maximiano, quando não há baile, a tendência é a festa acabar cedo, mas para eles, ela deve amanhecer o dia como antigamente e quando percebem que as pessoas estão indo embora, retomam as danças e as cantorias para evitar o término antes do previsto.

Aqui nós não deixa acabar, porque nós inventamos qualquer coisa, gente vai espalhando gente pega uma viola canta siriri ou então canta cururu, não quer dizer que nós vamos dormir também tem que passar a noite brincando festando, nós inventa qualquer brincadeira aí eu sei que a festa continua (Sr. Maximiano Bento, morador da comunidade Baixio. Março de 2019).

Durante nossas conversas, foi possível observar que os mais velhos estão preocupados com os rumos que as festas de Santo estão tomando. O Sr. José Ambrósio nos conta entristecido como acontece nas festas em que tem baile.

[...] hoje só reza, enche lá no lugar do santo reza, venceu de rezar acabou o santo fica lá encostadinho, ele num mexe mesmo, vão tudo pro baile né, tudo mundo hoje está diferente, por isso que eu falo que todas as coisas mudaram, vai só acabando, nesse tempo não tinha venda não tinha nada, era muito bom por isso, só que era bom por isso era bom assim sobre tranquilidade (Sr. José Ambrósio, morador da Comunidade Morro Redondo).

Em 2019, a festa de São José foi realizada na casa do Sr. Antônio Bento e dona Rosanil. Os preparativos iniciaram-se com um de seus filhos e um dos seus irmãos que saíram para pedir a “esmola” para o Santo. Eles passam em todas as casas das cinco comunidades, e nos vilarejos próximos que mantêm as festas de Santo como tradição.

Os que são incumbidos de pedir a esmola levam consigo o Santo acomodado em uma bolsa ornamentada, pendurada no pescoço e recolhem os donativos, que pode ser dinheiro, bebidas ou alimentos que serão servidos nos dias de festa. No dia que é encerrada a arrecadação das esmolos, reza-se o terço em agradecimento às doações.

Os trabalhos começam com a soltura de fogos de artifícios que servem tanto para anunciar o local da festa e celebrar o momento de alegria, quanto para convidar

⁷ Difundido principalmente no norte de Mato Grosso, na região de Serra Abaixo, o Cururu é uma dança de homens, com cantos de desafios que narram fatos bíblicos sobre o santo que está sendo homenageado.

os moradores para ajudar no trabalho, que acontece duas semanas antes do dia do Santo com a construção dos barracões.

Os homens vão para a mata pela manhã cortar os troncos de árvores que servirão de estrutura para o telhado.

O Sr. Antônio explica que os esteios, os caibros e as palhas de babaçu usados no telhado, que os primeiros a serem colocados devem obedecer ao lado que o sol nasce, os caibros são colocados obedecendo à ordem das palavras, “*ouro, prata e nada*”, e que eles não devem terminar em nada, pois nada não têm nenhum significado, e que eles devem terminar em ouro ou prata, porque ouro e prata representam coisas boas, caso isso não seja observado no momento da construção, é necessário acrescentar mais um caibro entre os demais. Isso é observado no momento de construir os barracões, as casas e qualquer outro tipo de construção. O Sr. Antônio enfatiza que todos os conhecimentos aplicados ele aprendeu com seu pai.

A fala do Sr. Antônio é carregada de conhecimento ancestral ligado a um plano superior, com o material e o imaterial. Para Barraco e Santos (1977), os símbolos estão ligados à cultura e a religiosidade.

[...] considera-se o símbolo ligado exclusivamente, a alguma das partes religiosas ou supersticiosas de uma cultura, sem se perceber que pode ser simbólica toda e qualquer construção mental humana que não produza fielmente a realidade. Qualquer interpretação desta realidade que cai sob os nossos sentidos pode dar origem a um *símbolo* ou a uma *cadeia simbólica* (BARRACO e SANTOS, 1977, p. 61).

De volta à mata é o momento de cortar as palhas de babaçu para cobrir o barracão, as palhas são cortadas e carregadas nas costas, o broto é trançado para fazer o capelo (Figuras 22 e 23).

Figura 22 – a) Preparo da folha de babaçu para cobertura do barracão. b) Cobertura do barracão.



Fonte: Pela autora (março de 2019).

Figura 23 – Cobertura do barracão.



Fonte: Pela autora (março de 2019).

As mulheres são responsáveis por fazer a farinha de mandioca, o doce de mamão com leite e os licores consumidos durante os festejos. Nesse período, a alimentação é preparada para todos os presentes. Um espaço socioeducativo compartilhado por crianças e adultos.

No dia de fazer farinha, levantam-se ainda de madrugada para colher a mandioca, e logo ao nascer do sol, inicia-se o seu preparo, que consiste em descascar, ralar, prensar e torrar. Todo o processo é feito manualmente. Esse momento é compartilhado com as crianças. Aos nossos olhos, uma tarefa muito difícil, porém eles fazem com muita alegria e entusiasmo e revelam que tudo é feito em agradecimento às graças recebidas e por isso mesmo as tarefas mais difíceis são momentos de alegria.

Os homens vão à roça colher o mamão para o preparo do doce. Ele é feito de dois tipos, em lascas e ralado com leite. Nesse dia, os trabalhos iniciam-se às 7 horas, mulheres, homens e crianças acomodam-se o mais confortável possível para descascar, cortar e ralar o mamão (Figuras 24 e 25). Observam-se três gerações presentes, compartilhando conhecimentos.

Figura 24 – Festeiros descascando mamão. b) Corte do mamão para o preparo do doce em pedaço.



Fonte: Pela autora (março de 2019).

Figura 25 – Preparo do doce de mamão em pedaço.



Fonte: Pela autora (março de 2019).

Nesse momento, os assuntos são diversos, seja sobre os acontecimentos na comunidade e na cidade de Barra do Bugres ou das lembranças de como eram as festas antigamente.

Dona Josefa Benvinda, irmã do Sr. Antônio, é uma das participantes no preparo do doce e mostra-se saudosa ao lembrar como eram as festas que seu pai realizava quando ela era criança. Ela nos conta que nasceu no dia em que se comemora o São José e seu nome é em homenagem ao Santo. Dona Benvinda conta que os preparativos da festa duravam aproximadamente um mês.

Nessa ocasião, reuniam-se os moradores todos os dias para fazer a farinha de mandioca, fazer o doce, buscar lenha, construir as fornalhas, rezar, conversar, socar arroz e milho para fazer os biscoitos que seriam servidos no café da manhã. Ela se lembra das dificuldades enfrentadas, pois não havia água encanada e energia elétrica, era preciso buscar no rio para beber e preparar os alimentos e todos os acontecimentos era à luz de vela ou das lamparinas alimentadas por azeite de mamona.

Figura 26 – a) Produção de doces para a festa. b) Doce de mamão sendo retirado do tacho.



Fonte: Pela autora (março de 2019).

O Sr. José Ambrósio também relata como eram as festas e as palavras dele têm semelhanças com as de dona Benvinda quando fala que tudo naquela época

era mais difícil, mas que era muito bom, alegre, divertido e que todas as pessoas ajudavam no que fosse preciso.

As festas de santo de antigamente era festa, porque pra fazer a festa de antigamente ele trabalhava um ano pra comprar o que precisava pra fazer a festa, nesses tempos atrás, como a festa do senhor Divino começava desde um dia antes a ajudar, já era festa, passava todo mundo ajudando e fazendo que tinha de ajudar aí chegava o sábado que é a véspera, porque senhor divino só dá de sábado para domingo, passava sábado, passava domingo era quatro dia de festa o que fazia para festa o que comprava pra festa não ficava nada ia tudinho gastava tudo (Sr. José Ambrósio, morador da Comunidade Morro Redondo. Abril de 2019).

Como a conversa no momento era sobre as festas de Santo, o Sr. José Ambrósio nos conta sobre a festa em devoção a São Benedito realizada por sua sogra, e por coincidência essa conversa aconteceu na véspera do dia do Santo. Percebemos que os moradores do Território Quilombola Vão Grande “*guardam*”, como eles se referem ao assunto, no dia 4 de abril. Após leituras tivemos conhecimento de que o Brasil é o único país que homenageia São Benedito no dia 5 de outubro em consideração canônica à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e nos outros países é comemorado no dia 4 de abril, data da morte do Santo.

É possível observar o contentamento e o saudosismo dos moradores ao falar sobre os acontecimentos que marcaram suas vidas, o Sr. José Ambrósio relembra a festa de São Benedito realizada por sua sogra. Em alguns momentos é possível imaginar como eram essas manifestações de fé e devoção, devido às riquezas dos detalhes contados.

Essa minha sogra, comadre Brígida que morreu ali, ela fazia festa de São Benedito que é de hoje pra amanhã, o que ela comprava de gado e nesse tempo era difícil, fazia farinha, arroz socado no pilão era aquela montoeira de gente, socava noite inteira, era boa demais, Ave Maria, aí a hora que vencia festa que o pessoal ia embora, ela repartia tudo o que sobrava pra cada um levar, ela falava que o que fazia pra festejar o Santo era pra ser gasto nesses dias (Sr. José Ambrósio, morador da Comunidade Morro Redondo. Abril de 2019).

No dia da festa, a movimentação é intensa, pois há muita coisa a fazer, enquanto os homens estão ocupados com o abate do boi que alimentará os devotos dos Santos e os convidados, as mulheres estão encarregadas de construir a fomalha com partes de cupinzeiros (Figura 27) que servirá para o preparo dos alimentos, outras pessoas são incumbidas de ornamentar o altar. As mulheres contam que usam os cupinzeiros para fazer a fomalha, porque é fácil encontrá-los na natureza e eles amenizam a alta temperatura produzida pelo fogo.

Figura 27 – a) estoque de lenha para o preparo da alimentação durante os festejos. b) Mulheres construindo a fornalha.



Fonte: Pela autora (março de 2019).

O preparo do altar é envolvido em misticismo e fé, a troca dos enfeites do altar e do salão é feito somente no dia da festa, se por algum motivo no ano não ocorra a festa, os enfeites não são retirados, continuam até se deteriorarem e caírem, pois afirmam que caso sejam retirados antes, algum morador pode falecer, explicam que esse fato já aconteceu duas vezes.

São os homens que cuidam da armação de taquara que segurar os enfeites (Figura 28). As mulheres são responsáveis por confeccionar as flores, as bandeirolas, as bandeiras dos Santos e toda a decoração do salão (Figura 29). Paulina é filha do Sr. Manoel e uma das responsáveis pelo ornamento do altar. Ela nos explica que serão erguidos mastros para cada Santo comemorado no Território Quilombola Vão Grande.

Figura 28 – a) Preparo do bambu para a armação do altar. b) Fixação da armação no altar.



Fonte: Pela autora (março de 2019).

Figura 29 – a) Confeção dos enfeites para a decoração do salão. b) Enfeites do salão.



Fonte: Pela autora (março de 2019).

Os restos da decoração do ano anterior são jogados no rio. Eles nos explicam que não podem ser jogados em qualquer lugar, que devem ser jogados em água corrente, porque a água leva tudo, a água é vida e que Nossa Senhora Aparecida foi encontrada na água. É toda uma relação com o sagrado, a religiosidade e fé.

Homens, mulheres e crianças compartilham o espaço socioeducativo, num misto de fé, devoção, trabalho coletivo e perpetuação de saberes e fazeres. Como exemplo de perpetuação de saberes acontece no momento que as mulheres estão ornamentando o altar. Os Santos são retirados para serem limpos e depois recolocados e um menino de quatro anos entra no salão e retira um tecido que estava sobre o banco de madeira e encontrou um quadro com a imagem de Santa Luzia e faz o sinal da cruz em sinal de respeito.

Figura 30 – a) Altar da festa do ano anterior. b) decoração do salão no ano anterior.



Fonte: Pela autora (março de 2019).

Figura 31 – a) Altar da festa de 2019. b) Decoração do salão para festa de 2019.



Fonte: Pela autora (março de 2019).

Todos os que adentram o salão que abriga o altar se aproximam reverenciam, fazem o sinal da cruz e beijam o Santo.

No decorrer do dia, os festeiros chegam trazendo seus Santos e as bandeiras para serem colocados no Altar (Figura 32).

Figura 32 – Devoto trazendo a bandeira do Santo.



Fonte: Pela autora (março de 2019).

Os capitães do mastro vão para a mata retirar a madeira que servirá de mastro para sustentar a bandeira dos Santos, é o momento de deixá-los prontos para a hora de erguê-los (Figura 33).

Figura 33 – Preparo dos mastros.

Fonte: Pela autora (março de 2019).

Os homens são responsáveis por abater o boi e os porcos que alimentarão os que participarão da festa, os animais são doados pelos festeiros, que durante o ano “os engordam” para esse dia.

Ainda pela manhã estávamos sentados à sombra da mangueira, uma pausa para descansar, os irmãos Maximiano, Osvaldo, Manoel, Inácio e Antônio e a conversa foi sobre as festas de Santo, como eram e como é atualmente. O Sr. Manoel relembra como providenciavam a alimentação que seria servida nessa ocasião.

Naquela época negócio de mercadoria, arroz mesmo era tudo pilado, então eu alembro desde uns quinze dias antes vinham aquelas mulheradas e rapaziadas para limpar aquele arroz e socar milho pra fazer biscoito era tudo no pilão, mas era divertido desde oito dias antes era aquela festona, até chegar o dia da festa era aquele movimento. Hoje está mais diferente porque está tudo mais fácil né, vai no mercado, compra, já vem tudo embalado diferenciou, mas naquela época era tudo difícil, e não era porque tinha quem ajudava, bastante companheiro pra ajudar (Sr Manoel Bento morador da comunidade Baixio. Março de 2019).

O Sr. Inácio comenta sobre como era feito o doce de mamão naquela época “esse doce que faz agora com açúcar nesses tempos nós tinha canavial, moía no engenho escaçador de cana nós levantava era meia noite pra moer, quando amanhecia a garapa já estava no tacho pra fazer o doce”, o senhor Manoel complementa a fala do seu irmão “hoje acabou isso, agora é esse negócio de açúcar, não existe mais o escaçador, os mais novos nem conhece isso, escaçador de braço, nós moía tudo no braço”.

O semblante e o sorriso do Sr. Maximiano mostram alegria ao lembrar como aprendeu a tocar a viola de cocho, a dança de São Gonçalo e o siriri.

Olha desde guri, sabe guri é muito assanhado, meu pai tocava viola e cantava cururu, ah eu já desde guri já influi a tocar viola e cantar e quando nós ficamos um tamanho ali, nessa festa quando os velhos paravam com a cantoria deles ah, nós gurizada pegava cantando e bem entoado e com isso

nós aprendeu, a reza que eu ainda não aprendi, mas o são Gonçalo eu sei tirar e siriri também porque esse que nós brincava na festa, então botavam eu pra tocar, eu mais um companheiro ou dois lá era aquele urro de siriri (Sr. Maximiano Bento, morador da comunidade Baixio. Março de 2019).

À tarde, enquanto um grupo está ocupado em finalizar os detalhes, outro grupo tem a incumbência de preparar o jantar. O cardápio é variado: carne com banana verde, carne com mandioca, arroz, feijão, salada e farofa de banana compõem o cardápio, tudo feito em grandes porções, pois o número de pessoas é volumoso. Além dos moradores da comunidade, participam também pessoas das comunidades e cidades vizinhas.

Após o jantar, os fogos de artifícios anunciam o início do Cururu, há versos para cada momento, para louvar o Santo dentro do salão em frente ao altar, ficam por um algum tempo cantando (Figura 34a), em seguida, é chegada a hora de levantar os mastros, os Santos que estão no altar são distribuídos entre os festeiros que os seguram até o término do ritual, antes de sair param à porta (Figura 34b) e cantam versos específicos para esse momento, após vão para o local onde erguerão os mastros e novamente ao som da viola de cocho e do ganzá. São momentos de fé, devoção e adoração compartilhados por adultos, jovens e crianças. São erguidos mastros para cada Santo festejado na Comunidade.

Figura 34 – a) Início da reza. b) Cantando parados à porta antes de sair para levantar o mastro.



Fonte: Pela autora (março de 2019).

Os mastros com as bandeiras são apoiados em suportes de madeira que ajudará a levantá-los, no momento que são fixados ao solo (Figura 35a). Percebemos que eles não ficam voltados para o mesmo lado e isso nos incomoda (Figura 35b), pois pensamos que, se elas estivessem na mesma direção, ficaria mais harmoniosa, então comentamos com o Joacil, um jovem da comunidade, e ele nos diz que a “direção de cada bandeira, no momento que são erguidas, determina de qual comunidade serão os festeiros do próximo ano”.

Figura 35 – a) Mastros sendo preparados. b) Mastros sendo erguidos.



Fonte: Pela autora (março de 2019).

Mastros erguidos é chegada a hora de voltar ao salão e rezar a ladainha. Os capelães colocam-se de joelhos e inicia-se a reza, os demais respondem em coro, um trecho da ladainha.

*Deus vos salve Maria filha de Deus pai.
Deus vos salve Maria mãe de Deus filho [...]
Deus vos salve Maria concebida sem pecado original
Deus vos salve Maria concebida sem pecado original, amém
Gloria ao pai ao filho e ao espírito santo [...]
Amado Jesus, José, Joaquim, Ana e Maria eu vos dou o meu coração,
corpo e alma e vida, eu vos dou o meu coração, corpo alma e vida.*

A festa intercala momentos de reza e dança. Ao som da viola de cocho e do ganzá tem-se a dança de São Gonçalo, o Siriri e o Cururu cantada pelos homens e como se fosse um coral, os demais respondem um momento que alia fé, devoção, agradecimento e descontração, pois é um momento de exaltação ao Santo e alegria pelas bênçãos alcançadas.

A dança de São Gonçalo é puxada pelas mesmas pessoas que tiram a reza, e os outros respondem dispostos lado a lado. Os participantes fazem movimentos de vai e vem, batendo palmas e cantando. Em um dado momento, faz-se uma roda e continuam a dançar e cantar.

Um trecho da letra da música em exaltação a São Gonçalo:

*São Gonçalo do Amarante, milagroso imperador.
São Gonçalo do Amarante, milagroso imperador.
O milagre que vos fez para Deus nosso Senhor.
Viva meu São Gonçalo, viva e torna revivá.*

Conforme a noite avança e a madrugada chega, algumas pessoas que moram perto vão para suas casas, outros amanhecem o dia cantando, dançando ou conversando. Os que moram distante trazem suas redes e as amarram em um barracão construído para esse fim, ou as amarram nas árvores e se acomodam com podem.

O dia 19 de março, em que se comemora São José, inicia-se bem cedo ou para os donos da casa que não dormiram, somam-se mais de 36 horas acordados, é hora de preparar o “quebra torto”, refeição preparada com as sobras do jantar que alimentará os presentes.

Após o café da manhã, é hora de preparar o almoço. O cardápio é arroz, feijão, farofa de banana, carne com mandioca e carne com banana verde, tudo em grandes quantidades, pois deverá alimentar todos os presentes.

No decorrer do dia, é o momento de interação entre as pessoas, a hora da “prosa” e de descanso, pois a noite acontecerá a descida do mastro.

Em 2019, dia 19 de março é terça-feira, o Padre da Paróquia de Santa Cruz em Barra do Bugres celebra missas na comunidade uma terça-feira por mês e coincidiu com o dia da festa. A missa foi celebrada no local da festa à sombra da mangueira.

Na noite do dia 19, aconteceu a descida do mastro novamente ao som da viola de cocho, do ganzá e do cururu e dos versos próprios para esse momento. Os Santos que estão no altar são distribuídos entre os festeiros que os seguram até o término do ritual.

O capitão do mastro é o responsável pela sua descida e apoiá-los no suporte, rezando e cantando, adultos e crianças beijam as bandeiras dos Santos em sinal de adoração e fé (Figura 36b). As bandeiras são retiradas dos mastros e seguradas pelos fiéis (Figura 36a), os mastros são levados em procissão para o local onde ficarão até sua decomposição, pois agora ele é sagrado e não deve ser utilizado para outra finalidade.

Figura 36 – a) Alferes de bandeira. b) Adoração às bandeiras dos Santos.



Fonte: Pela autora (março de 2019).

Joacil, um jovem da comunidade Baixio nos fala sobre as responsabilidades do capitão do mastro.

Todos têm sua função, o capitão do mastro vai tirar e limpar, aí depois tem que subir, amarrar a cruzeta que falam, um pauzinho pequeno pra bandeira não cair, no mastro já fica o gancho embaixo, em cima tem que amarrar, a dele é até depois que descer o mastro guardar ele, aí acaba a função do capitão do mastro (Joacil Jorge, morador da Comunidade Baixio, março de 2019).

Após a descida do mastro, caminham em direção à cozinha. Os versos do cururu são cantados em agradecimento aos alimentos e às pessoas responsáveis por prepará-las, enquanto os tocadores estão cantando na cozinha, o jantar começa a ser servido (Figura 37).

Figura 37 – Reza na cozinha em agradecimento aos alimentos.



Fonte: Pela autora (março de 2019).

A seguir, voltam em procissão até o local em que os mastros foram erguidos. Joacil nos explica que, no momento que os mastros foram retirados, os buracos são tampados, e um dos festeiros enterra uma garrafa de aguardente de maneira que dê para saber em qual dos buracos estará a garrafa, cantam novamente para fazer a retirada. Ele nos conta que geralmente quem retira a garrafa é o seu avô, e diz que está procurando “tatu”, e então tomam a aguardente e cantam novamente para tapar o buraco. Joacil nos diz que *“tudo tem um significado”*, é um momento de descontração e brincadeira em meio às rezas assim como a dança de São Gonçalo e o siriri.

Em seguida, retorna-se ao salão para rezar a ladainha. São repetidos os mesmos rituais da noite anterior. As pessoas que estão segurando os Santos os colocam de volta no altar, reverenciam e beijam o Santo e fazem o sinal da cruz.

Passados oito dias é feito o desmanche do altar. Nesse dia, as mulheres confeccionam as palmas, que são cigarros de palha de milho, as costuram ou colam em formato de flores e bonecas e prendem no altar.

Durante o Cururu, as palmas são retiradas pelos cantadores caso eles não fumem, entrega-os aos festeiros que fumam. Para cada palma retirada canta-se um

verso específico para esse momento (Figura 38). Há uma pessoa especialmente para retirá-las do altar.

Figura 38 – a) Altar ornamentado com as palmas. b) retirada das palmas.



Fonte: Por Joacil Jorge (março de 2019).

Faz-se uma pausa na reza para anunciar os festeiros da festa do próximo ano. Eles serão escolhidos de acordo com a posição que as bandeiras ficaram quando os mastros são erguidos. A cada nome anunciado se solta fogos de artifícios em comemoração. Após “*assentar os festeiros*”, termo utilizado pelos moradores, recomeça-se a reza.

O capelão anuncia os festeiros do próximo ano com os dizeres “*para servir glorioso São José no ano seguinte de 2020*”, e os demais santos festejados, são eles rei, rainha, juiz, juíza, alferes de bandeira, capitão de mastro, juiz de promessa, juíza de promessa. Todos os nomes são festejados com alegria e fogos de artifícios.

Em algumas festas há baile em outras não, como na de São José é tradição não haver. Eles justificam que é assim desde que seus pais faziam. O Sr, Maximiano relembra aos risos que o pai não gostava de baile por pensar que era amaldiçoado, “*meu pai nunca consentiu de dançar baile essas gente velho tinha não sei o que com baile, diz que é amaldiçoado, eles falavam, aí eles não aceitavam o baile*”.

Nas outras festas de Santo realizadas na comunidade, os festeiros fazem as prendas, assam cortes de carne suína e bovina, frangos e linguiça caseira para leiloar. O biscoito de milho e bolo de arroz são servidos no café da manhã.

A festa inicia-se oficialmente na véspera do dia do Santo e só termina um dia depois. São aproximadamente três dias de festas. Algumas pessoas só voltam para suas casas após esse período. Em todos os dias, a alimentação é gratuita e somente a bebida alcoólica é comercializada.

Durante o tempo de convivência com os moradores e a pesquisa, percebi que os moradores não falam sobre a religião de matriz africana, alguns deixam escapar

que no passado tinha famílias que praticavam os cultos religiosos, mas que foram embora, mas a maioria das vezes preferem não falar sobre o assunto.

3.7. Memórias dos moradores do Território Quilombola Vão Grande

O senhor Constantino tem 95 anos, viúvo, é irmão de dona Maria Eulália, matriarca da Comunidade Baixio. Ele nos conta que seus pais eram dona Ana Paes Rodrigues e o Sr. Manoel Veríssimo de Lima e os pais do Sr. José Mariano Bento, o patriarca da Comunidade Baixio, eram dona Maria Serafina da Cruz, a mãe Fina e o Sr. Sabino.

O Sr. Constantino relata que dos irmãos, os que estão vivos é somente ele e sua irmã Ana que tem 106, porém dona Ana faleceu dois meses após essa conversa. Ele se lembra que sua irmã mais velha nasceu em 1904 e que foi o seu pai que deu nome à Comunidade Camarinha.

[...] a primeira filha de papai nasceu em 1904, na camarinha, a camarinha quem deu nome foi meu pai, por causa do rio, esse rio que passa assim entra o morro pra lá, aí fala camarinha, aí criou nós, nascemos e criamos ali, desde a primeira filha de papai, daí criou nós (Sr. Constantino, morador da comunidade Camarinha, março de 2019).

Saudoso, o Sr. Maximiano Bento rememora o passado, seu semblante se ilumina e se alegra ao nos contar os acontecimentos de sua vida. Ele relembra que os pais falavam a respeito dos avós maternos, dos avós paternos não se lembra, mas diz que nasceram no Território Vão grande. Lamenta por não saber mais a respeito, pois naquela época os mais velhos eram bravos e não permitiam que as crianças presenciassem as conversas.

Do lado da minha mãe que é pra trás dessa serra aí, eles veio do lado da Jauquarinha e abriram aí esse vão de serra, isso já eles que contam eu era criança pequeno, daí pegaram casar com filho da minha vó de cá com filho de vó de lá, daí vieram morar aqui. Eu lembro que eles moram ali na beira daquela serra lá (aponta para a serra) já adquiriu nós né, aqui tudo uma família só, isso faz muito tempo que aconteceu, né (Sr. Maximiano Bento, morador da Comunidade Baixio. Abril de 2019).

À medida que a conversa avançava, o senhor Maximiano recordava-se de outras histórias de seus antepassados, como quem desbravou o Território Quilombola foi um senhor chamado Silva Velho, fala que seu tio contava causos referentes a esse senhor e que, mesmo sabendo que os mais velhos não tolerasse que eles presenciassem as conversas, discretamente ele o fazia.

Tem uma conversa aí muito antes disso eu aqui, que quem abriu mesmo foi um tal de Silva Velho e desse aí foi adquirindo nós né, esse Silva Velho meu tio contava causo dele dos filhos já, que um filho dele chamava Anacleto Leite de Barros, outro chamava Francisco Leite de Barros [...] e

outro chamava, Zé Leite de Barros, eu fiquei co'esse na ideia, gente velho gostava de conversar, gente velho de primeiro era bravo pra criança né, não deixava criança ficar perto, mais eu assuntei, eu assuntava esse tio contava que esse homem, esse Silva Velho fez uma medição dali do Agassu Grande [...] é uma ponte que tem lá perto da fazenda malhada, de lá aqui na barraca nesse tempo ele mediu de lá aí, e daqui na beira do morro do Tombador pra lá que é um lugar chamado Sapezal, outro marco lá no Capão Comprido, mas é na beira da Serra do Tombador, lá tem um morro redondo assim e alto, mas não é aquele que tem na beira da estrada reto é mais pra cá no Capão Comprido (Sr. Maximiano Bento, morador da Comunidade Baixio. Abril de 2019).

Em meio a muitas lembranças, o senhor Maximiano nos fala de quando se casou com dona Benedita, já falecida, aponta para o local onde morava e os filhos nasceram numa casa de barro, coberta de palha, local onde hoje chamam de patrimônio da Comunidade Baixio, e que o sustento da família foi oriundo do cultivo de banana e da dificuldade em escoar a produção, os compradores vinham de Cuiabá e Alto Paraguai, tudo contribuía para o baixo preço pago pelos compradores.

Aí nós viemos pra cá eu casei, ali que nós morávamos, aí eu criei minha família inteiro ali naquela casinha, por toda parte aqui já foi minha roça, nossa roça essa beira de Jauquara, era mato grande que nós fazia roça, o vão dessa serra era mato, plantava mil, dois mil pé de banana, não plantava muito pra lá porque a carregaço pra passar ali na boca da serra, ah, mas dava pra mim eu criei minha família mais é com banana, porque nesse tempo era difícil entrava esses caminhãozão trucado, aqui eu enchia ele de banana que saía derrubando cacho de banana, a estrada não tinha, e eles querendo comprar então vinham de alto Paraguai, de Cuiabá iam derrubando cachos de banana por essas estradas e, ah, vendia banana barato, eles chegavam a gente está precisando e a banana estava perdendo (Sr. Maximiano Bento, morador da Comunidade Baixio. Abril de 2019).

O senhor Maximiano nos revela que ele e os irmãos cultivam além da banana, arroz, feijão, milho e mandioca. As características da agricultura familiar, não se resumem a um tipo de cultivo, mas de tudo um pouco e vendem o excedente, o que sobrava era doado para aqueles que não tinham, relembra que, desde aquela época, eles já criavam gado, mesmo que em pequena quantidade.

Eu plantava assim, fazia uma roça em dois hectares e meio, um alqueire de terras então ali eu plantava mil e quinhentos pés de banana, tirava daí e fazia outra roça já no ano que vem, plantava outros mil e quinhentos pés eu sei que banana sobrava, eu vendia, doava pra quem não tinha, mas não era só eu, esses meus irmãos tocava roça demais arroz, feijão, milho, mandioca e banana, Ah, sobrava e criava gado, tudo tempo nós tinha gado, gadinho aqui não é muito, mas tem (Sr. Maximiano Bento, morador da Comunidade Baixio. Abril de 2019).

As dificuldades enfrentadas por eles eram muitas, devido à área plantada ser grande e todo o serviço na roça ser manual. O conhecimento referente ao plantio é visível ao explicar a distância entre os pés de bananas e também intercalando o cultivo de outras plantas e a rotação de culturas. Muitas vezes, uma pessoa não

conseguia fazer todos os processos, então realizavam o mutirão, “muxirum” como eles denominam, porque, às vezes, corria-se o risco de perder toda plantação. O senhor Maximiano demonstra saber perfeitamente a quantidade de sementes ou mudas que precisaria para plantar em uma determinada área.

Eu num hectare e meio de terra eu plantava mil e trezentos pés de banana e feijão eu plantava nesse trecho, eu plantava vinte, vinte e cinco quilos de feijão, milho eu plantava uns vinte quilos porque ele é mais espaçoso e arroz média na lata, plantava quase um alqueire de arroz no meio alqueire de terra, meio alqueire é um hectare e meio já em dois hectares e meio já cheguei de plantar ali mesmo eu plantei num alqueire de terras eu plantei um alqueire de arroz, eh, mas é pesado só pra um, às vezes nós fazíamos muxirum, mas é pesado e tem que abrir do olho senão perde mesmo (Sr. Maximiano Bento, morador da Comunidade Baixio. Abril de 2019).

Um hectare e meio corresponde a 15.000 m², nessa área, o Sr. Maximiano plantava aproximadamente 1.300 mudas de bananeiras, arroz eram quase 50 litros em 12.100 m², em 24.200 m², o Sr. Maximiano plantou 50 litros de arroz, ele relembra que nessa ocasião faziam o “muxirum”, para colher, pois se fizesse sozinho poderia perder toda a produção.

Outra maneira descrita por ele é o sistema “à meia”. Nesse caso, o senhor Maximiano cedeu uma parte de sua terra para seu sobrinho, o senhor Benedito Davino, fazer a roça e a colheita era dívida entre as partes envolvidas. A produção era abundante pelo fato das terras serem à margem do rio Jauquara e segundo ele ser muito fértil.

Esse Dito Davino, eu me lembro bem desse roção que eu tinha ali, ele me ajudou eu tirei um pedaço pra ele, ele me falou se eu queria dar um pedaço pra ele plantar de meia, falei, ah quero, daí ele plantou um pedaço da roça eu sei que mais colhia arroz, colhia arroz que ah deu muito, porque essas terras nossas aqui, é terra boa a beira de Jauquara, dá o que plantar e antes disso, como eu ia falando nós tocávamos roças nessas furnas aí, plantava feijão, mas esse feijão dava que virava aquele capoeirão, aí nós arrancava ele e batia e pra vender (Sr. Maximiano Bento, morador da Comunidade Baixio. Abril de 2019).

No sistema “a meia”, consiste em que o dono da terra, cede parte dela para a outra pessoa plantar, e após a colheita a produção é dividida entre as partes, o mesmo acontece na criação de suínos ou bovinos, naquela região. Como dizem os moradores desse modo os que não têm terra plantar, também podem produzir seus alimentos.

A maneira como se organizam, tanto nos cuidados com o solo como no plantio e na colheita, é uma relação socioeconômica sustentável, social e cultural da vivência em comunidade. De acordo com Santos e Borinelli (2010):

[...] Um sistema socioeconômico aberto, amparado nos valores da cooperação e da solidariedade no intuito de atender às necessidades e

desejos materiais e de convivência, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, visando a emancipação e o bem-estar individual, comunitário, social e ambiental (SANTOS e BORINELLI, 2010, p. 1).

Envolto a lembranças, o senhor Maximiano parece voltar ao tempo quando fala como procediam para vender os produtos cultivados por eles. Ele relata que a banana, os compradores buscavam, mas os demais alimentos que precisavam ser comercializados para comprar o que não produziam eram acondicionados nas “bruacas”, uma espécie de mala artesanal confeccionada com couro de animais e colocada uma de cada lado dos bois. Ele e outros moradores faziam um grupo e carregavam os bois com as bruacas cheias de mantimento e seguiam em direção à Barra do Bugres, na volta compravam o que necessitavam e se preparavam para a volta. A ida e a volta ele conta que durava em média 5 dias.

Pra vender esse feijão era só na barra. Rumava no boi colocava no boi arrumava a tropa, porque nós tínhamos dois bois, três bois, até quatro bois o vizinho também tinha uns quatro, outro tinha dois, outro tinha um, eu sei que nós arrumávamos e carregava essa tropa e ia vender na Barra, vendia feijão milho arroz, toucinho de porco de capado, colocava na bruaca um de um lado e outro doutro, o porco também a gente criava abertamente, engordava cada porção assim, matava ele tinha que vender porque nesse tempo não tinha a fazeção de banha, essas latas não existia que gente enlata, então a gente tinha que vender, então vendia, de lá pra cá carregava o boi, durava tempo aí, quando estava vencendo as coisas de novo. A viagem demorava uns cinco dias para ir e voltar, a tropa, a gente colocava ela na estrada era andando devagar, anoitece a gente caça jeito de amarrar tudinho, posa quando é de madrugada de novo pra frente e a gente vivia bem, nós vivíamos bem, tranquilos (Sr. Maximiano Bento, morador da Comunidade Baixio. Abril de 2019).

A lembrança das incursões a Barra do Bugres, para vender os mantimentos fez com que o senhor Maximiano recordasse como aprendeu a abastecer as bruacas e carregar os bois. Aos 12 anos ele já queria ir às festas e comprar seus pertences e com isso sentiu necessidades em aprender e fazer as viagens, ele é enfático ao dizer que aprendeu tudo com o pai. E assim passou a integrar a tropa que se dirigia até a cidade para fazer as vendas e as compras.

Eu de doze anos, porque rapaz desde gurizote já está andando querendo festar e comprar as coisas, eu carregava nossos bois, uns dois, três bois e já ia na Barra, de 12 anos eu lidava com bruaca, uma bruaca era um alqueire de feijão que eu colocava nele, um alqueire de feijão é 40 kg, então eu lidava com essa bruaca daqui dali e suspendia no ombro, meu pai me ensinou a carregar o boi sozinho, passa uma corda nele lá e passa no braço se ele mexer ele cai, então ele ficava lá escorando eu colocava uma bruaca pegava outra e colocava do outro lado, assim ia e vinha bem, comprava todas as coisas pra mim e não comprava só pra mim comprava pra família, ah nós vivíamos folgados nesse tempo, ai foi indo, foi indo, foi acabando esse tempo de carregar boi pra ir para o comércio pra cidade, acabou esse tempo apareceu a carroça (Sr. Maximiano Bento, morador da Comunidade Baixio. Abril de 2019).

Assim como o Sr. Maximiano, o Sr. José Ambrósio evoca memórias antigas, ao falar das dificuldades para ir até a cidade de Barra do Bugres e ao distrito de Currupira, para comprar os produtos que não tinham na comunidade. Quando ele fala que colocava um alqueire de feijão na bruaca, está se referindo à quantidade de feijão colhido em uma área de 24.200 m², ou seja, 40 kg. Na fazenda São Pedro, eles faziam a troca de mantimentos produzidos por eles com aqueles que não tinham, como o sal de cozinha, o açúcar, guaraná e café.

Diferente da Família do Sr. Maximiano, a família do Sr. José Ambrósio fazia o percurso a pé por entre as serras que dá acesso ao Vãozinho e ao Limboso. Ele ressalta que os irmãos mais velhos sofreram muito, pois era um trajeto muito difícil subir e descer as serras com os sacos de mantimentos nas costas.

[...] então pra eles comprar sal, eles faziam farinha aqui ou debulhavam milho, ajuntava e levava eles tudo e como falava naquele tempo, colocava meio alqueire de as coisas na cacunda, subia o morro da Vaõzinho ali, saía de madrugada subia o morro do Vãozinho, subia lá no Limboso e descia lá no Joaquim de Miranda na fazenda São Pedro pra comprar sal e gordura, ia lá comprava e vinha aí, gordura até não tanto porque criava porco mais outras coisas não tinha jeito, tinha que comprar, mas na cacunda não é dizer que ia de carro (Sr. José Ambrosio, morador da Comunidade Morro Redondo. Abril de 2019).

Quando o Sr. José Ambrósio fala que os irmãos colocavam “*meio alqueire de as coisas nas costas*” ele está se referindo à quantidade que era colhida em uma área de meio alqueire.

Tanto os moradores do Território Quilombola Vão Grande como do Vãozinho praticavam esse tipo de comércio com o Sr. Joaquim de Miranda já falecido, proprietário da Fazenda São Pedro, um dos pioneiros da cidade de Barra do Bugres. O Sr. Benedito Miranda, filho do Sr. Joaquim nos explica que os moradores do Vão Grande chegavam carregados. O comércio se dava na Fazenda São Pedro devido ser mais próximo do que Barra do Bugres e Currupira. O trajeto por entre as serras, mesmo sendo uma caminhada mais árdua, a distância era menor.

Com o surgimento da carroça e depois da charrete, o trajeto até a cidade se tornou mais fácil para os moradores do Território Quilombola Vão Grande, pois os mesmos se deslocavam até a estrada e depois pegavam o ônibus em direção à cidade, enquanto com as tropas eles seguiam pelas serras das Araras. De acordo com o senhor Maximiano:

A carroça é bom demais, mas esse é outro devagar, de carroça eu mesmo não fui, não peguei carroça, mas esse povinho meu aí meu mesmo ia de carroça, saía lá no posto pegava a rodagem pra ir na barra e nós com tropa subia essas serra aí subindo e descendo e carrinho e charrete é mais fraco

do que a carroça, mas a gente se valia com todas essas coisas, a gente viveu, eu vivi bem, estou vivendo graças a Deus, criei minha família tudo e tá tudo empregado (Sr. Maximiano Bento, morador da Comunidade Baixio. Abril de 2019).

Durante nossas conversas e, ao lembrar-se das dificuldades enfrentadas por eles nas mais diversas ocasiões, o senhor Maximiano fala de sua mãe, dona Maria Eulália e de como ela conhecia as ervas medicinais para tratamento de algumas doenças.

A gente tinha uma sorte que esses remédios do mato, minha mãe esse era boa pra fazer esses remédios do mato assim pra gente, ah esse que nós se valia [...] agora nós foi criado com santa Maria, sumo de santa Maria, para tudo com leite né pra criança, nós graças a Deus nunca foi vermento, porque minha mãe não facilitava com nós (Sr. Maximiano Bento, morador da Comunidade Baixio. Abril de 2019).

Quando o senhor Maximiano se lembra de que sua mãe preparava os remédios caseiros para tratar algumas doenças que acometiam seus filhos, ele recorda que, além dos tratamentos com ervas medicinais, também utilizam a benzeção como método de cura, nos revela que alguns de seus irmãos ainda praticam a benzeção de erisipela, quebranto, ar, arca caída e dor de cabeça.

Aqui tinha gente que benzia e até hoje ainda tem esse Antônio meu irmão, compadre Inácio, eu que não sei, não tinha muito empenho em certas benzeção né? Como quebranto, benzer de erisipela, erisipela se sai um furúnculo assim se ele vai avermelhando, esquentando pode benzer de erisipela porque senão ele vai só complicando, então benzeu de erisipela então já refresca na hora e negócio de dor o Antônio e compadre Inácio esses ainda benzem, meu pai benzia de todas as coisas esses tios velhos meu também ah, esse benzia mesmo e eu não aprendi de ar porque tem o ar né? Na cara de gente que de sempre esse olho da gente treme então enuva e dor de cabeça, pode ser qualquer um de nós velho, que sentiu muita dor de cabeça, benze de quebranto, dizem que quebranto é só criançinha ah, pois ele fica aí no sangue né? Os velhos e lá um dia ele ataca, a gente benze de tudo isso, o compadre Lino parece que benze de quebranto eu que não aprendi, eu benzo de arca caída e eu sou bom pra benze, eu já levantei muita gente (Sr. Maximiano Bento, morador da Comunidade Baixio. Abril de 2019).

As conversas com os moradores do Território Quilombola Vão Grande são sempre agradáveis, são relatos sempre envoltos em misticismo e fé. Um exemplo é um episódio que marcou profundamente o senhor Maximiano. Ele nos conta que, certa vez, sua esposa estava no hospital para dar à luz a um dos seus filhos e na mesma ocasião havia uma senhora com uma criança pequena muito doente, quando ele a viu percebeu pelo olhar dela que a mesma estava com a doença chamada arca caída. Conforme ele nos explica é uma doença que abre o tórax e a criança ou adulto que está sofrendo do mal sente falta de apetite, desânimo, cansaço, dentre outros sintomas.

O procedimento para verificar se a pessoa está com arca caída é feito medindo com uma tira de tecido do dedo mínimo até o cotovelo. Em seguida faz-se a medição no tórax, caso o tecido não dê para encontrar com a outra extremidade, a pessoa estará sofrendo de arca caída, ele nos revela que o tratamento é somente através de *benzeção*.

Lá no hospital eu com minha mulher, ela estava tendo criança nem não sei o qual parece até que era Valdino, então nós estávamos lá ela ia fazer o tratamento e depois nós íamos pra casa da minha irmã Estevina, mas eu vi uma mulher com uma criança e eu só de ver uma pessoa assim, só de ver se ela estiver com arca caída eu conheço só pelos olhos, mas a criança esse tchá, já só bateninho, eu espiei o olhinho dele falei hum hum, a arca caída estava acabando de matar, uma criancinha pequeno já a irmã da mulher só chorando, chorando aí eu falei pra Benedita, falei essa criança, a arca caída está acabando de matar ele, se fosse mais conhecido eu ia benzer ela, aí Benedita tinha intimidade por lá com as mulheres, aí ela foi e falou pra mãe da criança que eu benzo de arca caída e eu vi a criança, o que estava matando a criança, esse aí médico num conhece só vai dando aqueles remédios vai só complicando mais aí a mulher falou, então fala pra ele benzer, eles já chorando, era ela e uma irmã, aí eu falei pra Benedita falar pra ela afastasse um pouquinho de lá de dentro fosse assim de um ladinho, é bom a gente benzer particularzinho né? Aí ela foi benzer, Benedita estava ali perto benzi a criança, aí passou horinha eu vi que ele diferenciou, já o olho dele até mais violento, abriu mais o olho, aí eu falei pra mulher se ela queresse passasse mais uma hora e eu ia dar uma benzida nele pra eu ir embora, ela falou pois então benze, aí passou mais um espaço eu fui e benzi ela outra vez, ah pois a criança estava bem diferente, já com outra esperança e eu falei nós já vamos, a criança vai melhorar eu conheci olho dele, que já foi diferenciando, melhorando aí bom ficou lá no hospital e quando foi de tarde era pra nós voltar lá de novo, voltamos, Benedita estava fazendo tratamento já a criança estava até brincando e a mulher alegre comigo o marido da mulher também (Sr. Maximiano Bento, morador da Comunidade Baixio. Abril de 2019).

A difusão de conhecimentos sobre as benzeções se deu através das gerações, são saberes ancestrais, percebido ao olhar a criança, é o cuidado não só do corpo como da alma. Para D'Ambrosio (2007, p. 37), "sistemas de conhecimentos são conjuntos de respostas que um grupo dá às pulsações de sobrevivência e transcendência, inerentes à espécie humana. São os fazeres e os saberes de uma cultura".

Barraco e Santos (1977) falam sobre comunicação vertical, que está ligada com o sagrado, misticismo e a fé nos Santos, seres divinos que intercedem entre os humanos e Deus.

O mundo da comunicação *vertical*, por sua vez, não tem espaço a preencher e prescinde de qualquer interpretação individual, uma vez que cada *conteúdo pertence a uma única forma* com possibilidade de ilações e manuseios, mas não aceita modificações [...] (BARRACO; SANTOS, 1977, p. 67, grifos da autora).

Dona Nathalia tem 76 anos, é benzedeira e por vários anos foi parteira. Ela recorda que seu pai era benzedor, mas que não aprendeu com ele, e sim com suas tias e os mais velhos. Ela nos conta que sua mãe benzia pouco, mas que era excelente em fazer remédios. Lembra de que aprendeu as benzeções ainda criança, e o seu irmão foi a primeira pessoa a ser benzida por ela.

Eu aprendi a benzer com essa gente mais velho, mamãe quase não benzia, meu pai que sabia bastante benção, benzia de dor de dente, dor no ouvido, benzia de muitas dores, mas não aprendi com ele, eu quando estava bem criança aprendi com minha tia, a benção daquele que falam que dá pontada, hoje não lembro mais, uma vez mamãe não sabia, eu estava bem criança ainda, vieram apartar vaca pra cá no campo, nesse tempo não era cercado, aí o Brasileiro meu irmão deu esse nele, essa dor, chegaram lá correndo e falando, Brasileiro ficou, nós não aguentamos carregar ele, não aguenta andar, minha mãe saiu e falou: o que que meu filho tem? Saiu gritando vão buscar ele, chegou e era essa pontada, mas bom que ela era boa pra fazer remédio, e ela falou quem que benze esse aí é uma pontada que dá, aí eu virei e falei assim, eu sei essa benção e ela respondeu, mas como você nunca me falou, eu não sei e eu disse eu sei, e foi benzer e ele levantou. Mas eu já lutei pra lembra, mas eu esqueci ela, aí sempre eu benzo mais é de erisipela, de ofensa de bicho e de arca caída (Srª Natália, moradora da Comunidade Baixio. Junho de 2019).

Ao ouvir as recordações de dona Natália nos faz reportar a D'Ambrósio (2007, p. 37) quando ele discute sobre geração, organização intelectual e social e sobre difusão de saberes e fazeres “[...] a dinâmica de geração do conhecimento, de sua organização intelectual e social, de sua difusão e, conseqüentemente, do retorno desse conhecimento àqueles responsáveis pela sua produção, constitui um ciclo indissolúvel [...]”.

É a difusão de conhecimento que permite que os saberes continuem sendo repassados às gerações futuras e dela depende a continuidade da cultura, da religiosidade, dos conhecimentos herdados de sua ancestralidade negra.

Sobre sua experiência como parteira, dona Natália fala sobre o “*mal de sete dias*”. Esse dia, para ela é muito delicado e que a criança está desprotegida e caso ela e a casa não estejam preparadas com os rituais necessários pode falecer.

Nesse dia está fino, essas gente mais velhos falavam, então esse dia, assim que era antigamente, uma mulher está ganhado criança, nesse dia de sete dia ninguém ia naquela casa, só que preparavam cedo a criança também, porta e daí podia chegar quem fosse, preparava a porta com galhinho de folha de laranja, colocava na porta e também dava pra criança beber cedinho era três brotinho, fazia só um chazinho aí podia chegar qualquer pessoa, porque tem gente que só chegar a gente já desconfia, hoje ah, nesse dia que o médico marca pra fazer exame do pezinho, esse sete dia é o mais perigoso que tem, hoje qual criança que usa toca, nem mulher (Srª Natália, moradora da Comunidade Baixio. Junho de 2019).

O tétano neonatal também conhecido como tétano umbilical e mal de sete dias é uma doença infecciosa causada pelo bacilo *Clostridium tetani*, encontrado no

intestino de animais e humano, principalmente no solo contaminado por fezes, na poeira, na pele, nos espinhos de arbustos, nos galhos de árvores, nos pregos enferrujados e em instrumentos não esterilizados, que afeta o recém-nascido nos primeiros 28 dias de vida. A contaminação acontece durante o corte do cordão umbilical. O período de incubação dura aproximadamente sete dias, daí o nome “mal de sete dias”, mas em alguns casos pode variar de 2 a 28 dias. A vacinação das mães durante a gestação imuniza o recém-nascido até os dois meses após o nascimento (n.p.).

Memórias antigas de dona Natália são evocadas ao lembrar que crianças de sua família foram vitimadas pelo “mal de sete dias”. Para os mais velhos, nesse dia não se deve dar banho ou sair de casa com as crianças. Dá a entender na sua fala que forças ocultas estão agindo nesse momento e caso não sejam tomadas medidas para neutralizá-las, as crianças perecerão.

Eu já vi aqui mesmo, criança de meu irmão e de minha irmã pegou mal de sete dias, porque nesse dia ninguém dava banho na criança, esse dia passava as criancinhas sem tomar banho, e ainda estava de sete dias, mas falaram que já estava de oito dias aí banhou, dorme demais né criança, quando acordou, já acordou assim naquele gemido triste de doído e já entrevou o queixo, daí não teve mais jeito e morreu e do compadre Lino era guri, ele estava bem bom a criança esperta, foi só esse dia, mamãe não deixava, sete dias e nem deixava sair com ele, tinha medo demais, hoje Deus é que olha criança, porque sabe que é inocente. Hoje já não tem nada disso, pois é conforme o olho da pessoa, conforme a pessoa, mulher mesmo, conforme está o dia da mulher tudo é perigoso (Sr^a Natália, moradora da Comunidade Baixio. Junho de 2019).

Esses saberes ainda se mantêm vivos na memória e na vida de mulheres e homens que nasceram e viveram no Território Quilombola Vão Grande. Relatam entristecidos e até temerosos que os mais novos não consideram seus conhecimentos e ressaltam que todos os seus conhecimentos foram herdados de seus pais e avós.

3.8. Influência das fases lunares no cotidiano quilombola

As fases lunares exercem grande influência na vida dos quilombolas do Vão Grande. Os mais velhos relatam que tudo o que acontece está relacionado com a lua, seja no plantio, na colheita, na construção das casas. Quando se dá a passagem da lua nova para a lua cheia, eles a chamam lua forte, a lua minguante eles denominam lua fraca, completam que a lua minguante é a ideal para a retirada

de palha para fazer cobertura, já para a castração de animais a melhor é a lua cheia.

De acordo com o Sr. Manoel:

A lua forte é lua boa, quando faz nova dali ela vai pra quarto crescente, daí vai pertencendo pra cheia aí que é a lua forte, quando ela faz a minguante é quando faz a escuridão de noite, aí que é a lua mais fraca a lua da gente mexer com a palha já pra fazer castração de boi e de porco dessas coisas criação é bom na lua forte pertencendo cheia (Sr. Manoel, morador da Comunidade Baixio. Abril de 2019).

As atividades praticadas no Território Quilombola Vão Grande obedecem às fases da lua, pois para os moradores é ela que controla tudo. Para o Sr. Maximiano “*governa todas as coisas, esses velhos falavam, a lua governa o mundo inteiro*”, já o Sr. Osvaldo diz que “*ela governa até formiga*”. D’Ambrosio (2007), discorre sobre os fenômenos que influenciam no cotidiano dos povos.

O homem busca explicações para tudo e associa, muito naturalmente, essas explicações ao que vê mas não entende: o clima, dia e noite, astros no céu. O que está acontecendo, o que se percebe e se sente a todo instante, podem ser indicadores do que vai acontecer. Esse é o mistério. Buscar explicações para o mistério que relaciona causas e efeitos é um importante passo na evolução das espécies *homo* (D’AMBROSIO, 2007, p. 33).

O Sr. Manoel coloca que se não for observada e respeitada a fase em que a lua se encontra, corre-se o risco de perder toda a plantação, porque cada tipo de planta necessita do tempo certo para ser plantada.

[...] esse negócio de plantio de banana, eu gosto de plantar na lua forte no momento que fez a nova, eu gosto de plantar de quarto crescente pra cheia plantio de banana, uma coisa assim que a gente sabe esse negócio de lua gente sabe tudo o que a gente vai fazer que é importante porque a lua governa todas as coisas, mandioca mesmo se você plantar em qualquer lua, ele não dá que presta, ele só da aquele cipozerão, se você plantar na véspera da cheia só da aquele pezão dessa grossura e cipozerão e se você plantar dia da cheia é igualzinho na nova, isso no dia da cheia se você plantar antes um dia já não dá que presta, quando ela tá por ali (aponta para o céu) que ele passa pra cá até dia do quarto aí você pode plantar que você nunca perde plantio de mandioca, tudo isso você tem que saber (Sr. Manoel, morador da Comunidade Baixio. Abril de 2019).

Da mesma maneira como se faz no plantio, é necessário fazer na época da colheita e do armazenamento da produção, pois, caso isso não seja observado, poderá perder tudo. O Sr. Manoel enfatiza que todo o conhecimento foi adquirido com seu pai.

Pra você bater feijão pra guardar, pra não criar bichos, tem que ser na lua boa na lua minguante, se bater na lua forte guardar na lua forte quiltera tudo vira aquela lendeiada, enche de bicho, tudo isso a gente tem que saber, tudo isso aprendemos com nosso pai (Sr. Manoel, morador da Comunidade Baixio. Abril de 2019).

As palavras do Sr. Manoel e do Sr. Maximiano nos faz lembrar D’Ambrosio (2007) ao dizer:

Os calendários sintetizam o conhecimento e o comportamento necessários para o sucesso das etapas do plantio, colheita e armazenamento. Os calendários são obviamente associados aos mitos e cultos, dirigidos às entidades responsáveis por esse sucesso, que garante a sobrevivência da comunidade. Portanto, os calendários são locais (D'AMBROSIO, 2007, p. 21).

Para retirar as palhas e as madeiras, para construir as casas e os barracões, o Sr. Maximiano destaca que, caso não seja respeitada a fase da lua, poderá perder a construção, por isso os materiais deverão ser retirados na lua minguante.

Se nós fazer alguma coisa na lua forte, por exemplo, tirar uma palha pra amarrar nesse rancho na lua forte, você não sabe quantia de inseto que junta nele, barata, lacraia, grilo tudo trem cria nele, apodrece e na minguante não dá e todo mundo eu mexe com isso coberta de casa sabe disso a lua governa o mundo inteiro (Sr. Maximiano Bento morador da Comunidade Baixio. Abril de 2019).

E assim os saberes dos moradores do Território Quilombola Vão Grande resistem ao tempo e tentam conviver em harmonia com os saberes trazidos pelas novas gerações.

3.9. Escola e comunidade juntos na preservação dos saberes e fazeres

A escola da comunidade tem a responsabilidade de trabalhar as questões relacionadas à valorização dos saberes e fazeres e garantir a implantação da Lei 10.639/03 que trata do ensino de história de da cultura afrodescendente. A partir de 2015, realiza-se a festa da consciência negra em parceria com a comunidade.

Ao pensar a festa, chegamos à conclusão de que deveria ser nos modos e maneiras das festas de Santo, a comunidade acatou a ideia e desde então a cada ano é realizada em uma comunidade. As atividades desenvolvidas nesse dia são a dança de São Gonçalo, a dança do Siriri, alunos e professores apresentam os trabalhos realizados na escola (Figura 39 e 40).

Figura 39 – a) Moradores, alunos e profissionais da educação da E. E. Q. José Mariano Bento. b) Preparo do almoço.



Fonte: Acervo Maria Helena Tavares Dias (2018).

Figura 40 – a) Grupo de dança da E. E. Q. José Mariano Bento. b) Cantadores tocando logo após a dança de São Gonçalo.



Fonte: a) acervo Maria Helena Tavares Dias (2018). b) Pela autora (novembro de 2018).

Um fato nos chamou atenção na ocasião da realização da primeira festa da consciência negra. Foi a seguinte: ao final da festa, pensamos em deixar o local da próxima festa marcado, então reunimos os presentes para discutir o assunto. A primeira aconteceu na comunidade Baixio, alguém sugeriu que fosse na comunidade Camarinha, porém um dos mais velhos disse que não poderia, pois a Camarinha está no sentido contrário, como ele disse está à esquerda, e deve-se obedecer o sentido direita para a esquerda, considerando as ponderações do morador ficou acordado que as festas seguiriam a seguinte ordem, Baixio, Vaca Morta, Retiro, Morro Redondo, Camarinha, escola e assim o ciclo continuará. O nosso objetivo é que isso seja incorporado às manifestações culturais locais. Nesse contexto, Dias (2017) pontua que:

A educação quilombola também apresenta estruturas de transmissão de saberes. A educação escolar quilombola não prescinde dos processos e das formas de transmissão de saberes ancestrais das comunidades quilombolas, preservados no cotidiano de vida dos moradores, nos modos de produção de conhecimento a partir de seu mundo e da sua cultura de dentro para fora, do que é palpável para o imaginado (DIAS, 2017, p. 72).

Os professores procuram trabalhar os conteúdos de suas disciplinas relacionando com situações de seu cotidiano, nas produções de textos, nos gêneros textuais, no ensino de matemática com jogos africanos, na cubagem de terras pelo método quilombola, na matemática e preservação ambiental, na produção de remédios com ervas medicinais, na culinária reproduzindo os pratos típicos, na história contada pelos mais velhos e explorando a região nas aulas de geografia.

Não há como desconsiderar o saber tradicional, que o aluno traz quando chega à escola, cabe à escola valorizar esses saberes e estabelecer relações com o saber escolar, principalmente as escolas nos Territórios Quilombolas, ou aquelas que atendem alunos quilombolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta etapa, preferimos dizer etapa, porque continuamos a participar do cotidiano dos moradores e da escola. A estadia no Território Quilombola Vão Grande não foi apenas em momentos pontuais por ocasião da pesquisa do mestrado, tomaremos ainda muitos cafés, e comeremos bijus quentinhos recém-saídos do forno de torrar farinha e, com certeza, participaremos de outras festas de Santo e, ainda nos momentos de descontração, nos banharemos nas águas límpidas do Rio Jauquara e assim muito aprendizado teremos pela frente. Velhas e novas histórias serão contadas e ouvidas.

Nas reflexões sobre esta experiência etnográfica e do convívio com os moradores do quilombo, percebemos que mesmo com séculos de invisibilidade e silenciamento esse povo, mesmo que timidamente, busca maneiras de manter viva a sua cultura, na difusão de seus saberes e fazeres.

A organização social no Território Quilombola Vão Grande é familiar, originou-se, segundo contam os mais velhos, entre duas famílias que lá chegaram. Seus filhos casaram e povoaram a região, basicamente todos têm laços de parentesco, sendo assim, os costumes, as tradições, os saberes e os fazeres são semelhantes. O modo como pedem a benção aos mais velhos, a maneira de reverenciar os Santos, o respeito aos mortos, dessa maneira sistematizam, organizam e difundem seus conhecimentos.

Foi possível observar que, mesmo alguns dos mais novos, às vezes, negando os saberes, estão praticando as técnicas de plantio, colheita, a matemática de seus ancestrais, mesmo nas festas de Santo quando não participam dos rituais, mas estão presentes no mesmo espaço, mesmo que, indiretamente, eles fazem parte do processo, não há como separar o ser quilombola de sua essência, ou seja, de sua espiritualidade, religiosidade e ancestralidade negra.

Como no caso da menina Maria falando sobre as ervas medicinais, da menina que faz o sinal da cruz ao avistar a igreja, do menino durante a festa de Santo que ao levantar um tecido que estava sobre o banco e se deparar com a imagem de Santa Luzia, faz o sinal da cruz, nos dias em que interrompem suas atividades diárias por ser dia Santo, mesmo os adolescentes conhecem a época propícia para plantar, colher e reconhecem as influências das fases lunares na agricultura.

O modo como esse povo organiza, sistematiza e difunde o seu conhecimento é basicamente na relação familiar, nos diversos espaços socioeducativos compartilhados por adultos e crianças, considerando os aspectos culturais e sociais.

É possível observar que alguns dos mais novos aplicam, no desempenho de suas atividades diárias, conhecimentos do seu povo e também conhecimento escolar, como o caso do Benedito Ilino que, ao observar sua plantação de abóbora e criação de suínos, aplica elementos da cultura quilombola e o que aprendeu quando estudou em escola agrícola, ele faz uso das duas técnicas, o que funciona em uma aliada com o que facilita na outra.

O “*muxirum*” é uma prática usada nos diversos afazeres do cotidiano quilombola, é também um momento de difusão de conhecimento, pois nessa ocasião estão reunidos até quatro gerações, são lições de sustentabilidade, coletividade e solidariedade, ou seja, saberes e fazeres sendo repassados os mais novos.

As festas de Santo além de ser um espaço onde o conhecimento é difundido é também de interação, sendo que na ocasião está presente a maior parte dos moradores, entre rezas, louvores e adoração há lugar para as brincadeiras, as danças e os gracejos.

Foi possível perceber, que a posse da terra é um dos assuntos que mais angustia e os deixam vulneráveis e temerosos, uma vez que tudo está relacionado com o seu pedaço de chão, alguns dos mais velhos chegam a dizer que se mudarem para cidade não sobreviverão. Isso nos mostra o quanto esse lugar representa para cada um, ali estão suas memórias, suas lutas, suas conquistas.

A maneira como as comunidades se organizam parece não haver necessidade da matemática acadêmica. Nesse contexto, a sua matemática é suficiente no desenvolvimento de suas atividades laborais, porém eles compreendem a sua importância nas relações comerciais com a sociedade externa e para as gerações futuras, reconhecem que a escola contribui com a formação de seus filhos e netos.

A educação escolar quilombola preconiza que as escolas localizadas em Território Quilombola Vão Grande devem considerar essas especificidades, valorizar o saber local, mas também dando subsídios para que esse aluno possa transitar por outras culturas, outras realidades, para que ele, caso queira ir para outros lugares, tenha condições de se adaptar, seja no mercado de trabalho ou nos estudos.

A escola da comunidade busca através dos projetos desenvolvidos aliar os saberes tradicionais com os saberes escolares e contribuir com o desenvolvimento socioeconômico dos moradores. Ela tem cumprido o seu papel ou pelo menos está tentando cumpri-lo, quando traz a comunidade até a escola para que ensine a professores e alunos suas técnicas na arte de confeccionar apás e peneiras de buriti ou bambu, tapetes e redes, miniatura de pilão, e ensinar a dança do siriri e São Gonçalo, além de trabalhar nas disciplinas com temas que contribua com a autoafirmação do ser “quilombola”, e a valorização e sua identidade negra.

Os dias santos da comunidade previstos no calendário letivo mostram o respeito que a escola tem com a cultura e a religiosidade do povo.

Discutir os saberes e os fazeres dos moradores do Território Quilombola Vão Grande pode contribuir com a educação formal e o modo como enxergamos o outro, pois percebemos que, nas comunidades quilombolas, os conhecimentos são repassados nos diversos espaços, seja em casa, na roça, nas festas de Santo, nas brincadeiras, na luta pela sobrevivência nas terras de seus ancestrais.

REFERÊNCIAS

ANGROSINO, Miguel. Etnografia e observação participante. Coleção pesquisa qualitativa. Editora Artmed. São Paulo. 2009.

BAIXIO. **Dicionário Online de Português**. 2019. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/baixio/>. Acesso em: 15 nov. 2019. Não paginada.

BARRA DO BUGRES. Prefeitura Municipal. **Ofício nº 430/GP**. 2011. Não paginada.

BARRA DO BUGRES. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra do Bugres – MT. **Ofício nº 125/2008**. 2008. Não paginada.

BARRACCO, Helda Bullotta; SANTOS, Yolanda Lhullier. Utopia, mito e comunicação: contribuições à simbologia africana. 1.ed. EBRAESP. São Paulo, 1977.

BORINELLI, Benilson; SANTOS, Luiz Miguel Luzio do; PITAGUARI, Sinival Osório. (Orgs.). **Economia solidária em Londrina aspectos conceituais e a experiência institucional**. UEL. Londrina, 2010.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto Federal nº 4887/2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 2003. Não paginada.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Quadro atual da política de regularização de territórios quilombolas no INCRA**. 2007. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/8797>. Acesso em: 20 MAR. 2019. Não paginada.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Relatório 2005**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/quilombola>. Acesso em: 20 mar. 2019. Não paginada.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Relatório 2007**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/quilombola>. Acesso em: 20 mar. 2019. Não paginada.

BRASIL. Procuradoria da República. **Ofício nº 3926/2013 – PR/MT/4º Ofício Cível**. 2013. Não paginada.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Despacho nº1. 574, de 21 de maio de 2007**. 2007. Não paginada.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 21 de novembro de 2012, 45 p.

BRUACA. **Dicionário informal**. 2019. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/muxirum/>. Acesso em: 15 nov. 2019. Não paginada.

CARVALHO, Francisca Edilza Barbosa de Andrade. **Educação escolar quilombola na comunidade Baixo - Barra do Bugres/MT: avanços e desafios**. 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMT. Cuiabá, MT

CENTRO-OESTE: Cururu. 2020. Disponível em: <http://www.terrabrasileira.com.br/folclore2/e62cururu.html>. Acesso: em 10 de mar. 2020. Não paginada.

CHISTÉ, Renan Campos; COHEN, Kelly de Oliveira. **Estudo do processo da fabricação de farinha de mandioca**. PA. Editora eletrônica. Embrapa Amazônia Oriental, 2006. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/43362/1/Doc.267.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CUIABÁ. Superintendência Regional de Mato Grosso. **Ofício INCRA/SR-13/GAB/Nº 3633/2011**. 2011. Não paginada.

DAMASCENO, Felipe Aguiar. **Conexões e travessias no Atlântico Sul: Palmares africanos e espaços coloniais numa abordagem comparada (século XVII)**. 2014. 236 f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – UFRJ. Rio de Janeiro, RJ.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática – elo entre as tradições e a modernidade**. Coleção Tendências em Educação Matemática. 2ª edição. Editora Autêntica. Belo Horizonte – MG, 2007.

DIAS, Maria Helena Tavares. **Entre memórias e narrativas dos festeiros das festas de santo do território quilombola Vão Grande**. 2017. 107 F. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMT. Cuiabá, MT.

DIFERENÇA em Compose Pro Diviso e Compose Pro Indiviso. 2019. Disponível em: <https://caiopatriotaadvocacia.jusbrasil.com.br/artigos/229877874/diferenca-entre-compose-pro-diviso-e-compose-pro-indiviso?ref=serp>. Acesso em: 10 de mar. 2020. Não paginada.

FONASC.CBH. Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas. **Governo do Mato Grosso e setor elétrico podem colocar em risco a conservação do Pantanal**. Disponível em: <http://fonasc-cbh.org.br/?p=21102>. Acesso em: 29 jul. 2019. Não paginada.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certificação Quilombola**. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: 20 mar. 2019. Não paginada.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Quadro geral de comunidades remanescentes de quilombos (CRQs) 2019**. Disponível em:

http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551/. Acesso em: 20 mar. 2019. Não paginada.

GERDES, Paulus. **Etnomatemática - Cultura, Matemática e Educação**. Colectânea de Textos (1979-1991). Reedição. Mocambique. 2012.

GERDES, Paulus. **Etnomatemática – Reflexões sobre Matemática e Diversidade Cultural**. Editora Húmus LDA. 2007.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Editora LTC, Rio de Janeiro – RJ. 2008.

INCORPORAÇÕES, Linear Participações e. **Ofício LP001/2017**. Rio Jauquara: Estudo de Inventário Hidrelétrico. Cuiabá – MT. 2019. Não paginada.

LEÃO, Jacinto Pedro Pinto. **Etnomatemática Quilombola: as relações dos saberes da matemática dialógica com as práticas socioculturais dos remanescentes do quilombo do Mola-Itapocu/PA**. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – UFPA. Belém, PA.

LEITE, José Carlos; SILVA, Verone Cristina. **Quilombolas do Vale do Guaporé: modos de conhecimentos e territorialidade**. EduUFMT. E D. Sustentável. Cuiabá, 2014.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues; SANTOS, Angela Maria dos; MOREIRA, Nilvaci Leite de Magalhães. **Quilombos e quilombolas em Mato Grosso**. Revista da ABPN, v. 8, n.18, p. 07-24, nov. 2015 – fev 2016.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT**. 2011. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. Acesso em: 13 ago. 2019.

REIS, João José dos. **Quilombos e revoltas escravas no Brasil. Povo Negro**. Revista USP, São Paulo, n. 28, p. 14-39, dezembro/fevereiro 95/96.

SALES, Madalena Santana de; SOUZA, Lucia Helena de Jesus; SILVA, Antonio Marcos Pereira da. **Levantamento Populacional e socioeconômico do Território Quilombola Vão Grande: uma comparação entre os anos de 2014 e 2017**. In: SEMIEDU. 26. Cuiabá/MT, 2018. Anais. p. 994-1002. Disponível em: <http://eventosacademicos.ufmt.br/public/conferences/8/schedConfs/36/accommodati-on-15.pdf#page=994>. Acesso em: 14 nov. 2019. Não paginada.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. In: Revista crítica de ciências sociais. - Coimbra. Out., 2007.

SANTOS, Ângela Maria; SILVA, João Bosco da. (Orgs.) **História e Cultura Negra: Quilombos em Mato Grosso**. Cuiabá-MT: Seduc/MT, 2009.

SCHIMITT, Alessandra; TURATTI Maria Cecilia Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **Atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**. Ambiente & sociedade. n. 10, 2018.

SEVERINO-FILHO, João. **Marcadores de tempo Apyãwa: A solidariedade entre os povos e o ambiente que habitam**. 2015. 164 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – UNESP – Rio Claro - SP.

SEVERINO-FILHO, João. **Marcadores de Tempo Indígenas: educação ambiental e etnomatemática**. 2010. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – UNEMAT. Cáceres – MT.

SILVA, Adailton Alves da. **A organização espacial A`uwẽ - Xavante: um olhar qualitativo sobre o espaço**. 2006. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – UNESP. Rio Claro – SP.

SILVA, Adailton Alves da. **Os Artefatos e Mentefatos nos ritos e cerimônias do danhono: por dentro do octógono sociocultural A'uwẽ/Xavante**. 2013. 348 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – UNESP – Rio Claro - SP.

TÉTANO neonatal: o que é, causas, sintomas, tratamento, diagnóstico e prevenção. **Ministério da saúde**, 2019. Disponível em: <http://saude.gov.br/saude-de-a-z/tetano-neonatal>. Acesso em: 14 nov. 2019.

ZART, Laudemir Luiz; PAEZANO, Eliane dos Santos Martinez; MARTINS, Jucilene de Oliveira. (Org.). **Educação Socioeconomia e Solidária: Fundamentos da produção social de conhecimento**. Ed. Unemat. Cáceres, 2019.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALVEZ-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. 2ª edição. Editora Thompson. 2003.

GONZÁLEZ, Leopoldo Jesús Fernández; DOMINGOS, Tânia Regina Eduardo. **Cadernos de Antropologia da Educação**. Editora Vozes. Petrópolis, 2005.

KNIJNIK, Gelsa. **Educação matemática, culturas e conhecimentos na luta pela terra**. EDUNISC. Santa Cruz do Sul, 2006.

O'DWYER, Eliane Cantarino. (Org.) **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Ed. FGV. 1ª edição. Rio de Janeiro, 2002.

OLIVEIRA, Alexsandra Flávia Bezerra de. et al. (Org.) **Artefatos da Cultura Negra no Ceará: formação de professores para a educação, cultura africana e afrodescendente**. Ed. CRV, 1ª edição. Curitiba, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Ed. Autêntica, 1ª edição. Belo Horizonte, 2019.

SOUZA, Edileuza Penha de; NUNES, Georgina Helena Lima; MELO, Willivane Ferreira de. (Orgs). **Memória, territorialidade e experiências de educação escolar quilombola**. Ed. UFPel. Pelotas, 2016.

GLOSSÁRIO DE REGIONALIDADES

| | |
|----------------|--|
| ASSUNTAR: | Prestar atenção, observar |
| BATENINHO: | Tremores |
| CAITITU: | Objeto artesanal para ralar mandioca |
| CARREGAÇÃO: | Peso que se suporta ou conduz, carga |
| ESMERAR: | Com perfeição, com capricho, com qualidade |
| FAZEÇÃO: | Confecção ou produção de alguma coisa |
| FESTONA: | Festa grande |
| FINO: | Sensível |
| GURIZOTE/GURI: | Adolescente |
| MONTOEIRA: | Grande quantidade de pessoas ou coisas |
| MALQUERENCIOU: | Desavença |
| PILOADO: | Socado no pilão |
| RUMAVA: | Colocava |
| VESPANDO: | Véspera |